



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 62

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 13 de Novembro de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 10 minutos)

Período da Ordem do Dia

1º - Continuação da discussão das Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas à Reprogramação Financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004, e do Plano e Orçamento da Região para o ano de 2003.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Medeiros (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Manuel Silveira (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Francisco Barros (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), António Gomes (*PS*), Paulo Messias (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Dionísio Sousa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Manuel Campos (*PS*), Aires Reis (*PSD*), António Gomes (*PS*), bem como os

Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), do Ambiente (*Helder Silva*) e Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Para proferirem intervenções finais, usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Submetidas à votação, as propostas em apreço foram aprovadas, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria.

2º - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-lei 42/2001, de 9 de Julho (regime especial de execução de dívidas ao Sistema de Solidariedade e Segurança Social).

Após a apresentação pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*), intervieram os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo o mesmo merecido a unanimidade da Câmara.

3º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-lei 42/2001, de 9 de Julho (regime especial de execução de dívidas ao Sistema de Solidariedade e Segurança Social).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Bento Barcelos (*PSD*), José Rego (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*).

4º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº8-B/2002, de 15 de Janeiro (inscrição das entidades empregadoras no Sistema de Solidariedade e Segurança Social e gestão do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à Segurança Social.

Posteriormente à apresentação feita pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*) e José Rego (*PS*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

5º - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 11/87/A, de 26 de Junho (Organização da Segurança Social).

A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo usada da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*) e Bento Barcelos (*PSD*).

6º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 123/2002, de 4 de Maio, (Revisão do regime jurídico dos quadros de pessoal)”.

Após a apresentação do diploma feita pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão (*PP*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

7º - Proposta de Resolução que declara findo o Período Legislativo de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 21 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para o Sr. Secretário proceder à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros Chaves

José do Nascimento de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da **Natividade da Luz**

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Paulo Manuel Ávila Messias

Renato Luís Pereira Leal

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

António **Bento Fraga Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador Fernandes

José **Joaquim Ferreira Machado**

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

No cumprimento das prerrogativas que felizmente a democracia nos concede, e sempre com muito agrado que me dirijo a esta Assembleia para os esclarecimentos necessários sobre a área de actividade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e para a discussão que sobre eles se considerar de importância e de oportunidade, na perspectiva de se obter o melhor desenvolvimento e modernização ambicionada para estes dois sectores de fundamental importância na economia dos Açores.

É sabido que a nossa integração na União Europeia nos permitiu participar de um leque vastíssimo de ajudas que, em conjunto com o esforço político regional, muito contribuíram para a reanimação do empresariado agrícola e para a recuperação do atraso da nossa agricultura.

Sabemos também que essa integração exigiu alguns compromissos e impôs a alteração de hábitos, a par de algumas restrições ao modo tradicional de produção praticado nas nossas ilhas. Por vezes, verifica-se também alguma natural incerteza da União Europeia no que respeita à definição de estratégias comuns de desenvolvimento. O adiamento da Reforma Intercalar da Política Agrícola Comum, apesar do nosso esforço em contrário, é prova de que nem tudo é tão rápido e de

fácil resolução como gostaríamos de ver dentro da complexidade da Europa comunitária.

Porém, deste amplo espaço económico em permanente mutação que é a União Europeia, interessa que, em conjunto, saibamos retirar o melhor proveito das novas situações e das novas realidades que vão surgindo, fazendo valer sem medo os nossos objectivos, evidenciando a nossa condição de arquipélago, reclamando das dificuldades resultantes da ultraperiferia, mas também e, sobretudo, valorizando as nossas potencialidades e o nosso modo singular de produção.

Julgo também que hoje há uma nova consciência sobre o que é a Agricultura nos Açores. Uma consciência que resulta por um lado, da experiência e da capacidade de resposta adquiridas e, por outro, da determinação e da confiança com que construímos a estabilidade do presente e a esperança que temos no futuro. É neste conceito que o progresso se revela por meio de uma acção, responsabilmente continuada, de dedicação e coragem, não apenas do poder político enquanto força criadora das condições base, mas também dos agentes agrícolas como verdadeiro motor desta actividade.

Recentemente, nesta Assembleia, referi as limitações administrativas que a União Europeia impõe à produção de leite. Mas também sublinhei o interesse que representa para nós a existência efectiva de quotas, porquanto elas nos permitem garantir a estabilidade no preço do leite, ao mesmo tempo que protegem as nossas especificidades e as nossas próprias condições de produção.

Tenhamos, pois, a consciência e a honestidade de reconhecer que a liberalização da produção de leite teria como consequência inevitável a redução do preço deste em 40%. Estes são números da União Europeia, por demais elucidativos dos perigos que tal situação representaria para a economia regional.

É exactamente neste sentido que nas propostas apresentadas à Comissão Europeia pelos presidentes das Regiões Ultraperiféricas, figura a nossa pretensão de reavaliar o papel determinante das produções tradicionais, tendo em consideração a evolução constante dos mercados e os desenvolvimentos tecnológicos deste sector.

A ultraperiferia deverá ser um elemento integrante na concepção de políticas comuns que envolvam as actividades económicas tradicionais dessas regiões, salientando-se

aqui o leite e o açúcar. Só assim se pode considerar a flexibilidade na definição e gestão de limites impostos às produções. Só assim se poderá assegurar vantagens comparativas em função das potencialidades, dos recursos e do ambiente de cada uma dessas regiões.

Mas, se por um lado estamos animados pela sensibilidade do Comissário Michel Barnier aos nossos intentos, por outro não deixaremos nunca de insistir, quer junto dos nossos parceiros com interesse comuns no desenvolvimento das ultraperiferias, quer ao nível do Estado-Membro na valorização dos nossos argumentos, na distinção que merecemos e na demonstração clara de que o peso da nossa produção é irrelevante no contexto concorrencial europeu.

Nesta perspectiva, e como julgo já ser do vosso conhecimento, o Governo Regional pretende promover um amplo debate, com a participação de todos os parceiros sociais deste sector, no sentido de, entre outros assuntos de interesse e em conjugação de esforços, se equacionar a possibilidade de concretizar o emparcelamento para uma verdadeira reestruturação fundiária das explorações agrícolas e ajustar o arrendamento rural à revisão do Sistema de Apoio à Aquisição de Terras (SICATE) pelos arrendatários.

Por outro lado, importa salientar algum do trabalho já realizado nesta e na anterior legislatura. Refiro-me, especificamente, à Rede Regional de Abate, tarefa que se pretende esteja concluída no final do presente mandato.

A este propósito devo salientar que o VII e VIII Governos Regionais já investiram, nos seus dois mandatos, só na Rede Regional de Abate, 25.309.770 euros (5.074.154 contos). Neste período, concluiu-se o processo do novo Matadouro do Faial, construiu-se o Matadouro das Flores, a Casa de Matança do Corvo, remodelaram-se de forma profunda os Matadouros da Graciosa e de São Jorge e construiu-se o Matadouro Industrial de São Miguel.

Neste momento, e para concluir esta Rede, faltam apenas as infra-estruturas das Ilhas Terceira, Pico e Santa Maria.

Relativamente ao Matadouro de Santa Maria, está iniciado o processo de aquisição do terreno a um particular, prevendo-se que a adjudicação para a elaboração do projecto esteja concluída ainda este ano.

O Matadouro do Pico está em situação idêntica, em termos de timing.

Finalmente, e quanto ao Matadouro da Ilha Terceira, encontra-se a decorrer o concurso público internacional para a empreitada da sua construção, encontrando-se também neste momento o processo em fase de qualificação dos concorrentes, cujo período de reclamações termina no presente mês, prevendo-se, como tal, a sua adjudicação até ao final do ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

No que se refere à análise do Plano para 2003, gostaria de destacar que as verbas destinadas às infra-estruturas agrícolas crescem cerca de 30% relativamente ao executado em 2001, salientando-se os caminhos agrícolas e a electrificação e o abastecimento de água com os que relativamente àquele período tenham um maior crescimento.

Registe-se, também, e só para salientar, algumas das verbas do Plano para 2003, exemplo das inscritas nos programas 3 e 4, (diversificação agrícola e desenvolvimento florestal) cujas valores crescem 23% e 43%, relativamente as execuções realizadas em 2001.

No âmbito dos projectos de investimento nas explorações agrícolas, estamos a proceder ao "arrumo da casa", aprovando praticamente todos os projectos que aguardavam o III QCA, tendo sido ainda aprovados mais de 2300 projectos, num investimento de cerca de 20 milhões de euros. Trata-se, pois, da aprovação de cerca de 2500 projectos de investimento nas explorações agrícolas, dos quais 111 respeitavam a projectos de Jovens Agricultores de I instalação.

Deseja-se, por isso, que tenham terminado as longas esperas na aprovação de um projecto de investimento, calculando-se que um processo desta natureza, na pior das hipóteses, não demore agora mais do que 6 meses entre a sua apresentação e a sua aprovação.

Queria, ainda, salientar os grandes investimentos que estão em curso na Região, no que se refere às empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas, em que se incluem as indústrias transformadoras do leite. Neste contexto, estão já aprovados investimentos da ordem dos 27 milhões de euros, existindo já

candidaturas para um total de investimento de cerca de 100 milhões de euros (cerca de 20 milhões de contos).

Esta é uma pequena revolução que tem sido operada no sector com a entrada em funcionamento do III QCA, prevendo-se, desde já, bons indicadores de execução o que perspectiva que a Região possa vir a beneficiar da reserva de eficiência do fundo.

Importa ainda falar de outras ideias e projectos para o futuro, sem deixar de encarar de frente as dificuldades.

Neste sentido, o Governo Regional pretende promover o mais rapidamente possível um processo de resgate de quota leiteira, tendo em vista ajustar a nossa produção à quota de referência regional, mas visando prioritariamente os produtores com explorações situadas em zonas vulneráveis, como nos casos concretos das bacias hidrográficas das nossas lagoas ou das zonas limítrofes de nascentes protegidas. Para este efeito, existe já uma verba inscrita no Plano para 2003 no valor de 1,2 milhões de euros e a mesma para o ano de 2004.

É também nesta perspectiva que os investimentos para o ano de 2003, no que se refere, por exemplo, a projectos privados na área do Fomento e Gestão dos Recursos Florestais, no âmbito do PRODESA, se estima proceder à Florestação de Terras Agrícolas numa extensão de 100ha e a reflorestação de terrenos explorados numa área de 200 ha, cumprindo-se, deste modo e cabalmente, com o Plano de Melhoramento Florestal.

Nos caminhos rurais e infra-estruturas de apoio, onde não houve qualquer redução no investimento - é bom registar este pormenor - está prevista a intervenção em 700 Km de caminhos Rurais e Florestais, em obras de regularização, macadamização, e conservação destas vias em todo o Arquipélago dos Açores, a par da repavimentação de 20 Km e melhoria da rede de drenagem, com a construção de 50 aquedutos, de muros de suporte e respectivas valetas em betão.

Ainda no âmbito dos recursos Florestais, está garantida a valorização de três Reservas Florestais de Recreio nas Ilhas de S. Miguel, Faial e Pico, através da construção de todas as infra-estruturas de apoio necessárias, a que devemos acrescentar a manutenção e recuperação dos 25 Parques Florestais de Recreio

existentes, tencionando-se ainda iniciar em 2003 a construção do Posto Cinegético da Ilha do Pico.

Relativamente a esta prioridade consensualizada com os parceiros sociais, mantemos o nível de investimento que no ano de 2001 e 2002 fizemos, da competência do IROA e que como sabe está em curso e corresponde, só no ano de 2002, a 55 Km de extensão relativamente aos perímetros de ordenamento agrário bem como ao mesmo nível de investimento no que diz respeito ao abastecimento de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao sector das Pescas, e através de uma gestão continuada de responsabilidade e rigor, o Plano para 2003, conjuntamente com as verbas previstas no PIDDAC, permitirá continuar e assegurar o desenvolvimento e a modernização deste sector.

Para as estruturas de apoio à actividade das Pescas, serão estabelecidos protocolos de cooperação a nível regional e comunitário, onde naturalmente serão incluídos o Departamento de Oceanografia e Pegas e o Polo IMAR da Universidade dos Açores, utilizando na concretização destes objectivos - os fundos do INTERREG III B e a participação da Direcção Geral das Pescas da Comissão Europeia.

Pretende-se, assim, prosseguir na investigação científica das espécies demersais, migratórias, crustáceos e moluscos dentro da nossa ZEE, ao mesmo tempo que se proporciona ao poder político a qualificada informação para melhor decidir.

Por outro lado, e para além do empenhamento das embarcações Arquipélago e Águas Vivas na investigação científica, a SRAPA esta a preparar protocolos de cooperação com 45 Juntas de freguesia tendo em vista a manutenção e limpeza dos pequenos portos de pesca das respectivas áreas.

No que se refere ao Plano para 2003, saliente-se que este Plano cresce cerca de 24% relativamente as verbas executadas em 2001, sendo de referir os projectos 5.2 estruturas portuárias, 6.1 frota de pesca e 6.2 transformação e comercialização, que contêm as verbas suficientes para assegurar a modernização desta actividade fundamental para os Açores.

Gostaria ainda de registar que no ano de 2003 e no âmbito das Pescas, serão efectuadas os seguintes investimentos em todas as Ilhas dos Açores:

No Corvo serão construídas as casas de aprestos;

Nas Flores também será construída a casa de aprestos no Porto Velho em Sta. Cruz, (terreno da Direcção Geral do Património), assim como a construção da oficina de reparação de embarcações nas Lajes.

Na Graciosa será iniciada a construção do Porto de Pescas da Praia, edificadas as casas de aprestos e a oficina da reparação de embarcações.

Na Ilha do Faial serão construídas as casas de aprestos da Horta e instalada uma grua de 10 toneladas.

No Pico, para além das casas de aprestos e reparação do Porto de S. Amaro, será efectuado o melhoramento da operacionalidade no Porto do Calhau da Piedade e construídas também as respectivas casa de aprestos. Na mesma ilha, pretende-se ainda alargar o estacionamento e construir as casas de aprestos no Porto de S. João, a par da reparação do entreposto frigorífico do Porto de S. Cruz das Ribeiras, onde serão também edificadas as casas de aprestos.

Em S. Jorge, será reparada a lota das Velas e concluída a reparação da referida rampa e construídas as casas de aprestos nessa localidade e na Urzelina, será instalada também uma grua no Porto de Topo e executado o projecto do Porto do Norte Grande.

Na Terceira, construídas as casas de aprestos em S. Mateus e a oficina de reparações na Praia.

Em S. Miguel, está previsto o início da construções da lota de Ponta Delgada e da lota e casa de aprestos de Rabo de Peixe, reparações das lotas da Ribeira Quente e Vila Franca do Campo, construção da casa de aprestos da Caloura e melhoramentos nos Portos dos Mosteiros e Nordeste.

Em Santa Maria, para além da casa de aprestos do Porto dos Anjos, está previsto o melhoramento operacional daquela infra-estrutura.

Nesta ideia de desenvolvimento, na execução de um Plano de responsabilidade e de rigor, mas, sobretudo, de concretização de ideias e de objectivos, a SRAPA continuará no apoio à modernização da frota da Região, manterá o apoio ao sector conserveiro e às organizações profissionais do sector, sem descurar nunca a

formação profissional e naturalmente sem esquecer as compensações salariais justas e merecidas aos nossos pescadores.

Neste contexto, e uma vez mais, o Governo através da sua prática política, aposta em primeiro lugar nas pessoas e no desenvolvimento sustentado da Região, em contraponto a oposição da direita, designadamente o PSD, que persiste numa visão redutora do nosso desenvolvimento, colocando a defesa intransigente do Governo da República e dos interesses partidários, em detrimento dos interesses da Região.

Disse. Muito obrigado

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional:

Antes de entrar propriamente na matéria que me levou a pedir a palavra, gostaria de fazer um comentário que talvez já seja uma repetição, visto que já o fiz nas audições que precederam.

Gostaria de registar a enorme dificuldade que senti ao analisar as propostas que são feitas em virtude da total indisponibilidade de relatórios de execução material dos anos anteriores e da pouquíssima desagregação dos relatórios de execução financeira deste Plano.

É difícil perceber nesta análise de um já terceiro Plano Anual, de um Plano a Médio Prazo de 4 anos, o que foi executado e o que está por executar.

É difícil avaliar o impacto económico e social de muitas das acções.

Sabe-se qual o dinheiro gasto, mas na maioria dos casos não se fica com uma noção exacta dos progressos, em particular, de cada uma das ilhas. Não conhecemos qual o universo dos agentes económicos ou das explorações, se quiserem, que foram abrangidas, os benefícios obtidos, enfim, necessidades de acertos de ajustamento.

Passando à questão seguinte, duas considerações muito breves, sobretudo nos aspectos financeiros do Plano. Parece-me que a reprogramação financeira que agora é proposta mantém a tendência de decréscimo do peso relativo do sector agrícola, no conjunto do Plano. Passámos de 17% em 2001 para um peso relativo de 14% em 2004.

Também se constata que a redução de verbas não vem apenas neste Plano. Ela começa logo no primeiro ano de execução do Plano quando a percentagem do não executado ronda os 28%, isto quer dizer que há 13 milhões 350 mil euros, em números redondos, por executar.

Por outro lado, percebi o Sr. Secretário referir agora aumentos no investimento, na sequência dessa reprogramação financeira, relativamente ao orçamentado em 2001.

Pelos números que tenho, tínhamos orçamentado, em 2001, 47 milhões de euros. Em 2003 e 2004, nos quatro programas que dizem respeito à agricultura, não ultrapassamos os 30 milhões e 500 mil.

Passando directamente à análise – gostaria de desenvolver um pouco mais, mas não tenho tempo – o sector agrícola, particularmente nos Açores, encontra-se extraordinariamente condicionado, como todos sabemos, pelas novas orientações da PAC, pelo alargamento da União Europeia aos países da Europa Central nos acordos conseguidos na Organização Mundial de Comércio, pelas limitações à produção e pela questão das quotas leiteiras.

Parece-me que nos ganhos de produtividade em todas as economias que se conseguirem fazer, em todos os circuitos de produção, transformação e comercialização, está a possibilidade de se manter a competitividade dos nossos principais produtos no mercado.

Incido aqui num aspecto que me parece fundamental e que o Sr. Secretário, na sua intervenção, focou. Tem a ver com o emparcelamento, infra-estruturas agrícolas, caminhos, electricidade e água.

Registei com agrado a disponibilidade e intenção do Governo em promover um debate sobre estas questões fundamentais, nomeadamente o emparcelamento de arrendamento rural que tem muito a ver com a posse e utilização da terra e,

sobretudo, com economias extraordinariamente avultadas que se podem ir buscar para a produção.

No que diz respeito às infra-estruturas agrícolas, fico com dúvidas quando olho para as dotações que estão no Plano. O que é que se pode fazer?

A electrificação das explorações agrícolas tem 96 mil euros. Estamos a falar de uma verba inferior a 20 mil contos.

Passando para o abastecimento, nas dotações actuais estamos a falar de verbas que não vão além dos 80 ou 90 mil contos, mesmo sabendo que essas verbas podem potenciar investimentos muito mais avultados em virtude da comparticipação comunitária. Olhando para o volume do que há para fazer e da urgência que temos nisto, pergunto se não seria a altura de fazer um esforço neste Plano para de uma vez por todas se dar o salto qualitativo que a produção agrícola dos Açores precisa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de fazer uma referência à questão dos caminhos. Volto ao princípio: A pouca desagregação espacial e a falta de conhecimento que se tem do que é que foi realizado até aqui.

Estas verbas e estas dotações que estão neste Plano para que projectos já estão previstas? Em que ilhas? Que explorações serão abrangidas?

Só na posse desses conhecimentos é que poderíamos, de facto, ajuizar da justeza do que é proposto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Medeiros pelas suas perguntas.

A primeira parte trata da revisão de uma matéria dada e de um trabalho que eu esperava que os Srs. Deputados fizessem sobre a execução dos Planos relativamente a 2001 e 2002. Os documentos disponíveis são vossos e nossos. Eu não tenho mais informação do que o Sr. Deputado sobre essa matéria.

A execução de 2001 está publicada. Quanto a essa matéria espero que os senhores façam o vosso trabalho de casa e possam trazer a esta Câmara os dados que possam querer.

Acima de tudo gostava de poder comparar – eu faço algum trabalho de casa – os últimos anos de 90 a 96 e de 97 a 2002, naquilo que são as políticas efectivas e da execução concreta das nossas políticas, para se perceber onde é que estamos e para onde vamos.

A área média da exploração agro-pecuária era de 10,4 hectares de 90 a 96. Neste momento é de 12,6 hectares por exploração. Como vê houve aqui uma melhoria na área útil por exploração. Também houve uma diminuição significativa do número de agricultores.

Nós estamos no caminho certo. Cada vez mais estamos a melhorar a eficiência e a eficácia de cada uma das explorações agrícolas e estou certo que continuaremos nesse percurso.

Quanto às infra-estruturas do ordenamento agrário, uma vez que considerámos que esta era uma matéria importantíssima, sobre ela recaiu um importante peso financeiro.

Se reparar no Plano, a verba para estas áreas não desceu consideravelmente. Manteve o mesmo esforço de financiamento que nos anos anteriores, apesar dos constrangimentos financeiros que nos cabe realçar.

Investimos nos caminhos agrícolas, no abastecimento de água e menos na electrificação. Como sabe, se nós não temos caminhos suficientes, se nós não temos abastecimento de água suficiente, também não vamos investir muito mais em electrificação. Tudo tem que ter a sua sequência natural. Não vamos começar por electrificar para depois irmos fazer os caminhos. Primeiro temos que fazer os caminhos e em simultâneo o abastecimento de água.

Devo-lhe dizer que nessas duas rubricas, o Sr. Deputado sabe que em caminhos agrícolas o investimento actual é de 15 milhões, 639 mil 528 euros. Estas são as obras em curso na Região no que se refere a caminhos da responsabilidade do IROA, não contando com aqueles que eu discriminei relativamente aos recursos florestais e da competência dos recursos florestais.

Em abastecimento de água, em concreto, estão em execução 7 milhões, 168 mil, 684 euros de abastecimento de água. Só em Santa Maria temos um projecto de investimento de 3 milhões, cento e tal mil euros. Também temos na bacia leiteira de Ponta Delgada, de Vila Franca do Campo, da Povoação, do Paul, da Agualva, Cinco Ribeiras/Santa Bárbara e Feteiras/Castelo Banco, no Faial.

Estes são investimentos avultados para a capacidade financeira e para as nossas disponibilidades que revelam um esforço do Governo Regional em manter esta prioridade como uma prioridade importantíssima para a estruturação do sector agrícola nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos reconhecemos o longo atraso e de há longos que, relativamente às agriculturas modernas, um sector tão importante, como é a agricultura dos Açores, ainda tem para recuperar.

Todavia, penso que se deve reconhecer que o esforço que tem sido feito ao longo de muitos anos por alguns dos Governos actuais e passados, tem sido um reforço manifesto, nuns períodos mais intensos, noutros com menos intensidade.

É certo que esse esforço se encontra claramente manifestado neste Plano. Provavelmente os Açores não poderá fazer um esforço muito mais acrescido nesta área do seu desenvolvimento económico.

Se atendermos ao peso relativo que as verbas deste Plano potenciam em todo o sector de desenvolvimento e crescimento económico da nossa economia, chegamos à conclusão que 72% desse investimento potencial pode ser realizado para o ano, no sector da agricultura.

Os Açores não têm recursos para potenciar investimentos de nível superior a este.

Mesmo no campo das infra-estruturas as verbas que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros referiu do Plano, e muito bem, potenciam um investimento de

12,1% do total de verbas que podem ser realizadas em investimentos para dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional.

Ter 12,1% para todos os sectores (agrícola, industrial, comercial, incentivos comunitários) é um esforço grande.

Era necessário mais?

Era sim senhor.

Mas muitos e longos anos serão precisos para os colocar no topo das agriculturas desenvolvidas europeias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Infelizmente limitado pelo tempo, uma pergunta muito concreta, como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, sobre o sector cooperativo leiteiro.

Em 11 de Julho de 2000, foi assinado um plano de actuações pelo anterior Secretário Regional, Dr. Fernando Lopes, que na sua cláusula 9ª, tinha o seguinte parágrafo:

“A linha de crédito será garantida de imediato e de modo intercalar, seguindo-se toda a tramitação para a concessão de aval por parte do Governo Regional no âmbito da proposta de Orçamento para 2001.”

Já passou o ano de 2001, já passou o ano de 2002 e estamos a discutir o de 2003.

Sr. Secretário, como sabe, porque tem liderado esse processo, São Jorge está numa fase de reestruturação do sector de lacticínios.

Eu já denunciei isto em 2000, em 2001 e já em 2002. Este ano, houve eleições e foi usado este milhão de contos como um saneamento financeiro, o que efectivamente não se verificou. Mais grave do que isto é que nesta data ainda não foi feito o aval.

Acontece que neste momento os dirigentes de todas as cooperativas é que têm, a título pessoal, a responsabilidade sobre as costas. O Governo não fez o aval.

Esta situação deixa os dirigentes e os cooperantes um pouco sépticos, porque se não têm este aval, se entrarem para essa nova reestruturação do sector de

lacticínios, com certeza a banca, enquanto eles não resolverem a questão do aval, não dá mais crédito.

Pergunto: por que razão é que o Governo ainda não concretizou o referido aval? Pretendo-o fazer? Se não pretende, porquê?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Ilha de São Jorge felizmente estamos na fase de perguntar pelos avales e não estamos na fase de perguntar há quantos meses não recebem os lavradores o preço do leite que produzem.

É um passo significativamente diferente daquilo que existia a alguns anos atrás. Há alguns anos atrás, em São Jorge, os lavradores não recebiam o dinheiro do seu trabalho, da sua produção, com atrasos relativamente de um ano.

Hoje em dia, os lavradores de São Jorge estão a receber com regularidade o preço do leite que produzem. A preocupação neste momento é saber se há aval ou não.

Deputado Mark Marques (PSD): Há um documento assinado. Eu não estou a falar de cor!

O Orador: Claro que os documentos estão todos assinados e têm validade.

Passo agora à sua pergunta, porque ela podia ter essa fase enquadradora.

Eu estou satisfeito com aquilo que se tem feito em São Jorge e com a reestruturação que estamos a fazer, relativamente às cooperativas.

Para além dessa satisfação gostava de saber o que é se passa com os avales.

Como sabe, Sr. Deputado, o aval não é um acto de livre vontade ou de vontade exclusiva do Governo Regional. No mundo em que vivemos os avales estão dependentes de notificação à União Europeia.

Esta notificação foi solicitada à União Europeia e ela tem dirigido vastíssimas perguntas sobre a natureza do aval, o montante, a finalidade, os objectivos, os prazos. Tem havido troca de correspondência entre as Secretarias Regionais das Finanças e da Agricultura e Pescas e a Direcção Geral da Agricultura da União Europeia.

Neste momento, ainda não é possível conceder nenhum aval formal.

Devo descansar, tanto o senhor, como os senhores lavradores e os senhores directores das cooperativas, que nós temos pago aquilo que são as responsabilidades que decorrem da assinatura desse protocolo.

O Governo Regional tem cumprido integralmente as suas responsabilidades no que decorre das consequências da assinatura desse contrato e nenhuma responsabilidade será assacada, quer aos directores, quer aos lavradores da Ilha de São Jorge, sem que o Governo tenha uma palavra a dizer e sem que o Governo tenha cumprido integralmente os seus compromissos assinados em qualquer documento.

Este Governo, Sr. Deputado, cumpre os seus compromissos, quer estejam assinados ou não.

O Governo da República, infelizmente, não tem cumprido os seus para connosco.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de agradecer os seus esclarecimentos quantificados sobre a actividade da Secretaria e da execução do Plano.

Um segundo agradecimento sobre esta matéria porque se eu tinha dúvidas, passei a ter certezas. Afinal, os elementos existem! Há elementos sobre a execução do Plano! Tinha ficado com a sensação que o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento tinha dito que era difícil fazer os relatórios de execução material porque não haviam elementos, as Secretarias não forneciam elementos.

Os elementos estão coligidos, existem, simplesmente não estão à disponibilidade de todos.

Além do mais gostaria de recordar o próprio Decreto Legislativo Regional que tem a ver com a orgânica do planeamento.

O nº 2 do artigo 15º diz que o relatório de execução e de avaliação material e financeira, é apresentado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores durante os 180 dias seguintes ao período a que respeita.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Está cumprido!

O Orador: Esperemos que sim, Sr. Secretário, porque sem isso qualquer discussão que se possa fazer aqui, quando se discute um Plano Anual intercalar com um Plano a Médio Prazo, é absolutamente ineficaz.

Quanto ao Sr. Dr. Luís Paulo Alves, também agradeço a sua intervenção.

O que eu quis dizer foi que há que definir prioridades. Eu quis chamar a atenção para a urgência das questões do emparcelamento, dos caminhos, das águas e da electricidade.

De facto, concordo com o Sr. Secretário que às vezes é preciso fazer os caminhos em simultâneo com as água e em seguida a electricidade.

Neste momento, olhando para a minha ilha, São Miguel, conheço dezenas de explorações, para não falar de centenas, que poderiam ter neste momento o frio instalado nas suas ordenhas – uma melhoria muito acentuada na qualidade do leite – e não têm, porque não têm os meios necessários para poderem ter acesso à energia eléctrica.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Como sabe, eu fui uma das pessoas responsável por esse milhão de contos ter sido entregue à lavradora de São Jorge. Da forma como está acha que não está bem.

Pergunto-lhe: As cooperativas neste momento estão melhor ou pior do que estavam antes da ida desse milhão de contos para lá?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Messias (*PS*): Não tem tempo para responder!

Deputado João Cunha (*PSD*): Não tem resposta.

Essa pergunta deve ser feita ao Sr. Secretário.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não sou adjunto!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos hoje aqui, a responsabilidade de assegurar aos agentes económicos e aos açorianos que o Governo, neste quadro menos favorável, de disponibilidades financeiras para o Investimento Público, tenha condições que permitam que o bom momento que a economia açoriana tem vindo a atravessar nos últimos anos, possa prosseguir sem sobressaltos. Temos essa responsabilidade.

Temos hoje nos Açores um dinamismo dos agentes económicos que tem contribuído para consolidar a economia açoriana. Hoje ao contrário do passado já não podemos dizer que Economia é igual a Governo. Basta referir apenas que no período de 2001 a 2002 os agentes económicos viram aprovados mais de 157 projectos de investimentos correspondentes a 254 milhões de euros (50 milhões de contos) aguardando aprovação neste momento ainda outros no montante de mais de 21 milhões de euros (40 milhões de contos) .

É esta dinâmica de confiança que é absolutamente essencial assegurar como contributo fundamental para manter o mais distante possível os ventos recessivos que sopram das economias nacional e internacional.

Este Governo Socialista, que soube acompanhar os Açores no salto da sua triste situação de 1988 a 1996, saberá também agora, que o melhor caminho para o conseguir será o de cumprir os compromissos que puder assumir, garantindo assim o equilíbrio do nosso sistema económico, e a harmonia do tecido social.

Este Governo sabe que fazer mais do que se pode fazer é repetir o malfadado quadro que no passado atirou para as empresas açorianas níveis de dívida que culminaram com a quase paralisia dos Açores, com elevadas taxas do desemprego e empresas falidas.

É por isso que este Governo reprogramou financeiramente a sua actividade. Fê-lo porque sabe que, neste quadro, é assim que se governa bem os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na Agricultura também viemos dum quadro negro em 1996. Os 53,5 milhões de contos que o Plano a Médio Prazo 88/92 prometiam para 1992, por exemplo, vieram a transformar-se em apenas 24,4 milhões executados

(- 54%). Na área agrícola a quebra de meios disponíveis ainda foi maior. De uma dotação de 12,4 milhões de contos apenas se realizaram 4,7 milhões (-62%). Foi o tempo do obscurantismo Cavaquista que da República também nos quis meter na ordem. A diferença foi que nessa altura, governo e oposição protestaram em defesa dos Açores. Agora, há os que muito preocupados com a República hesitam em se colocar ao lado dos Açores,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... andando com um pé cá e um pé lá. Fazem lembrar aquelas pessoas que saltam para a lancha deixando um pé no cais. Inevitavelmente acabam estatelados entre os dois. Nem vão na lancha, nem ficam no cais.

Esses tempos difíceis acompanharam os Açores até 1996. Assim por essas ilhas abaixo o que havia era um parque industrial obsoleto, desde as indústrias de lacticínios aos Matadouros, eram Organizações de Produtores falidas, produtores em várias ilhas com pagamentos em atraso há mais ano, abandonos em massa no sector.

Foi daí que arrancou este Projecto para modernizar a Agricultura Açoriana e Desenvolver o Mundo Rural. A ultrapassagem no todo ou em parte de constrangimentos históricos importantíssimos ao nível dos transportes com o exterior e inter-ilhas, ao nível dos custos energéticos, das taxas de juro, da política fiscal ou da formação profissional, possibilitou uma enorme e determinante melhoria no quadro em que se desenvolve hoje toda a actividade económica nos Açores, e também no sector Agrícola, aumentando decisivamente as suas janela de oportunidade.

A situação hoje francamente melhorada, a todos os níveis, como ninguém poderá deixar de reconhecer, infelizmente está ainda distante de colocar a agricultura açoriana no quadro das mais desenvolvidas como é certamente vontade de todos. São muitas décadas de atraso que têm, como todos também o

podem reconhecer, vindo a ser recuperadas desde há alguns governos, nalguns períodos mais intensamente que noutros acentuando-se esta recuperação claramente nos Governos do Partido Socialista. Contudo neste processo dinâmico outros e novos constrangimentos vão aparecendo o que nos obriga a um permanente esforço no sentido de tudo fazer, no quadro das nossas possibilidades, por um sector de decisiva importância no futuro dos Açores.

Assim temos hoje nos Açores um quadro de modernização e reestruturação da indústria de lacticínios definitivamente alterado em relação ao cenário absoluto na condição higiosanitário de produção e competitividade no parque industrial agro-alimentar das nossas ilhas.

Em S. Miguel novas e modernas instalações industriais da Unileite, da Insulac, uma Rede de Recolha modernizada e racionalizada em todo o raio leiteiro da ilha.

Na Terceira a Unicol e a Pronicol detêm uma moderna Rede de Recolha e Instalações Industriais de elevada qualidade.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Quem é que fez isso?!

O Orador: Na Graciosa está em construção a nova unidade fabril da Ilha.

No Pico está em funcionamento a nova unidade industrial da Picolaze e um novo e moderno sistema de Recolha de leite na Lacto-Pico.

Nas Flores a unidade nova que se encontrava moribunda foi dinamizada.

No Corvo funciona uma nova queijeira.

Em S. Jorge vão reestruturar-se os centros fabris das cooperativas no sentido de reforçar a qualidade da produção de um dos produtos ex-libris dos Açores.

No Faial vai iniciar-se a construção de uma nova e moderna Unidade Industrial da Calf.

O dinamismo deste sector reflecte-se claramente na existência de um conjunto de projectos que se encontram apresentados na ordem dos 100 milhões de euros (20 milhões de contos) e de um conjunto de outros que as indústrias transformadores possuem em carteira para avançar.

Todo o leite recepcionado nas fábricas, à excepção das Flores e do Corvo, é hoje sujeito à classificação constituindo este um procedimento fundamental para a

melhoria da sua qualidade e da correspondente mais valia para produtores e transformadores.

Na fileira do leite foi conseguido um aumento na capacidade da produção na ordem dos 33% (120 toneladas) desde 1996 que, no entanto, face à forte expansão da produção, requer de todos um envolvimento activo na difícil ultrapassagem deste difícil constrangimento à actividade do sector. O Governo Regional neste sentido apresentou propostas ao Sr. Ministro da Agricultura e o seu Presidente no quadro de uma solução mais definitiva, através do Comité das Regiões apresentou uma Resolução à Comissão para que no Quadro da Ultraperiferia se encontre uma solução definitiva para o problema.

Nas unidades de abate o cenário era também confrangedor. Uma estratégia de dotar os Açores de uma verdadeira Rede Regional de Abate foi então prosseguida. Iniciou-se a remodelação de toda a Rede Regional de abate.

Em S. Miguel dotou-se a rede de abate como uma das mais modernas unidades do País.

Nas Flores, na Graciosa, em S. Jorge, no Corvo, modernas unidades de abate servem hoje a fileira da Carne.

No Faial concluiu-se o processo do novo Matadouro, único construído antes de 1996.

Até ao fim da Legislatura estará lançada a Rede Regional de Abate com os novos Matadouros da Terceira, de Santa Maria e do Pico.

Para a fileira da carne assumiu também particular importância a restituição da confiança do consumo açoriano através do sistema laboratorial em funcionamento e na exclusão dos Açores do embargo provocado pela BSE feito a Portugal. A certificação da carne açoriana constituiu-se ainda como um potencial a explorar.

Em matéria de infra-estruturas agrícolas destaca-se a intervenção em caminhos rurais e florestais onde foram reparados e beneficiados 4.000 km. Construíram-se 107 km de novos caminhos e intervencionados com revestimento betuminoso 107 km. Estão previstas intervenções em mais 700 km de caminhos rurais e florestais e acções de repavimentação, melhoria na rede de drenagem na continuação de um investimento que tem beneficiado milhares de explorações nos Açores. No

abastecimento de água investiram-se em infra-estruturas de captação, adução, ETA's, distribuição, reservatórios, mais de 15 milhões de euros (3 milhões de contos) com co-financiamento Comunitário.

No domínio estrutural das nossas explorações agrícolas foram aprovados 3561 projectos de modernização num esforço de investimento que envolveu um número muito significativo dos nossos produtores.

Na formação profissional, elemento determinante para um efectivo salto para um sector agrícola moderno, empresarial, foram efectuados, desde 1998, 214 cursos, envolvendo 3269 produtores. Esta aposta correcta que em capital humano introduz factores importantes de competitividade através da incorporação do conhecimento e da mudança de mentalidades, vai continuar com a realização no próximo ano de 45 acções de formação em toda a Região.

No domínio da reestruturação fundiária, foram aprovados 50 projectos por via dos apoios criados ao crédito para aquisição de terras. Ainda que os indicadores tenham vindo a evoluir, impões nesta área uma reavaliação por parte dos agentes do sector por forma a que, num quadro mais favorável, se dinamize a tão necessária reestruturação fundiária. Análise que também apoiamos que se faça em matéria de arrendamento rural.

No capítulo Florestal destacam-se, não só o excelente trabalho em caminhos, como também as áreas de reflorestação de terras agrícolas, do fomento florestal, e do reforço do corpo de guardas numa área de particular importância para os Açores.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Quantos hectares?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Estas e muitas outras áreas são reveladoras do empenhamento do Governo em relação ao sector agrícola. Áreas haverá também que os resultados não serão ainda os ambicionados.

Todos desejaríamos mais verbas para o próximo ano. Todos reconhecemos que muitas mais serão ainda precisas para recuperar de um longo atraso de há muitos anos face a Agriculturas mais desenvolvidas.

Reconheça-se também que, no quadro deste Plano o montante de verbas inscritas para 2003 ao possibilitarem um volume total de investimentos no sector agrícola de

84,3 milhões de euros (16,9 milhões de contos) representam 72,4% de todo o investimento que o Plano possibilita para Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional. Este valor não pode deixar de manifestar o claro reconhecimento que é dado à importância deste sector vital para a economia dos Açores.

Reconheça-se também que o conjunto de acções estruturantes aqui desenvolvidas deixam claro a existência de um Projecto sólido que os Governos do Partido Socialista tem vindo a desenvolver para a Agricultura nos Açores.

O salto qualitativo é hoje evidente.

É com firme determinação que o vão continuar.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Foi em Abril do ano passado, no dia 6, que o conhecemos.

Faz hoje 556 dias que esta Câmara aprovou o primeiro Plano a Médio Prazo de uma maioria socialista, apresentado como o maior Plano de sempre.

Menos 68 dias que o tempo médio de gestação de um elefante, como disse o Sr. Deputado Dionísio Sousa, o maior, também ele, mamífero não marinho do planeta.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eu não falei na gestação. Falei nos elefantes!

O Orador: Na altura, o Senhor Presidente do Governo afirmava que "os Planos que aprovamos são para valer".

Outro membro do Governo realçava os "elevados níveis de investimento" previstos, falando numa "nova fase do ciclo da Nova Autonomia, mais exigente e mais responsabilizante".

O "maior Plano de sempre" sofre agora um corte de 255 milhões de euros. O "maior Plano de sempre" já é mesmo, antes de se saber a sua real execução em 2004, a

preços constantes, inferior ao que foi executado nos primeiros quatro anos de governação socialista.

O P.S. da Terceira rejubilava com o tal suposto "maior plano de sempre", ia na cantiga e cantava loas, glorificando a sua satisfação porque tal documento consubstanciava, alegadamente, os compromissos eleitorais do P.S. para a ilha e as necessidades identificadas pelos parceiros sociais.

Avançava-se, mesmo, que tudo seria feito "para garantir a execução deste plano".

O P.S.D., por seu lado, manifestava preocupação com o que era necessidade da Terceira e não estava previsto, com a exiguidade de parte do que estava e com o que era sucessivamente repetido sem ser executado, chegando, agora, ao limite de ter como base das suas preocupações o que está previsto e aprovado e desaparece pura e simplesmente.

Com efeito, com a reprogramação do P.M.P., ora em discussão, desaparece das expectativas deste Governo Regional um conjunto de investimentos prioritários para a Ilha Terceira e são reduzidos outros num volume total que ascende a mais de 45 milhões de euros, tendo em conta o que estava previsto investir nestes quatro anos e o que é agora a proposta apresentada.

Ainda antes de se conhecer o Orçamento de Estado para 2003, o Governo Regional já apresentava uma anteproposta, dita de reprogramação financeira, mas de alteração profunda, do P.M.P. 2001-2004, com um corte de cerca de 42,4 milhões de euros para investimento na ilha Terceira.

Com o Orçamento de Estado aprovado, e sabendo-se que as transferências da República para a Região aumentam em 2003 cerca de 3,5 % em relação ao que constava do último Orçamento de Estado de um Governo Socialista referente ao corrente ano e em 31% relativamente ao que foi efectivamente transferido em 2001, os cortes das dotações previstas para a Terceira cresceram ainda mais, quando o investimento regional, no seu todo, em relação aquela anteproposta cresceu.

Esses cortes afectam sectores essenciais da realidade terceirense e tem a ver com investimentos há muito prometidos, previstos e nunca cumpridos, mesmo em épocas de governos socialistas na República e na Região.

Os previstos novos troços de Estrada para a Terceira nos 4 anos da actual legislatura, no montante de 9 milhões 128 mil euros, que se vangloriava nesta Casa que correspondia a 25% do Orçamento Regional nesta área, ficaram reduzidos a zero metros e zero cêntimos.

A reabilitação de Estradas na Terceira sofre também profundos cortes, desaparecendo intervenções há muito necessárias e anunciadas como são os casos da Estrada Lajes/Praia da Vitoria, pelos vistos agora ressuscitada, depois da encenação do seu desaparecimento, e 12 Ribeiras-Via Rápida.

No que concerne a Escolas, muito também foi prometido e previsto, na mesma proporção da rapidez com que foi retirado.

Das Escolas da Serra de Santiago e Porto Martins, também ressuscitada, previstas desde 1997 até às anunciadíssimas Escolas do Ramo Grande e São Sebastião/Porto Judeu nada resta.

Da Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, tida como grande prioridade desde 1996, e dos 17 milhões 705 mil 325 euros previstos, resta a módica quantia de um milhão e cem mil euros e apenas para 2004, depois de, por exemplo, o Senhor Secretario Regional da Educação ao ter anunciado nesta Assembleia, no mesmo fatídico Abril de 2001, que a obra seria adjudicada semanas depois.

Em suma, só em escolas a Ilha Terceira perde cerca de 19 milhões de euros relativamente àquilo que estava previsto para este mandato.

O novo Hospital da Ilha Terceira, que tinha uma dotação de 7 milhões 232 mil 570 euros, passa a ter apenas 220 mil euros na consideração do Governo Regional.

No mesmo sentido de perdas para a Terceira, desaparecem os investimentos previstos para a Aerogare Civil das Lajes, alguns desde 1997, e para a Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória.

A perder também fica o Parque Desportivo da Ilha Terceira em cerca de 1 milhão de euros.

A nova Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, com cerca 2 milhões de euros previstos, passa a ter apenas 250 mil euros.

A dotação prevista para a Protecção da Orla Costeira da Ilha Terceira desaparece completamente.

O mesmo acontece com os prometidos e previstos investimentos no Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, na Igreja do Livramento ou na Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo, que também ficam no rol dos esquecidos.

É, assim, infelizmente para os terceirenses, que os maiores planos de sempre assentes num denominado contrato celebrado em época de eleições e de esperanças, têm como resultado as maiores desilusões de sempre, porque não nasceu nem cresceu aquilo que se desejava.

Foi em Abril do ano passado, no dia 6.

Passaram 585 dias e o elefante afinal não era um elefante, mas uma ilusão, porque um animal de bem menor porte.

Afinal, o Plano aprovado não foi para valer.

O tal contrato não foi cumprido.

Grande parte dos compromissos assumidos e as necessidades apresentadas desaparecem dos Planos.

Mas, o tempo não pára e outras gerações e gestações virão, para repor o caminho da verdade, da justiça e do desenvolvimento harmónico dos Açores. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Uma leitura atenta destes documentos e da realidade da Ilha Terceira, permite-nos concluir a consideração que o Governo Regional tem e mantém por aquela ilha. Permite-nos também concluir que o Sr. Deputado certamente sofrerá de uma elefantia aguda.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está nos números Sra. Deputada. Diga a verdade. Se está satisfeita, tudo bem!

A Oradora: Este continua a ser o maior PMP da Região, como já afirmei em sessão anterior.

Gostaria ainda de lhe dizer que apesar da reprogramação financeira feita, este Plano prevê para a Terceira 22% do investimento.

Em estradas, 17% do Plano continua a ser para a Ilha Terceira.

Em escolas, 24% do Plano vai para a Ilha Terceira.

Posso elencar todos os investimentos realizados até à data, os que estão em curso e os que se iniciarão.

Como há muitos colegas meus inscritos, apenas vou-me ater aos investimentos feitos e a realizar pela Junta Autónoma dos Portos de Angra e aqueles que estão previstos no Plano de Investimentos a nível de transportes marítimos.

Nesta área temos concluída a consolidação da primeira fase do molhe do Porto da Praia da Vitória, o emissário submarino,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Da responsabilidade da Câmara!

A Oradora: ... o porto de recreio de Angra do Heroísmo, o plano integrado da baía de Angra....

Deputado Bento Barcelos (PSD): E o projecto?

A Oradora: ... e a aquisição da grua.

A iniciar, temos a recuperação do Porto da Praia da Vitória, a construção dos edifícios da Marina de Angra, a recuperação do edifício do Porto de Pipas, a consolidação das carpas da Baía de Angra, a construção da rampa de ferries, o edifício das oficinas da Praia da Vitória e o rebocador. Estes investimentos ultrapassam os 16 milhões de euros.

Sr. Deputado, preste atenção. Leia os documentos e informe-se. Não informe mal os açorianos e especialmente os terceirenses que são aqueles que neste momento lhe estão a dar a maior atenção.

Quem já não vai nas cantigas do PSD, nessas cantigas abusivas e tentativas mediócras de enganar os terceirenses, são os próprios terceirenses.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Já que resolveu fazer referências geológicas, do final da sua intervenção diria que “a montanha pariu um rato”. O discurso está gasto!

Para o Sr. Deputado Clélio Meneses ainda não se passou da altura dos LP’s para os CD’s. O disco quando estava riscado, quando caía numa determinada faixa, repetia sempre o mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O problema é que vocês não fazem nada e por isso temos que repetir o mesmo.

Desde 96 que repetem sempre o mesmo!

O Orador: Com as novas tecnologias isso já desapareceu um pouco.

Pelos vistos, o Sr. Deputado Clélio Meneses continua nessa fase.

Vamos àquilo que é objectivo e deixemo-nos de “cantigas de escárnio e de mal dizer”, tão ao gosto do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Quando o Sr. Deputado diz que o discurso é sempre o mesmo, estranhei não ter ouvido falar, por exemplo, dos investimentos feitos, em termos de portos, na Ilha Terceira.

Também estranhei não ter ouvido falar dos investimentos feitos nas estradas da Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é um Plano, não é um relatório de actividades.

Não sabe o que é que estamos a discutir?

O Orador: Estranhei o senhor não ter falado dos investimentos feitos na área da solidariedade social:

- infância e juventude – 3,1 milhões de contos
- terceira idade – 2,3 milhões de contos
- investimento na invalidez – 1,6 milhões
- mulheres vítimas de violência – 27 mil.

Estranhei o senhor não ter vindo falar:

- de não estar concluído o edifício para Creche e Jardim de Infância da Casa do Povo da Porto Judeu;
- do atelier de tempos livres da Carreirinha,
- na residência de casa e transições para jovens do Lar de Santa Maria Goretti,
- dos 6 lar de crianças da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento,
- da construção do centro de tempos livres de Angra do Heroísmo,
- da ampliação do edifício da Creche do Bairro Joaquim Alves da Praia da Vitória,
- do Jardim da Cáritas, da Confederação Operária Terceirense, cuja obra se vai iniciar,
- do Centro de Convívio de Idosos de São Bartolomeu,
- do Centro de Cuidados Geriátricos de Angra,
- do Lar do Raminho,
- e do Centro Comunitário, Social e Paroquial de Aqualva.

O senhor não falou em nada disso. Deu-lhe alguma amnésia momentânea, Sr. Deputado?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não estamos a debater um relatório de actividades!

O Orador: Preocupante e estruturante para o senhor é vir referir que não está prevista a gare de passageiros para o Porto da Praia. Isto faz-me lembrar, em analogia, alguém a quem a casa caiu o telhado – o Porto da Praia da Praia, como sabemos, por força das intempéries colapsou – e reclama para começarem a arranjar a cozinha porque isso é que é importante.

Uma gare marítima de passageiros num porto que está destruído neste momento?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Vocês é que prometeram!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E vamos fazer!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas já desapareceu do Plano!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, por essa lógica brilhante, nós tínhamos também prometido a reabilitação do Porto antes de ter acontecido a catástrofe. Haja um pouco de bom senso!

E haja um pouco de bom senso quando o senhor, falando de promessas cumpridas ou não cumpridas, se refere ao novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Se estivesse com um pouco de atenção, ou se tivesse lido com alguma atenção os documentos, sabia que aquilo que foi o compromisso eleitoral do Partido Socialista, foi dar início ao processo conducente à construção do novo hospital.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Com 7 milhões de euros inscritos?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que vale é que os terceirenses não vêem isso!

O Orador: Quanto à questão do novo Hospital de Angra do Heroísmo, estranhei que não tenha sido falado nos grandes investimentos que foram feitos de modo a continuar a permitir uma boa acessibilidade dos cuidados de saúde do actual hospital, das novas valências, nomeadamente da nova urgência,...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Nova urgência?

O Orador: ... do novo bloco operatório e em todas as partes que estão a ser feitas. O senhor vá ver o que está a ser feito e depois venha falar comigo.

Relativamente ao novo hospital, para além daquilo que foi o compromisso assumido pelo Governo do PS de dar início ao processo conducente à construção do novo hospital, se o Sr. Deputado Clélio Meneses estivesse com um pouco de atenção, teria percebido que se calhar a fonte de financiamento poderá não ser através do Orçamento Regional.

No ano passado, nesta mesma Casa, alguém, sobre o novo Hospital de Angra, dizia o seguinte:

“Devo-lhe dizer que o Hospital de Angra feito pelo Project Finance, porque não há dinheiro, é inquestionavelmente prioritário. Ninguém tem dúvidas.

Há dúvidas sobre as três gerações que devem pagar o hospital?

Há-de pagar quem nasceu nele, há-de pagar quem vai certamente ter filhos naquele hospital e há-de ter gosto em pagar o avô de quem vai nascer”.

O Sr. Deputado sabe quem disse isto? Eu recordo-lhe. Foi o seu colega Deputado Victor Cruz.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Deixe-me que lhe leia uma passagem:

“A proposta de Plano para 2003, poderia dizer, reflectirá no seu volume de investimento o período actual de restrição orçamental, mas pelo seu conteúdo, apontará ainda para metas ambiciosas de desenvolvimento económico e social.

O rigor e a qualidade das propostas de intervenção serão uma resposta adequada ao ambiente de escassez de recursos financeiros, sem empolamento, a priori, de falsos problemas levantados pelo menor volume de despesa.”

No contexto actual, esta passagem poderia ser nossa. Poderia ser minha ou do PS. Não é! É vossa! É do PSD! É da vossa reprogramação financeira de 92, em que os senhores, e bem, resolveram atempadamente reorganizar e reprogramar aquilo que já estava reprogramado.

Já chega de críticas sobre a reprogramação prudente deste Governo, pelo menos da memória que tenho da vossa própria reprogramação.

Neste enquadramento financeiro, nós somos defensores de que se o Governo faz obra, deve pagar essa mesma obra e só deve fazer aquilo que pode pagar.

Os terceirenses percebem isso perfeitamente. E percebem isto tão profundamente que vêem uma coisa que o senhor nunca vê e por isso vem para aqui falar de elefantes e de ratos.

Deputado Mark Marques (PSD): Os ratos vieram desse lado!

OA Oradora: Sr. Deputado Clélio Meneses:

Neste momento, a Ilha Terceira tem obra feita por este Governo e é isto que o senhor não pode negar.

Eu não esperava isso de si, porque quem nos habituou a vir para aqui com recortes de jornais no início da legislatura, foi o seu colega Deputado Joaquim Machado.

Eu vejo que este problema é uma virose que se anda a alastrar nesse grupo parlamentar.

De facto, até o líder do vosso grupo parlamentar já traz para aqui o jipe, a carrinha 4x4.

Isto está-se a tornar numa situação insustentável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o reflexo da política deste governo!

A Oradora: A política não deve ser feita assim.

Isto é uma discussão nobre de um Plano e de um Orçamento. Não é a discussão da casa da vizinha.

Os senhores trazem para aqui o casosinho das duas casas da Fonte do Bastardo.

Sr. Deputado Clélio Meneses, para mim, aquelas duas casas da Fonte Bastardo e as pessoas que elas albergarão são tão importantes como qualquer outra, mas não são as mais importantes.

Isto é a discussão de um Plano e Orçamento. Portanto, não vamos discutir o casosinho da Fonte Bastardo.

Isto começa a ser um grave problema da vossa bancada.

Os terceirenses, como todos os açorianos, percebem que a política nobre não é feita da mesquinhez que os senhores trazem para aqui, como trouxe o Deputado Joaquim Machado, a respeito do meu colega Cabral Vieira.

Que fique claro:

A política é feita de coisas nobres e não do casosinho.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É a Escola de São Carlos, o porto de passageiros, a aerogare civil, o último troço da via rápida!

A Oradora: Sabe por que é que o senhor fala do casosinho?

Porque as coisas grandes, as coisas evidentes que estão feitas o senhor não pode trazer para esta Casa. Então traz o casosinho para ficarmos a discutir o muro da vizinha.

Temos que ver as coisas importantes que foram feitas na Ilha Terceira.

Numa breve passagem vou refrescar a sua memória.

Presidente: Sra. Deputada, receio que não possa refrescar muito, porque ultrapassou o seu tempo.

A Oradora: Vou ser rápida.

- EB/JI da Carreirinha, a EB/JI do Pico da Urze.

Estas escolas funcionavam em módulos desde o sismo de 80.

- Participação no incremento do turismo na Ilha Terceira;

- Construção da Marina de Angra;

- A Pousada da INATUR no Castelinho;
- A EB 2-3 Francisco Ornelas da Câmara;
- Aquisição de uma grua e rebocador para o Porto da Praia;
- Centro de Saúde da Praia da Vitória;
- Remodelação e Equipamento das instalações do Hospital de Angra.

Também poderia enumerar as estradas:

- Porto Judeu/Feteira;
- Estada do Rego, etc, etc...

Podemos ver ainda:

- as obras no núcleo de Pescas da Praia da Vitória ;
- as obras profundas no porto de pescas e casas de aprestos de São Mateus, em Angra;
- a construção de casas de aprestos na Praia da Vitória;
- o porto dos Biscoitos;
- os molhes de protecção do Porto da Praia e;
- os caminhos agrícolas.

O que é que quer que eu lhe diga mais, Sr. Deputado?

Quem não vê isto tem miopia política, não tem mais nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção sobre pedidos de esclarecimento à intervenção trazida pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, quase que nem faria sentido depois da intervenção dos meus colegas de ilha, mas há um sector que não foi tão especificado na demonstração inequívoca de que o Governo do PS nestes 6 anos tem investido na Ilha Terceira mais do que nenhum outro no passado.

Já foram reveladas aqui algumas obras, feitas nestes últimos 6 anos, e não as vou repetir para não tornar maçadora esta intervenção.

Mas em termos de estradas, que é um sector sempre trazido a debate pelo PSD, tentando passar a ideia, nomeadamente na Ilha Terceira, de que neste âmbito, pouco ou quase nada tem sido feito, eu gostaria de lembrar que nestes últimos 6 anos o Governo Regional executou a pavimentação:

- do 4º troço da via rápida,
- da Ladeira do Cardoso,
- da Canada das Fontinhas,
- São Pedro/Silveira, com a rotunda,
- da Ladeira da Pena,
- da estrada de São Joões,
- da Canada de Mesquita/Juncal até à Rotunda D. Beatriz,
- da Canada da Ajuda, em Santa Bárbara,
- do Porto Judeu/Feteira,
- dos Altares/Pico Gordo recentemente inaugurado e,
- fez um grande investimento na recuperação da via rápida e continuá-lo-á.

Este Governo financiou a pavimentação da circular da cidade da Praia e concluiu a estrada da Agualva até à Serreta com a pavimentação das Quatro Canadas, Agualva e da Canada do Boqueirão.

Como se constata foram muitas as estradas intervencionadas por este Governo Regional.

O facto da reprogramação financeira fazer com que haja desvios nas obras programadas para este período imediatamente a seguir, penso que não é razão para se vir, numa intervenção que no fundo é quase como que a exaltação da estratégia levada a cabo pelo PSD regional com a conivência do Governo da República de Durão Barroso, como ontem ficou exaustivamente aqui provado, com esse tipo de manobra que leva a um possível estrangulamento das obras do investimento do Governo Regional, para com isso procurarem tirar alguns dividendos em 2004, ano de eleições.

O povo dos Açores não está a dormir. O povo dos Açores está apercebendo-se exactamente do que se está passando e o povo da Ilha Terceira, habituado a esta forma de choramingar da política do PSD da Ilha, vê com os seus próprios olhos e

compreende o grande e elevado investimento que até aqui tem sido feito em todos os sectores da vida política regional naquela ilha.

Faltaria invocar todo um investimento feito no sector agrícola, os caminhos agrícolas, a distribuição de água à lavoura e a electrificação progressiva de várias explorações, na Ilha Terceira.

Tudo isto contabiliza muitos milhões de contos que têm servido e vão servir para uma melhoria de vida do povo terceirense em todos os seus níveis.

Que fique aqui denunciado este tipo de manobra intervencionista do PSD junto do eleitorado para o confundir, contra a realidade apresentada ou acabada de apresentar por cada um dos Deputados da Ilha Terceira, pelo Partido Socialista, que estão por detrás de tudo isto que o governo regional tem feito naquela ilha.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Se o Sr. Deputado estivesse chegado a esta Casa mais cedo, naturalmente tinha evitado uma mausura de um Governo do PSD. Vou identificá-la citando as palavras do ex-Secretário da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, aquando do debate do Plano a Médio Prazo 89/92:

“Quanto ao Matadouro Industrial da Ilha Terceira, ele está previsto para este Plano a Médio Prazo, uma vez que está no documento que foi apresentado à Comunidade Económica Europeia, que já foi aprovado pela Comunidade e é financiado pelo Regulamento 355”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o pouco tempo que me resta, queria apenas manifestar que a solidariedade normalmente surge em tempo de dificuldade.

Sentiu-se aqui a dificuldade do PS no domínio da solidariedade, atingindo até uma ilha vizinha, a Ilha de São Jorge.

Eu não falei de um grande conjunto de investimentos que estavam previstos, prometidos e necessários para os terceirenses durante muito tempo. Falei apenas naquilo que está previsto no Plano a Médio Prazo, aprovado pelos senhores há menos de um ano e meio atrás, que agora desapareceu, num montante de cerca de 9 milhões de contos.

Ninguém está aqui a fazer um levantamento das situações existentes no relatório de actividades. Estamos a aprovar Planos para o futuro.

Em relação aos milhões de que falamos, faço referência a uma intervenção de 97 em que se dizia que os piores Planos de sempre deixavam para a Terceira cerca de 11,8% em 94, 11,3% em 95 e 13,5% em 96. Era isso que os senhores diziam que eram os piores planos de sempre para a Terceira.

Sabem quanto é que resta para a Terceira em 2003? Resta 9,6%.

São estes números que coincidem com a verdade.

Da nossa parte, uma verdade dita muitas vezes nunca deixa de ser verdade. A nossa voz nunca se calará contra muitos, contra a dimensão daquilo que dizem e contra a baixeza dos conteúdos em defesa daqueles nos elegeram e da nossa terra.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses diz que nós não estamos preocupados.

Nós estamos preocupados. Nós estamos muito preocupados com o Governo do Primeiro-Ministro Durão Barroso não autorizar o endividamento de 6 milhões.

O Sr. Deputado sabe o que é que se poderia fazer com os 6 milhões não autorizados?

O Sr. Deputado sabe quantas escolas se poderiam fazer com os 6 milhões?

O Sr. Deputado sabe quantas estradas se poderia fazer com os 6 milhões?

O Sr. Deputado sabe que com a não autorização ao endividamento às autarquias locais, que as autarquias da Ilha Terceira não poderão fazer o realojamento de barracas, conforme estava programado com o Governo Regional?

O Sr. Deputado sabe o que é discriminação?

Sabe o que é discriminação para a Terceira, Sr. Deputado?

É o relatório de 95 que dizia que a Ilha Terceira havia de ter 649 mil contos para estradas e foi alterado para 231.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por isso o PSD perdeu as eleições!

O Orador: E dizia que São Miguel ia ter 1 milhão 927 e passou para 2 milhões 205. Isso é que é discriminação.

Sabe o que é que é discriminação, Sr. Deputado?

É dizer que a Ilha Terceira, em 96, ia ter 427 mil e 500 contos para a habitação e ser ajustado para 269. Isso é que é discriminação, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Discriminação da Câmara da Praia, na qual o senhor é vereador!

O Orador: Os terceirenses sabem disso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Alegra-me saber que o investimento no sistema educativo, na Ilha Terceira, tem sido muito bom e elevado, porque só assim é que eu percebo que o senhor, que estudou na altura dos Governos do PSD, nem contas sabia fazer.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Mas para isso hoje em dia até existe uma ajuda prática que são as calculadoras. Até mesmo já existem os computadores e as folhas de Excel.

Se quiser eu posso dar-lhe a minha, uma que fiz, é caseira mas é de confiança.

Na Ilha Terceira, esses 9,4 só existem na sua cabeça e na sua calculadora. Como já disse na minha primeira intervenção para evitar qualquer dúvida, na Terceira são investidos 22% do Plano de Investimentos para 2003. Não falo em 2004, porque aí ainda é maior.

Eu também já falei nas estradas e nas escolas.

Continuamos a ter na Ilha Terceira um elevado montante de investimento, apesar da reprogramação financeira que foi necessária fazer por todas as razões que já foram aqui evocadas pelo Governo Regional e pelos Deputados desta bancada.

Penso que deverá pôr a mão na consciência e não voltar a repetir asneiras desta natureza.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): São os vossos números, números socialistas que os açorianos já conhecem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Venho falar daquilo que foi ressuscitado pelos Deputados do PS.

De facto, ressuscitámos a Lajes/Praia da Vitória e ressuscitámos a escola de Porto Martins.

Gostaria que o senhor tivesse coragem política para assumir que são obras importantes para a Terceira...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não têm falado de outra coisa!

A Oradora: ... e as duas situam-se no concelho que V. Exa. pertence, mas não tem coragem para o fazer.

Não tente ludibriar os terceirenses.

Os açorianos não gostam de ser enganados. O senhor anda a tentar camuflar coisas e não devia fazê-lo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A escola de São Carlos é um exemplo!

A Oradora: Sabe por que é que não devia enganar os terceirenses?

É porque hoje somos o dobro dos senhores e vamos continuar a ser o dobro enquanto o senhor não assumir a verdade perante os terceirenses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O povo é que vai dizer a verdade. Ele é quem manda!

A Oradora: O senhor sabe tão bem quanto eu como é que os terceirenses conseguem ser determinados nas suas aflições e nas suas simpatias.

Desde 88 que eles mostram de quem é que gostam mais...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Com toda a legitimidade!

A Oradora: ... e quem são aqueles com que se identificam realmente e não é convosco.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para acrescentar uma nota de rodapé muito curiosa.

O Governo investe na Terceira tanto e tão bem que até se dá ao luxo de anunciar um investimento tão importante como a ampliação da aerogare das Lajes, através dos Deputados do PSD.

Isso significa que o que está em jogo são interesses da Terceira, venham da voz de quem vier.

São tantos os investimentos que até os Deputados do PSD nos servem de porta-voz em relação ao que se investe na Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 ou 20 minutos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, pedia para ocuparem os vossos lugares para retomarmos os trabalhos.

(Eram 12 horas e 15 minutos)

A Mesa passa a informar os tempos ainda disponíveis:

PS – 46 minutos

PSD – 20 minutos

PP – 6 minutos

PCP – 6 minutos

Governo - 30 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos vindo a transformar profundamente a gestão ambiental nos Açores, ao longo dos últimos anos, como resposta à clara aspiração e profunda preocupação de muitos açorianos. Preocupação legítima porquanto, não obstante existir nos Açores uma sabedoria empírica ao nível da convivência com o "bem ambiental", as profundas alterações sócio-económicas que mais recentemente se observaram, arrastaram também consigo, a par do melhor que o desenvolvimento nos trouxe, aspectos extremamente penalizantes para o ambiente.

A intensificação da agro-pecuária, o crescimento urbano e do turismo e o aumento do consumo, para mencionar apenas algumas dessas transformações, provocaram a eutrofização de algumas das nossas lagoas, diminuíram a qualidade e quantidade de água disponível, aumentaram a pressão na natureza e provocaram um aumento considerável de resíduos, acompanhado de uma crescente pressão em ribeiras e na orla costeira.

A gestão ambiental deixou por isso, de poder ser deixada à empírica sabedoria popular, tanto mais que essa sabedoria se foi perdendo e os próprios cidadãos que, durante séculos, souberam gerir individual e directamente este património, retiraram-se há muito da sua gestão.

Como responderam os sucessivos Governos a este quadro ambiental na Região?

O VI Governo Regional, último de responsabilidade do PSD, deu continuidade a uma política de secundarização da área ambiental mantendo níveis insuficientes de investimento que, a preços correntes, variaram entre um máximo de 930 mil _ em 1992 e um mínimo de 440 mil _ em 1994, claramente insuficientes para fazer face ao volume de problemas ambientais então acumulados.

O combate à eutrofização das lagoas foi então reduzido à expressão do seu arejamento e ao corte de algumas algas macrófitas na lagoa das Sete Cidades. O destino dos resíduos era, para mais de 70% da população, as lixeiras a céu aberto que então proliferavam. Os problemas acumulavam-se e cresciam na orla costeira das ilhas e na margem de ribeiras sem que, por parte do Governo, se visse resposta adequada, tanto no que se refere à resolução concreta dessas situações, como ao nível da implementação de uma correcta política de planeamento e ordenamento do território que então se impunha, agravada ainda pela emissão sistemática de pareceres favoráveis em domínios de competência específica, com o conseqüente risco para essas construções, e concomitantemente para os seus residentes, e também por uma total impunidade dos prevaricadores. Surgiram, é um facto, algumas áreas com estatuto especial de protecção, mas esse esforço legislativo raras vezes apresentava o correspondente esforço de gestão que subseqüentemente deveria surgir.

Com o VII Governo Regional, o investimento na área ambiental quadruplicou, passando de 500 mil para dois milhões e 400 mil €, também a preços correntes, entre 1996 e 1997, continuando a crescer para ultrapassar os 8 milhões de € em 2000.

Passámos assim de 0,33% para 2,41% de investimento ambiental em relação aos Planos da Região nos VI e VII Governos Regionais. Quase 50% do investimento efectuado no período 1997-2000 relacionou-se com situações de calamidade, sendo por isso dirigido para o reforço de taludes de ribeiras e, nalguns casos também, para intervenções diversas na orla costeira, com especial referência para os avultados investimentos efectuados no Concelho da Povoação, alguns dos quais ainda em curso.

Foi também um período de expressivo investimento em infra-estruturas de saneamento, especialmente no que se refere à construção ou arranque de novos aterros sanitários, em resultado do qual passámos a cobrir com destino adequado para deposição de resíduos 94% da população. É iniciado o processo de cooperação com as Juntas de Freguesia para limpeza de ribeiras. Neste período, é igualmente efectuado o primeiro Plano Estratégico de Ambiente, o dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Ao nível das lagoas iniciou-se a construção de algumas bacias de retenção de caudal sólido, passo fundamental para o combate ao processo de eutrofização. É lançada a Rede Natura 2000 e iniciados os Planos para as áreas marinhas protegidas. A Rede de Vigilantes da Natureza é criada, sendo igualmente criadas as Redes Regionais de Ecotecas e Ecoescolas que dão também os primeiros passos. Finalmente, por revisão orgânica então ocorrida é criado o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cujo funcionamento se iniciaria já no período de vigência do actual Governo, sendo igualmente criada a Secretaria Regional do Ambiente. Muito terá ficado por fazer, mas foram definitivamente lançadas novas sementes que pela mão do VIII Governo viriam germinar e às quais juntámos um número apreciável de outras.

Ao VIII Governo depararam-se grandes desafios nesta área ambiental. Desde logo o de, dando sequência lógica à criação desta Secretaria Regional, dar-lhe a devida projecção política e estratégica e abri-la à sociedade. Temo-lo feito. Não apenas pela

projectão que temos procurado dar à nossa acção mas sobretudo, pelo sentido do seu elevado grau de transversalidade que nos induziu à progressiva aproximação a um conjunto de parceiros com responsabilidades e competências directas e indirectas relativamente ao "bem ambiental", no sentido de com eles definirmos estratégias adequadas à resolução dos mais diversos problemas ambientais. A organização de workshops, seminários e congressos sobre as mais diversas áreas temáticas têm nesse âmbito, funcionado como excelentes agentes, como o têm igualmente o Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e estou certo, assim acontecerá proximamente com o Conselho Regional da Água, recentemente aprovado nesta Assembleia Legislativa.

Também o significativo número de processos que temos tido a discussão e apreciação pública têm contribuído para essa abertura à sociedade. Mas esse sentido político e estratégico passa obviamente também, e de forma muito particular nas diversas vertentes ambientais, pela produção de um conjunto de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento como forma de garantir, para o futuro, uma melhorada gestão do nosso património ambiental.

Com a consciência de que não basta acautelar o futuro e planeá-lo, na linha atrás enunciada, sendo igualmente necessário resolver um considerável passivo ambiental que detemos na Região, a Secretaria Regional do Ambiente procedeu ao levantamento de um conjunto de situações, com especial referência para o levantamento recentemente concluído para os resíduos abandonados, e iniciou a sua resolução. Fizemo-lo na certeza de que algumas dessas situações, como são os casos de combate à eutrofização de lagoas e do reordenamento da orla costeira, vão levar largos anos até à sua completa resolução.

Avançámos, assim, com um conjunto significativo de intervenções na orla costeira juntando às protecções em curso na Povoação, Ribeira Quente, S. Lourenço e Caldeira de Santo Cristo, algumas das quais entretanto concluídas, outras no Pico e em S. Jorge, com especial referência para a Fajã dos Vimes, estando ainda em curso a obra de protecção de S. Roque, e iniciando-se brevemente mais duas obras há muito aguardadas, com os projectos já concluídos. Refiro-me concretamente às obras de Rabo de Peixe e Santa Cruz das Flores, estando também em fase de

conclusão o projecto para as Lajes do Pico, cujo arranque está agora deferido para 2004.

Globalmente, o investimento previsto e/ou contemplado naquelas intervenções representam um esforço financeiro do actual Governo Regional, através do plano desta Secretaria Regional, de 12 milhões de _ a que acresce ainda a comparticipação de 1 milhão e 250 mil _ no âmbito do POLIS de Angra do Heroísmo, obviamente no espírito da consolidação da orla costeira. Este investimento perfaz assim cerca de 1/3 do investimento do Governo Regional na vertente ambiental.

Ao nível das ribeiras quero destacar, de entre um elevado número de correcções de leitos que vimos efectuando, as obras que, na sequência das cheias que nos assolaram, com especial incidência na Ilha de S. Miguel, estão em curso na Ribeira de Santiago num investimento que monta 2 milhões de _ encontrando-se já adjudicadas duas novas intervenções no âmbito da naturalização dos leitos da Grotta do Passal no Faial da Terra, e outra a montante da zona urbana da Ribeira de Santiago, num investimento conjunto de perto de 1,5 milhões _ que se prevê fique concluído durante o próximo ano.

No âmbito dos recursos hídricos, importa igualmente destacar o esforço que o Governo Regional tem vindo a desenvolver no âmbito do combate à eutrofização das lagoas com especial destaque para as lagoas de Furnas e Sete Cidades. A nossa estratégia integra uma linha de orientação baseada na adopção de instrumentos de planeamento e gestão integradas das bacias hidrográficas e uma outra dirigida para a adopção de medidas de remediação directas, na massa hídrica e nas linhas de água drenantes.

O planeamento e ordenamento das actividades procura a minimização na fonte de rejeições de contaminantes e constitui a via mais segura, ainda que mais complexa, pelo esforço de concertação sócio-económica que requer, para estancar a eutrofização lagunar, mas apenas produzirá resultados perceptíveis no médio/longo prazo.

Neste momento, está a decorrer a 2ª fase dos planos de ordenamento das Bacias Hidrográficas daquelas duas lagoas, sendo igualmente de realçar a designação como

zonas vulneráveis – aliás, há pouco referido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas – de oito bacias hidrográficas.

Uma referência para o resgate de quota que, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, será proximamente dirigido para as Furnas e Sete Cidade. Penso que virá, na vertente daquilo que é o reordenamento que temos que provocar nas Bacias Hidrográficas, dar um contributo relevante.

Ao nível dos resíduos, são públicas as acções que temos desenvolvido, em particular junto dos municípios, e a legislação entretanto produzida, pelo que não me alongarei nessa abordagem.

Relativamente à Conservação da Natureza quero, a par dos Planos cuja realização atrás referi e de legislação entretanto publicada, fazer uma referência para a informação e sinalética que recentemente temos vindo a instalar por todas as áreas com estatuto especial de protecção e a melhoria que ao nível da gestão se vem observando nalgumas áreas, com especial referência para o Porto Pim, Castelo Branco, Montanha do Pico, Caldeira de Santo Cristo, Ilhéu de Vila Franca, sendo que, iremos paulatinamente alargando a nossa acção a outras áreas ao longo dos próximos anos.

Concluimos entretanto um pacote legislativo para as Áreas Marinhas Protegidas cujos Decretos Legislativos Regionais virão oportunamente à aprovação desta Assembleia, sendo igualmente do conhecimento público o esforço que vimos desenvolvendo em conjugação com o Departamento de Oceanografia e Pescas e outras instituições internacionais, no sentido de elevar a um nível de protecção internacional algumas áreas centradas nas fontes hidrotermais como o Menez Gwen e o Lucky Strike, estando desde já em preparação um regulamento internacional para efeitos de acesso e definição de outras restrições nessas áreas.

Esse nosso empenho mereceu, aliás, o reconhecimento internacional através da distinção que nos foi atribuída, o "Gift to the Earth", através daquela que é uma das maiores organizações não governamentais de ambiente com trabalho desenvolvido no ambiente marinho, a World Wide Fund. Vamos assim concretizando, nesta vertente ambiental, a projecção e valorização que queremos assegurar deste mar que nos rodeia.

Termino com uma palavra para aquele que é um dos mais significativos dossiers que temos vindo a coordenar mas que, mais do que um projecto do Governo e desta Secretaria Regional é um projecto da Região, e desde Dezembro último também um projecto nacional. Refiro-me ao dossier da candidatura à UNESCO da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, que mais do que uma candidatura é hoje já uma área sujeita a um esforço de gestão exemplar.

Na certeza de que se trata de um projecto ambicioso e difícil, para o qual necessitaremos do empenho continuado do Governo da República, conforme tive aliás oportunidade de transmitir ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, é também grande a convicção que, em 2003, ou, num cenário menos optimista se acaso houver um deferimento no tempo da decisão, em 2004, possamos passar a contar com uma segunda área classificada pela UNESCO nos Açores.

Apresentamos neste Plano uma reprogramação do investimento previsto para 2003 e 2004, para o Ambiente como para as outras Secretarias Regionais.

A aprovação desta alteração do Plano de Médio Prazo para 2003/2004 garante o crescimento do investimento ambiental a preços correntes, em 171%, quase o dobro portanto, relativamente ao investimento efectuado na anterior legislatura e, também a preços correntes, em 1635% (mais de 16 vezes) relativamente ao investimento observado no período 1993/96, correspondente durante a presente legislatura a 4,29% deste Plano, que contrastam com os 0,33 que anteriormente referi e com os 2,5 dos VI e VII Governos Regionais.

Fica pois a minha certeza de que a sua aprovação garantirá a continuidade do trabalho por nós encetado nas diversas frentes anteriormente referidas e bem assim do desenvolvimento sustentável que estamos a promover nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário do Ambiente e uma vez que o seu gabinete é uma mega secretaria que atravessa transversalmente todo o Governo, gostaria registar que realmente o senhor tem imprimido muita projecção e pouca acção ao Departamento.

As grandes linhas que registamos prendem-se com muitos colóquios, workshops e intervenções costeiras. Hoje é, inquestionavelmente, um dos departamentos da nossa administração com mais dinâmica. Muito se espera da projecção que vai advir na implementação do Concelho Regional da Água.

Como é sabido o Governo Regional acaba este ano de 2002 sem praticamente ter investido na Ilha do Corvo.

Para 2003 cabe praticamente em exclusivo ao seu departamento a grande responsabilidade de investir 200 mil euros na Ilha do Corvo, nomeadamente no Caldeirão.

Como vai decorrer essa execução dos 200 mil euros em 2003? Qual a sua calendarização? Qual o conteúdo da sua proposta relativamente ao Caldeirão?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro começou por assumir uma atitude um pouco crítica, mas acabou por corrigi-la, de modo que eu não vou responder a essa primeira parte da sua intervenção.

Relativamente àquilo que é o trabalho que temos vindo a desenvolver ao nível da gestão dos recursos hídricos, eu gostaria de lembrar, como aliás foi publicamente anunciado durante a visita que o Governo Regional fez à Ilha do Corvo há poucos meses, o primeiro passo que foi dado e que é fundamental.

Não vale a pena nós desvalorizarmos aquilo que é o papel do planeamento e dos estudos, particularmente naquilo que são áreas para as quais não temos respostas adequadas.

Tudo aquilo que são intervenções óbvias, que não levantam dúvidas, como as protecções da orla costeira onde não existe qualquer dúvida, têm que ser feitas. Correspondem a um investimento razoável, equilibrado e por isso avançamos para elas.

Isto é verdade nas ribeiras e é verdade naquilo que são problemas ao nível das lagoas.

Aquilo que são situações mais críticas, mais dúbias do ponto de vista técnico, como é o caso particular da Lagoa do Caldeirão, na Ilha do Corvo, temos recorrido a estudos.

Fizemos o primeiro estudo, mas infelizmente o mesmo não nos dá cabalmente as respostas que necessitamos para corrigir a situação vigente naquela lagoa.

Muito brevemente iniciaremos um segundo estudo.

Nesse âmbito naturalmente que serão dadas pistas sobre as intervenções a efectuar.

Para esta área não tenho uma resposta clara, objectiva, daquilo que são as intervenções que vamos ter que fazer, porque se a tivesse, obviamente que não teria solicitado e encomendado um estudo para o efeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos neste momento a debater o Plano para 2003 e reprogramação financeira para 2003/2004, num momento em que é cada vez mais notório, por esse mundo fora, que estão ultrapassados todos os modelos de crescimento potenciadores de quaisquer passivos ambientais.

Hoje, a defesa da qualidade do ambiente e dos recursos naturais assume-se cada vez mais como uma prioridade, prioridade essa que assenta na perspectiva de desenvolvimento sustentado da humanidade.

Conforme já disse aqui noutras ocasiões, este desafio do desenvolvimento sustentado da humanidade tem que ser apoiado em 3 pontos essenciais:

- prosperidade económica;
- protecção da natureza;
- equidade social e ambiental.

Conforme se nota de tudo isto, este desafio extravasa e vai além do âmbito do programa 24 do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores.

É por ser assim, e reafirmamos uma vez mais, que o ambiente terá que participar efectivamente na configuração do modelo económico e do modelo de desenvolvimento que queremos para a nossa Região.

Mais do que isso: o ambiente tem que ser encarado como uma infra-estrutura fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Foram estes princípios que ficaram plasmados nos programas do VII e do VIII Governo Regional.

São estes princípios que se mantêm norteadores dos documentos que neste momento estamos a analisar.

Senão vejamos:

O Sr. Secretário já teve oportunidade de avançar alguns números, mas gostaria de recordar outros.

Na legislatura de 93/96, o Governo Regional investiu na área do ambiente – socorri-me dos relatórios de execução – 1 milhão e 120 mil contos, a uma média anual de 280 mil contos.

Na legislatura de 97/2000, o Governo Regional investiu qualquer coisa como 4 milhões e 800 mil contos, a uma média anual de 1 milhão e 200 mil contos.

Esta média anual da legislatura de 97 a 2000 é claramente superior a todo o volume de investimento da legislatura de 93/96.

Deitando mão ao relatório de execução de 2001, o Governo Regional investiu um valor muito próximo de 1 milhão e 600 mil contos, ou seja, mais 32% do que a média da legislatura 97/2000 e mais 42%, só neste ano de 2001, do que todo o investimento da legislatura 93/96.

Olhando para o investimento planeado para 2002, superior a 13 milhões de euros, admitindo uma execução modesta de 80%, serão investidos na área do ambiente, no ano de 2002, mais de 2 milhões de contos, ou seja, mais de 10 milhões de euros.

Se olharmos às propostas que temos neste momento em debate, estão orçamentados valores superiores a 1 milhão e 600 mil contos, superiores a 8 milhões de euros, para 2003 e para 2004.

Srs. Deputados, para que não fiquem dúvidas (nós não temos nenhuma!) é neste registo plurianual e mais do que qualquer *fait divers* como nos tentou agradar o Deputado Alvarino Pinheiro, que podemos avaliar a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural de qualquer Governo.

Aí, Srs. Deputados, a evidência confirma não só a diferença das opções e a dimensão dos documentos, como também e sobretudo a justeza dos caminhos escolhidos pelos Governos Socialistas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Agradeço-lhe a honestidade, mas fico com a ideia de que não há grande correspondência entre a ideia que V. Exa. tem para o Corvo e os 200 mil de euros que lá colocou.

Em geral, todos se têm queixado, desde logo os corvinos, da limitação de recursos.

Gostaríamos que V. Exa. fundamentasse um pouco melhor se pensa que o tipo de estudo que vai encomendar valerá os 200 mil euros.

Julgo que o Sr. Presidente do Governo não teria nenhuma dificuldade em encontrar um projecto ou dois que obtivesse o apoio geral dos corvinos.

Se a ideia é atirar verba para o Plano para fazer rácio a fim de que os corvinos sintam que este Governo, apesar de tudo, ainda se lembra deles, a estratégia é má.

Daqui a dias nós vamos estar aqui e vossa excelência vai ser confrontado com o facto de não ter feito nada.

Se a ideia é séria e é fazer alguma coisa em relação à Lagoa do Corvo, que é uma questão fundamental para os corvinos, dê-nos uma ideia do que é que pretende fazer. É razoável e acha realista gastar 200 mil euros nessa fase de estudos?

Caso contrário, estou certo que o Sr. Presidente do Governo estava susceptível para utilizar parte dessa verba noutras áreas prioritárias para o Corvo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que relativamente ao custo do estudo eu sugeria-lhe que falasse com o Sr. Presidente da Câmara, porque ele pediu o apoio do Governo para financiar um estudo, no âmbito dos recursos hídricos, que foi encomendado pelo Governo e esse estudo custa perto de 300 mil euros.

Poderá contrastar o valor de um com o outro e poderá confirmar estes números com o Sr. Presidente da Câmara.

Penso que se alguma questão deve ser levantada, deverá ser relativamente ao outro, não a este estudo.

Posso dizer-lhe ainda que este montante não se destina todo ao estudo, mas também a alguma acção que possa ser implementada na sequência do estudo e do relatório que nos será entregue.

Gostaria também de fazer aqui uma referência de alguma preocupação relativamente à postura adoptada pelo Sr. Deputado e que vai no sentido de sugerir que devíamos pegar nalgum dinheiro do ambiente, contrariando este esforço crescente que estes dois últimos governos têm feito de crescimento no investimento na área ambiental, e fazer outra coisa qualquer que não no ambiente.

Nós estamos a trabalhar seriamente, e penso que bem, nesta vertente ambiental.

Portanto, dispensamos qualquer tipo de sugestão de transferências de verbas do ambiente para outra área.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A reprogramação do PMP 2001/2004 e o Plano e Orçamento em análise e discussão, no que às pescas diz respeito, merecem ser apreciados e sobre ambos tecidas algumas considerações, interligadas com números relativos ao sector nos últimos anos, perspectivas de desenvolvimento e a tipificação de apostas presentes e futuras.

De Sta. Maria ao Corvo, este e o anterior governos, têm implementado e executado acções de construção de novos portos de pesca e melhoramento ou modernização dos existentes, no sentido de todos serem equipados com casas de aprestos e guinchos, gruas ou travel lifts, infra-estruturas essenciais à melhoria das condições para o exercício da actividade, salvaguarda e conservação dos apetrechos de pesca e de operacionalidade e segurança nos actos de arriagem e varagem das embarcações.

Quer o PMP 2001/4 reprogramado, quer o Plano para 2003, mantêm-se nessa linha de rumo, perseguem o objectivo último de equipar todos os principais e muitos dos pequenos portos de cada ilha passando a ser parte integrante obrigatória das suas infra-estruturas básicas, casas de aprestos e grua. É, de facto, uma alteração qualitativa, é entrar-se numa fase nova para o sector.

Em paralelo, vão-se reparando ou instalando máquinas de gelo ou redes de frio, no sentido de completar um circuito em terra, de apoio e valorização ao que se pesca no mar.

Em S. Miguel, os portos de Ribeira Quente e Rabo de Peixe, significam uma séria e forte aposta na valorização das comunidades piscatórias e dos respectivos concelhos, em diferentes valências.

Em Rabo de Peixe, salta à evidência um conjunto de factores contributivos para o desenvolvimento e progresso da população local, de novas e saudáveis alternativas para os tempos livres das camadas mais jovens, que a qualidade e os espaços do novo porto propiciam, estando em prática actividades náuticas para crianças e perfilando-se no imediato, a hipótese de activação de um clube naval.

Na Ribeira Quente é óbvio que o porto, para além de alterações significativas na qualidade da frota local que se têm verificado, (estimulados os armadores pelas condições que o porto oferece), a área abrangente, o travel-lift ali instalado e a

oficina de reparação, permitem a deslocação para reparação de embarcações de outros portos e contribui, objectivamente, para o progresso da freguesia.

As infra-estruturas projectadas, as obras que decorrem no saco da Doca de Ponta Delgada, a construção do edifício da Lota, a correcção e reforço das máquinas para fornecimento de gelo às embarcações e as casas de aprestos a construir, são mais um sinal de modernidade, tornam mais atraente e simpática a zona envolvente do castelo, melhoram e dignificam o sector da pesca.

Na Ilha Terceira, as obras de reforço da protecção do porto de pescas da Praia da Vitória, a construção da oficina de reparação naval, aliada às infra-estruturas já existentes para a construção e reparação naval de maior escala e as obras do porto dos Biscoitos, são igualmente apostas fortes e de confiança no futuro do sector.

Em todas as ilhas estão previstas obras e instalação de equipamentos de diversa natureza, tendo em vista pôr à disposição dos profissionais da pesca, meios que lhes permitam de forma cada vez melhor exercerem a sua actividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante os anos de 2001 e 2002 foram concedidos apoios à construção, reconstrução e modernização de 142 embarcações. Para 2003, prevê-se o apoio para 150.

Aliadas aos fundos comunitários, não são cerceadas ou constringidas as possibilidades de financiamentos para novas construções, e a rubrica 6.1 Frota, considerando a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta valores muito próximos dos de 2002.

Nessa medida, é possível e é necessário aumentar o número de candidaturas à construção de novas embarcações.

Quanto a este aspecto, renovamos o nosso entendimento de que se exigem acções de esclarecimento, formação, informação e ajuda aos potenciais candidatos, pela estrutura técnico-administrativa da tutela.

A selectividade das candidaturas de profissionais com referências promissoras seria também de ter em conta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No sentido de corrigir e mesmo anular medidas constantes da Política Comum de Pescas, foram desenvolvidos intensos contactos com as estruturas comunitárias em

Bruxelas, aproveitada a deslocação à Região da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu e a recente visita de Franz Fischler a Portugal, muito provavelmente realizada como reflexo directo daqueles contactos.

Porém, as dúvidas e preocupações em matéria de Política Comum de Pescas vão permanecer pelo menos até finais deste mês, embora, relativamente ao inicialmente proposto, tenham havido significativas mas ainda não satisfatórias evoluções, no que concerne aos interesses da Região. Aliás, este é um assunto, no seguimento do esforço colectivo até aqui manifestado, que nos deve manter permanentemente alertados para eventuais acções de defesa de uma causa que nos é tão cara.

Assim, admite-se que o impacto das medidas constantes da Política Comum de Pescas, tenha tido efeitos menos positivos, provocando alguma retracção no sector, quer na classe piscatória quer nos compradores.

O ano de 2002 comparativamente ao ano de 2001 apresenta, nos Açores, alguns sinais animadores quer nas quantidades capturadas quer nos valores médios de venda em lota.

Estes indicadores poderão reanimar o sector das pescas, recuperando níveis de confiança fundamentais para uma maior estabilidade e a melhoria de proventos. Esperamos que assim seja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também na área social o Governo Regional assumiu as suas responsabilidades. De acordo com as regras estabelecidas, passa a atribuir uma Compensação Salarial a cada um dos trabalhadores da pesca, para minorar os seus prejuízos em períodos mais prolongados de inactividade por razões de mau estado do tempo ou do mar.

2002 é o primeiro ano da aplicação desse direito, e está previsto no plano também para 2003.

Prevalecendo o bom senso, mas também o entusiasmo e a confiança, imprescindíveis para o muito trabalho que se tem pela frente, acreditamos que o sector das pescas continuará a progredir, a melhorar e a afirmar-se e que o governo estará na primeira linha ao lado de pescadores e armadores na defesa de tão importante sector da vida económica e social dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São Jorge estava à espera de outro Plano.

Na realidade, os documentos que estamos a discutir, e em particular o Plano e Orçamento para 2003, propostos pelo Governo Regional, nada trazem de novo à Ilha de São Jorge.

Esperávamos, e temos esse direito, um Plano mais consentâneo com as nossas aspirações, trazendo algumas soluções, e noutros casos simples indicações que nos permitissem vislumbrar claramente caminhos que fossem de encontro à concretização de alguns dos nossos objectivos, traduzidos por diversas vezes nesta Assembleia como os grandes interesses e aspirações dos jorgenses.

Novas perspectivas de desenvolvimento ficam uma vez mais adiadas, aumentando a discrepância entre o desenvolvimento de São Jorge e o progresso da Região.

As ampliações do aeródromo de São Jorge e da respectiva aerogare parecem não ter tido eco junto do Governo Regional.

Nem um sinal positivo aparece no Plano sobre este assunto.

Os condicionalismos daquela infra-estrutura são conhecidos de todos nós, mas a verdade é que só alguns é que parecem compreender a sua importância.

Gostaria de reafirmar o que disse aquando da discussão do Plano deste Governo, nesta Assembleia, há um e dois anos atrás: as penalizações de que São Jorge é alvo, motivadas pelas deficientes condições do seu aeródromo, vão motivar grandes repercussões negativas no ritmo de desenvolvimento de São Jorge de tal nível que vão afectar as próximas gerações de forma eventualmente irreversível.

Outro assunto que este Governo Regional parece não querer aceitar e comprometer-se é com a ampliação do Porto do Topo.

Já era tempo de se iniciar o processo de ampliação deste Porto. Por diversas vezes o tenho afirmado neste parlamento.

Não temos dúvidas que se trata de uma estrutura fundamental para o desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Contamos hoje com uma efectiva ligação com as ilhas do Pico e do Faial, mas a verdade é que a nossa ligação histórico-preferencial com a ilha Terceira, através do Porto do Topo, é fundamental e só traria grandes benefícios ao nível do tráfego de passageiros e, em especial, do seu desenvolvimento turístico.

A ampliação do Porto das Velas, considerado pelo Conselho de Ilha de São Jorge como um investimento decisivo para o desenvolvimento daquela ilha, parece também não ter a correspondente importância na política de transportes da Secretaria de Economia.

Ainda ao nível das acessibilidades constatamos, com grande preocupação, a insuficiência ou até ausência de meios financeiros para se proceder à pavimentação e correcção de importantes troços de estradas regionais, um pouco por toda a ilha.

Os troços Urzelina/Aeroporto, Manadas/Urzelina, Ramal da Calheta/Igreja da Ribeira Seca, Biscoitos/Relvinha, Estrada Regional que atravessa a Vila do Topo, são os mais necessitados ao nível da reposição do piso asfáltico e de algumas correcções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O abastecimento de água às Explorações Agrícolas, em São Jorge, não está a ter o tratamento e a atenção adequados da parte deste Governo.

Permitam-me a insistência nesta reivindicação porque, neste momento, não temos um verdadeiro sistema de abastecimento de água à lavoura.

O que existe é apenas um sistema provisório, criado para dar resposta a alguns problemas em momentos de crise.

Na realidade todos os anos temos momentos demasiado prolongados de crise e, por isso mesmo, este sistema provisório não dá resposta cabal, como já era de esperar.

Este ano, por exemplo, tivemos lavouras que hipotecaram todos os seus lucros em investimentos nesta área, devido à desacreditação em que o Governo Regional está envolvido, ou seja, tiveram que assumir investimentos que competem exclusivamente ao Governo Regional, apenas porque este não faz as obras necessárias.

Numa terra super-dependente da actividade agro-pecuária, em que a indústria do queijo está cada vez mais exigente, não se percebe a falta de investimentos nesta área que deveriam ser e não são, para este Governo, uma prioridade.

A indústria do queijo exige actualmente as melhores condições. O bom senso assim o recomenda.

Outro investimento que gostaríamos de ver no Plano e não vemos, era a Electrificação das Fajãs de São Jorge.

Trata-se das Fajãs de São João, da Ribeira da Areia e dos Cubres.

Para quando o reinício deste processo?

Sr. Secretário da Economia:

Esperávamos um sinal sobre esta matéria.

Infelizmente isso não acontece.

Tal como não acontece com outros assuntos: por exemplo, a Gare de Passageiros do Porto da Calheta, a construção da Casa do Povo do Topo e estruturas envolventes, das valências da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, da alteração da localização do Heliporto da Calheta, o porto da Fajã do Ouvidor, entre muitos assuntos.

Outros investimentos ainda, reivindicados pelas populações e trazidos a esta tribuna e discutidos nesta sala, continuam a não ter a atenção adequada deste Governo.

É verdade que o Plano a Médio Prazo previa apenas a resolução de dois ou três importantes assuntos, há muito reivindicados pelos jorgenses.

Mas São Jorge precisa ter um Plano com perspectivas de desenvolvimento para o futuro, e não apenas a resolução de problemas a conta gotas.

Disse.

Deputados Mark Marques e Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito Bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

O senhor no passado enganou os jorgenses e no presente continua no mesmo caminho.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que a sua colega da Ilha Terceira diz que as contas são feitas de outra maneira!

O Orador: O Sr. Deputado sempre pactuou e aplaudiu governos que sacrificaram de sobremaneira os jorgenses.

Se o Sr. Deputado tivesse feito uma comparação, por exemplo, com o que está previsto na proposta de Plano e Orçamento para 2003, com a execução financeira de 1996, facilmente se tinha apercebido que, mesmo corrigindo os valores, estas propostas de Plano e Orçamento são 3 vezes e meia superior à execução financeira que os senhores fizeram em 1996.

O Sr. Deputado referia-se à aerogare de São Jorge sem tão pouco se ter apercebido que esse investimento será iniciado no próximo ano, tal como já foi afirmado pelo Sr. Secretário da Economia na sua intervenção naquela tribuna. Naturalmente não estava aqui dentro ou se estava, estava distraído.

Quanto à ampliação do Porto das Velas, é óbvio que nós entendemos a sua necessidade e é uma intenção do Governo do Partido Socialista.

Como sabe, os únicos governantes que equacionaram a ampliação do porto das Velas foram o Sr. Presidente Carlos César e o Sr. Secretário Duarte Ponte.

Como percebe há intenção deste Governo de levar por diante essa obra e nessa sequência sabe que já se deram passos importantes.

Fala nos troços das estradas regionais.

Ontem ouviu-me referir a penalização dos jorgenses relativamente à reabilitação das estradas regionais.

Os senhores em 92 tinham dinheiro da Comunidade para reabilitar estradas regionais e nunca o fizeram.

Deputado Aires Reis (PSD): O senhor fale do futuro e não do passado!

O Orador: Desviaram o dinheiro para outros objectivos.

O Sr. Deputado Aires Reis sabe perfeitamente, porque circula na rede viária de São Jorge, que este Governo Regional reabilitou a maioria dos caminhos que constam da rede viária regional.

Falava no abastecimento de água à lavoura.

Sr. Deputado, o que é que fizeram os seus governos ao nível do abastecimento de água à lavoura? Praticamente zero.

Desconhece o que se tem feito em São Jorge ao nível do abastecimento de água à lavoura e o que se vai continuar a fazer?

Deputado Aires Reis (PSD): E o senhor está contente com isso?

O Orador: Julgo que não.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Falou da electrificação das fajãs.

Foi em 1984, num jantar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta ofereceu ao então Governo Regional no Centro Paroquial da Fajã dos Vimes, que o Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, disse à população que ia electrificar aquela fajã naquele ano.

Sabe quando é que ela foi electrificada?

Foi quando o Partido Socialista chegou ao Governo.

Sr. Deputado, relativamente à Santa Casa de Misericórdia da Calheta, o senhor desconhece que já há um protocolo assinado para se reabilitar aquele edifício?

Parece que desconhece tudo isso.

Deputado Aires Reis (PSD): São promessas já muito antigas!

O Orador: Sr. Deputado, a proposta do Plano e Orçamento para 2003, relativamente a São Jorge está dotada de uma verba que ultrapassa largamente os 2 milhões. São quase 2 milhões e 300 mil contos.

Relativamente à execução financeira de 96 os senhores investiram em São Jorge 750 mil contos.

Estamos conversados.

Deputado Aires Reis (PSD): Mas quem é que está a falar de 96?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Realmente o senhor parece que vive em São Jorge. O senhor está sempre a mandar “bocas” para tudo o quanto é sítio. Parece impossível!

Sr. Deputado Aires Reis:

O meu colega já falou aqui de uma série de coisas. Eu vou falar única e exclusivamente das cooperativas de São Jorge.

O Sr. Deputado sabe que no seu tempo...

Deputado Aires Reis (PSD): “Seu tempo”? Como é no “seu tempo”?

O Orador: ... as cooperativas de São Jorge estavam completamente descapitalizadas.

O senhor sabe perfeitamente que foi este Governo que tem ajudado as cooperativas as sobreviverem.

O senhor sabe perfeitamente que este Governo tem em mãos um projecto para São Jorge que provavelmente, se os agricultores quiserem, poderá ser o projecto de salvação daquela ilha e do seu queijo típico.

Sr. Deputado Aires Reis:

Às vezes o senhor fala só por falar.

Há aqui uma situação que eu tenho que recalcar.

O Sr. Deputado ontem não estava na sala quando o Sr. Secretário da Economia falou no terminal do aeroporto de São Jorge.

Penso que até à aprovação deste Plano, o senhor vai ter mais alguma surpresa relacionada com a ilha de São Jorge.

Deputado Aires Reis (PSD): Oxalá!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas duas questões:

O Sr. Deputado António Gomes já referiu ontem nesta Casa que o PSD, não sei há quantos anos atrás, tinha ludibriado, tinha enganado, tinha feito, tinha acontecido.

Eu vou falar no presente e no futuro.

Em relação ao porto das Velas, o senhor diz que o Governo tem todas as intenções. De boas intenções está o inferno cheio!

Como prova temos os 50 mil contos previstos para 2003, para o estudo e ampliação do porto.

No Plano e Orçamento aparece zero cêntimos.

Ontem, apareceu a circular uma proposta de 10 mil contos. Isto significa que perdemos 40 mil contos.

O senhor teve o distinto descaramento de escrever num comunicado que tinha sido culpa do Dr. Durão Barroso. Francamente!

Deputado Paulo Messias (PS): E foi!

O Orador: Sr. Deputado, vamos ver se esta também foi culpa do Dr. Durão Barroso.

No Plano e Orçamento deste ano, aprovado pelos senhores o ano passado, havia 200 mil contos para a reabilitação do troço da estrada Aeroporto/Urzelina. Este troço, como o senhor sabe, é o troço mais movimentado da Ilha de São Jorge.

Enviei um requerimento ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, e ele respondeu assim:

“O troço será feito em 2003”

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Vai ser feito quando a gente entender!

O Orador: O mais engraçado é que aquele Sr. Deputado do PS que está ali, no mesmo dia, na mesma hora, num órgão de comunicação social local, dizia: “Não, não. O Sr. Deputado Mark Marques está equivocado! O Sr. Secretário garantiu-me que era este ano!”

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Até ao final da legislatura vai ter a estrada!

O Orador: Sr. Secretário, se o senhor mente aos seus Deputados, como é que os jorgenses vão acreditar que não mente a eles e mente a nós?

Isto é que é o logro! Isto é que é uma mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Antes porém informo os Srs. Deputados dos tempos disponíveis:

PS – 29 minutos

PSD – 13 minutos

PP – 3 minutos

PCP – 6 minutos

Governo - 13 minutos

Retomamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 35 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Administração Pública Regional, contemplada, na sua vertente financeira, no Programa 30 do Plano para 2003, ora em discussão, não tem por tradição, nesta Casa, e em momentos homólogos, ser alvo de grande debate ou discussão, talvez porque facilmente se descortinaria, numa discussão aberta e específica, a delicadeza do tema ou melhor se avaliasse o preço das palavras e das opções.

Ao invés, é por regra aquando do debate da ossatura geral do Plano e do Orçamento que, de forma inviesada e de cernelha, alguns Srs. Deputados se sentem à vontade para dar largas aos seus conceitos e preconceitos, esgueirando-se mais ou menos airoosamente das respectivas e necessárias consequências.

Efectivamente, há uma ladainha de generalidades, anual e sacrossantemente repetida em todas as discussões que ocorrem nesta Câmara em torno dos Planos e Orçamentos. É - dizem - o engordar da Despesa, o aumento das Despesas Correntes em detrimento do investimento. A fórmula, de tão vaga e genérica, serve, como estimado fato domingueiro, para todos os casamentos orçamentais.

Esquecem-se, ou fazem por esquecer, esses liberais de pouca leitura e menos trabalho, que o investimento em Capital Humano, numa sociedade prestadora, sobretudo pobre e com grandes deseconomias também ao nível da prestação do serviço público, por via da pequena dimensão e da descontinuidade geográfica, e fundamental, nomeadamente ao nível da educação e da saúde, para assegurar igualdades de oportunidade e de acesso aos bens, serviços, formação e informação mínimos para um determinado patamar de dignidade e de conforto que todos exigimos.

É fácil lançar o número de que as Despesas Correntes da Região entre 1998 e 2001 aumentou cerca de 20%. Sobretudo se não se acrescentar porquê.

Não me é muito difícil, de relance e de cor, encontrar as principais causas para esse aumento. Aí vão elas: cumprimento de um Decreto Legislativo Regional desta Casa, aprovado por unanimidade, que, conjugado com o cumprimento de uma Lei Nacional, levou a regularizar a situação de 1500 falsos tarefeiros da Administração Pública Regional; criação da Remuneração Complementar e do Complemento de Pensão; revalorização das carreiras gerais e especiais da função pública, derivados da Lei Nacional e com adaptações regionais, também, e se bem me lembro, aprovados por unanimidade neste Parlamento. Temos assim descritas as principais causas que originam determinados efeitos financeiros.

E, Sras. e Srs. Deputados, das duas uma: ou queremos ambas... ou recusamos as duas. O que não se pode aceitar, por absoluta incoerência e primária demagogia é falsos pudores ao nível da Despesa, com irrealistas generosidade oposicionistas simultaneamente promovidas, de aumentos de suplementos remuneratórios e sociais. Oposicionistas e regionais, porque no Poder o arroubo esvai-se e a sensibilidade social é aquela que hoje bem se vê.

Este Orçamento consagra, pois, um esforço de racionalização e contenção progressiva ao nível da Despesa, bem traduzido na diminuição das Despesas com aquisição de bens e serviços e rigorosa política de novas contratações a termo e admissões para os quadros da Administração Pública.

Para o ano de 2002, a quota de descongelamentos para admissão de pessoal em toda a Administração Regional, incluindo o pessoal da Saúde, foi de 446 unidades. Em 2001, e com excepção do pessoal da saúde, a quota de descongelamento foi de 4 (quatro) unidades.

Mas em 1993, a quota de descongelamento foi de 1.811 unidades, e em 1994, de 864. Neste aspecto, se a Administração está a engordar, segundo a análise profunda da oposição, havemos de convir que tempos já houve, aquando da governação social democrata, que se verificaram verdadeiras feiras gastronómicas.

Sras. e Srs. Deputados:

O que é fundamental garantir, nesta Casa e fora dela, é que as dotações para Despesas com Pessoal para 2003, se indiciam rigor, garantem o cumprimento das obrigações da Região para com os seus funcionários; garantem e asseguram o efectivo cumprimento de princípios constitucionais sagrados, como a segurança e estabilidade no emprego, o direito à carreira, às promoções e progressões, o cumprimento de legislação regional que consagra a Remuneração Complementar.

Garantida está igualmente a aposta continuada na formação dos funcionários públicos. Só ao nível da DROAP e das carreiras gerais da função pública, estima-se continuar com cerca de 100 acções de formação/ano, envolvendo seguramente mais de 10% do nosso funcionalismo.

É que – Sras. e Srs. Deputados:

A estabilidade e segurança dos funcionários e a sua adequada e contínua formação são essenciais para a sua indispensável motivação e só com funcionários bem formados e motivados podemos partir para novos patamares de exigência qualitativa e de inovação administrativa, com vista a melhor servir os cidadãos - utentes.

Na sequência do "Protocolo de Cooperação para a Criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão", assinado em Julho de 2001 nesta cidade da Horta, entre o Presidente do Governo Regional e o então Ministro da Reforma do Estado e da

Administração Pública, estão ultimados os preparativos técnicos para que, ainda este ano seja lançado o procedimento por ajuste directo, para a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), com duas entidades adjudicantes, cabendo ao Gabinete do SRAP a celebração do contrato de prestação de serviços em regime de outsourcing para garantir os serviços de gestão de toda a estrutura de comunicações, informática e de informação, assim como a celebração dos contratos de manutenção da RIAC, sendo a responsabilidade da celebração do contrato do restante fornecimento do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC).

Já solicitei a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública que seja efectuada uma adenda ao referido protocolo, no sentido de clarificar o período da sua vigência, bem como que desencadeie os procedimentos necessários à anulação da verba inscrita no PIDDAC referente a 2002 como execução prevista, uma vez que a comparticipação financeira suportada pelo IGLC, até ao momento, é nula.

Se ambas as partes - como estou sinceramente convencido - cumprirem o acordado, teremos já no próximo ano três postos piloto, ao nível de freguesia, a prestar de forma descentralizada um conjunto de serviços e a disponibilizar produtos da Administração Pública. Isto, preferencialmente e sempre que possível, em cooperação com as Autarquias Locais.

A relação com as Autarquias Locais, de acordo com, e no sentido de lhes dar cumprimento, a importante Lei de Enquadramento de Cooperação entre a Administração Regional e a Administração Local (Dec. Legislativo Regional nº 22/2002/A), prosseguirá no próximo ano, com base em critérios objectivos e automatismo legais. Também pugnamos, hoje como ontem, pelo livre acesso das Autarquias açorianas a programas de investimento nacionais. E a apoiar tecnicamente as Autarquias nesse desiderato. Mas não aceitamos que, por dificuldades ou limitações alheias, mormente nas candidaturas a esses programas, sejamos acusados de discriminação, cujo único objectivo, aliás, é legitimar, sim, outras discriminações, essas mais do que comprovadas.

De resto, não temos dúvidas que, ao nível institucional e simbólico, uma das importantes competências da Autonomia, consagrada na Lei Fundamental e no nosso Estatuto Político-Administrativo é a tutela sobre as Autarquias Locais. E é

impossível escamotear a necessária inter-relação de poderes entre as Autarquias Locais e as Regiões Autónomas, bem como os poderes legislativos derivados em matéria de Administração Local detidos por esta Câmara.

A importância do Poder Local Democrático entre nós tem de ser compaginada necessariamente com a Autonomia. Porque, como aliás gostava de dizer um antigo líder do PSD-Açores, “os Açores são bem mais do que 19 municípios”.

Por isso mesmo, adivinho a mágoa dessa personalidade quando, há menos de uma semana, e logo na Madeira, uma importante autarca açoriana teorizou sobre as relações entre Poder Regional e Poder Local, afirmando, nomeadamente, e segundo os jornais em “notícias não desmentidas”, que os meios financeiros devem chegar aos Municípios directamente e não por estruturas intermédias” – leia-se órgãos de Governo Próprio da Região.

E disse mais: “que a capacidade legislativa da Região não deve interferir com o estatuto das Autarquias Locais”. Estar-se-ia a referir aquela autarca e dirigente do PSD-Açores à cooperação financeira directa e indirecta da Região as autarquias, repudiando-a? Querirá que as transferências do Orçamento de Estado sejam transferidas, outra vez, através do Ministro da República... a extinguir? Será caso para dizer que o PSD-Açores diz ou pensa: “Volta, General Rocha Vieira, estas perdoado?!”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é caso para isso!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

As competências das Regiões Autónomas são demasiado importantes para a sua defesa estar dependente de estados de alma ou transitórias conjunturas partidárias. O centralismo companheiro, porque oportunista e interesseiro, é ainda mais odioso do que o centralismo por convicção.

Também nesta matéria, optámos, propusemos legislação e continuaremos atentos. Na defesa das competências da Região. Na defesa da viabilidade e valorização do Poder Local.

Ao nível do Serviço Regional de Estatística, e para além da candidatura a um projecto ao INTERREG III, conjuntamente com a Madeira e as Canárias, no âmbito das Contas Regionais Comparadas, têm sido desenvolvidos grandes esforços, e

assídua colaboração com o INE para, e se a colaboração acordada não sofrer desvios, apresentar resultados no próximo ano relativamente à elaboração das Contas Regionais dos Açores, a partir dos elementos de base.

No âmbito das áreas de competência recentemente atribuídas ao SRAP, aproveito para destacar a área da imigração, no sentido de dar resposta e acompanhar um fenómeno que para nós é muito recente. Tratar-se-á fundamentalmente de um trabalho de coordenação, acompanhamento e propostas de acções transversais a vários Departamentos. Daí que a expressão financeira dessa nova competência apenas se reflecta ao nível do respectivo Gabinete, em despesas de deslocações a membros do recém-criado Conselho de Imigração, e apoio administrativo.

A respeito de Despesas de Gabinetes, gostaríamos de referir que, por exemplo, das Despesas correntes previstas para o Gabinete do SRAP, 96% destinam-se a Despesas com Pessoal. Assim sendo, a Proposta de redução de 10%, apresentada de forma fácil, barata e demagógica pelo Grupo Parlamentar do PSD, impediria pura e simplesmente o normal funcionamento do Departamento, pagamento de consumíveis, de energia, comunicações e contratos de manutenção de equipamento e software.

O Plano e Orçamento para o próximo ano, também no que concerne ao Departamento sob a minha responsabilidade, é rigoroso, realista, e sobretudo responsável. Os funcionários públicos, e os cidadãos em geral, sabem que podem contar com uma Administração transparente, e cada vez mais moderna e eficiente. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminámos o debate sobre as alterações ao Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2003.

De acordo com a Conferência de Líderes, vamos fazer uma pequena pausa para de seguida se passar às intervenções finais.

Depois das intervenções finais, fazemos outra pausa para os Srs. Deputados estudarem as propostas de alteração que já entraram e procedermos de imediato à votação.

Estão encerrados os nossos trabalhos por 5 ou 10 minutos.

(Eram 15 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas)

Vamos passar às declarações finais.

Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:**

Está a chegar ao fim o debate do Plano e Orçamento para 2003 e da Reprogramação do Plano de Médio Prazo, tendo sido um debate que certamente contribuiu, de algum modo, para deixar claros alguns dos traços caracterizadores da actual situação política específica da Região.

O tom de optimismo moderado usado, em geral, pelos senhores membros do Governo e secundado, em geral, pelas senhoras e senhores deputados da maioria é revelador, na sua moderação relativa, das dúvidas e incertezas existentes quanto a aspectos essenciais do enquadramento e das opções tomadas.

O cuidado posto por alguns senhores deputados da maioria em afirmar sólidas certezas quanto a algumas situações, é revelador, na sua insistência e no seu momento de afirmação, de um esforço para “cerrar fileiras” no meio de uma legislatura em que há traços de orientação que não são nem estáveis, nem sólidos, nem completa e totalmente assumidos nas suas consequências pelo poder estabelecido.

Os problemas principais da correlação entre sectores dos equilíbrios que se pretendem ou não pretendem, das prioridades que realmente se querem concretizar e dos efeitos que em termos finais se querem obter, não ficaram, nem se esperaria que ficassem, esclarecidos neste debate.

Esta é uma questão central, que esteve e está sempre presente, mas existe exactamente porque a principal opção deste Governo a partir dos finais de 2001 foi a de aumentar substancialmente a indefinição política pública dos seus objectivos na economia, e nas áreas sociais.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional de Reprogramação Financeira do Plano de Médio Prazo revela, como mencionámos na abertura deste debate, essa alteração não totalmente assumida de alguns objectivos, alterações essas que, estando presentes no discurso de moderado optimismo governamental, continuam a não ser explicitadas de forma límpida.

E é exactamente porque, tendo como temos o direito e obrigação de tirarmos conclusões sobre o que é proposto e não tendo havido explicações sólidas sobre a razão dos números, que mantemos e até reforçamos a opinião que os objectivos equilibrados da versão inicial aqui aprovada do PMP estão postos em causa.

E naturalmente que não podem colher raciocínios como aquele que hoje foi aqui apresentado pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que teve o cuidado de referenciar as taxas de alteração do investimento nos seus sectores não ao previsto e ao decidido, mas antes ao executado em 2001, que foi um ano de fraca execução financeira e material nesses sectores. Não se pode aceitar que o fazer-se pouco e mal num ano seja fundamento para se fazer apenas um pouco mais nos anos seguintes. Se o que se fez de pouco em 2001 teve justificações fundamentadas, então teremos que nos esforçar para recuperar muito. Se o que se fez de pouco em 2001 foi feito com intenção, então temos uma alteração de objectivos que será marcante para os anos seguintes.

O Governo mantém que tem os mesmos objectivos. Mas está, num quadro de desaceleração do investimento do qual não tem a responsabilidade toda, a assumir a responsabilidade de imprimir ritmos relativos diferentes de

investimento nos vários sectores. A agricultura, as pescas, a habitação social, as estradas em quase todas as ilhas, as construções escolares do secundário nalgumas ilhas, saem claramente a perder nestas novas e diferentes opções do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este debate veio também confirmar que o relacionamento financeiro do Estado com esta Região está a atravessar um período negativo para os Açores, muito marcado pelos raciocínios centralistas que a direita nacional no poder tem historicamente usado.

Neste debate, e muito especialmente no dia de ontem, ficou totalmente patente o facto novo na História do sistema autonómico, que consiste no apoio da direita regional, com todo o destaque para o PSD/Açores, às medidas governamentais da República que lesam a Região Autónoma dos Açores.

Ficou especialmente patente, e uma vez mais o digo, a enorme brutalidade política da não concretização, no corrente ano de 2002, de qualquer solidariedade nacional para com a reconstrução.

As consequências humanas desse acto sem fundamento político são muitíssimo grandes e inaceitáveis.

Ficou patente que, quer o tratamento dado à autorização suplementar da dívida em 2002, na prática anulado, quer a proibição de endividamento regional para 2003, tem como objectivo a diminuição da capacidade de investimento regional em 2003 e 2004.

Ficou ainda patente que a posição do PSD/Açores em não querer nem apoiar, nem promover qualquer iniciativa que viesse a permitir a contracção de uma dívida regional para a reconstrução, o que possibilitava obstar a atrasos no investimento de vários sectores, garantindo na mesma a taxa regional de esforço na reconstrução, constitui a confirmação objectiva de uma posição de apoio à asfixia financeira.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, não é aceitável que os legítimos interesses da Região Autónoma não estejam acima de qualquer perspectiva interna de luta pelo poder regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Longe vai o tempo em que, nos anos 70 e 80, estes documentos eram apenas discutidos e aprovados na generalidade, prática essa que levou a que o Tribunal Constitucional decretasse, em 87, a inconstitucionalidade das normas legais que assim o determinava.

Vamos, assim, após todas as declarações finais, passar às votações na generalidade e na especialidade.

Três dos grupos parlamentares aqui representados apresentaram propostas de alteração, certamente correspondentes à visão que têm dos documentos.

Cabe-me, no essencial, fazer uma referência detalhada às propostas do Grupo Parlamentar do PCP.

Apresentamos, basicamente, três propostas de alteração ao Plano, que dizem respeito aos Programas 4, 11 e 17, porque pretendemos simplesmente criar condições para ser reposta, numa perspectiva embora minimalista e que tem em conta novos enquadramentos, aspectos importantes do acordo que fizemos com o Governo.

Partimos da ideia fundamentada de que é preciso e é possível fazer um esforço de contenção da despesa corrente, aplicando aos Gabinetes dos Membros do Governo e à Dotação Provisional uma redução de 5%.

Esta nossa opção, assentando embora no mesmo princípio da proposta de redução do Grupo Parlamentar do PSD, difere para menos porque pensamos que a nossa estrutura das despesas correntes não está preparada para um corte dogmático, tipo Ferreira Leite, de 10% nos Gabinetes.

Demonstramos com as nossas propostas que, com algum esforço, seria possível cumprir em 2003 a concretização de uma necessidade muito urgente do Faial, que seria dar-se início à obra da Escola Secundária. Demonstramos que seria possível dar um sinal autêntico de início da recuperação da rede viária das ilhas mais necessitadas, apresentando uma proposta concreta relativamente às Flores. Demonstramos que seria possível contemplar bem melhor todas as ilhas no que respeita a caminhos rurais, contrariando a tendência de desaceleração do investimento na Agricultura.

Mostramos com estas propostas o nosso apego aos compromissos assumidos, tendo em conta as evoluções e criamos as possibilidades de outros cumprirem, com o mesmo espírito, esses mesmos compromissos.

Queríamos também referir que a proposta de reforço da verba da reconstrução proposta pelo PSD agrava de forma injustificada a taxa de esforço regional na reconstrução, ilibando directamente a República de prestar a sua solidariedade com a dimensão adequada.

Esse raciocínio não serve nem para o presente nem para o futuro, por isso discordamos dele.

Quanto ao Decreto Orçamental, consideramos claramente ilegal o número 3 do artigo 11º, porque dispõe contra o que é estabelecido no artigo 30º, alínea b) do Estatuto, que simplesmente determina que a competência de configurar os Programas é desta Assembleia sendo ilegal autorizar o Governo a substituir-se à Assembleia, ficando essa proposta contra a Lei.

Consideramos que o artigo 14º (Serviço Regional de Saúde) é politicamente insustentável, além de termos legítimas dúvidas sobre a sua configuração legal e constitucional.

Pretender dar esta espécie de “autorização legislativa ao Governo”, mesmo tendo em conta as conclusões da Comissão Eventual, é o mesmo que pretender tomar medidas polémicas e que sobrecarregam os cidadãos sem que haja os necessários e claros debates. Por essa razão fundamental propomos a eliminação desse artigo e propomos, paralelamente, que esses assuntos sejam discutidos quando forem apresentadas as correspondentes propostas de Decreto Legislativo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos num contexto político difícil e complexo. A direita no poder da República está a desenvolver uma fortíssima ofensiva contra os trabalhadores e contra todos os que vivem de rendimentos do trabalho.

Há direitos adquiridos que constituem progressos civilizacionais que estão em causa.

Há perspectivas de equilíbrio social que estão a ser comprometidas.

Há necessidades económicas fundamentais e gerais que estão a ser imoladas no altar da concentração económica a todo o custo.

Amanhã, os trabalhadores da Administração Pública Nacional, Regional e Local vão realizar uma Jornada Nacional de Luta com greve, que será certamente um poderoso sinal de que a sociedade não aceita determinadas concepções retrógradas.

Mas, ao reflectirmos sobre esta questão não nos podemos esquecer da nossa própria realidade.

Aqui, na Região Autónoma dos Açores, persiste uma situação de discriminação grave contra um sector de trabalhadores, os trabalhadores das Juntas Autónomas dos Portos, que já viram centenas dos seus colegas dos portos do Continente e da Madeira usufruírem de um regime de reestruturação que é favorável aos que se pretendem reformar com 30 anos de serviço, sem que essa situação tenha sido aplicada nos Açores.

É nossa obrigação resolver esse problema e é fundamental termos presentes questões como esta quando estamos a discutir o futuro da Região e quando não queremos, certamente, no exercício das nossas competências próprias seguir os mesmos caminhos retrógrados do Governo PSD/PP.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A terminar resta registar que a posição do Grupo Parlamentar do PCP é contrária a estes documentos, globalmente considerados.

Em consonância com essa avaliação votaremos, na generalidade, contra cada um deles.

Esta nossa posição não contraria em nada a permanente disposição que temos para participar em todos os processos de convergência institucional que possam beneficiar a Região, mas demonstra que essa disponibilidade está e estará sempre associada a uma perspectiva de desenvolvimento económico com utilidade social, de aprofundamento democrático e de construção da justiça social.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afinal não era bem assim.

Até chegarmos aqui, o Senhor Presidente do Governo gritava contra Lisboa, os socialistas aplaudiam e até os jornalistas acreditaram que havia falta de solidariedade do Governo da República.

Afinal não era bem assim.

Como reconheceu, anteontem, o Senhor Secretário das Finanças, o problema não é a diminuição das transferências de Lisboa, o problema é sim o aumento das despesas da Administração Regional.

Deputado Clélio Meneses (PP): *Muito bem!*

O Orador: Quero aqui dizer de uma forma muito clara que o Governo dos Açores não foi sério nem connosco nem com os açorianos. A verdade é que o Governo previa ainda o ano passado, que este ano, o montante de transferências do Estado seria de 41 milhões de contos. Afinal vieram mais 3. Afinal vieram 44 milhões.

A verdade é que o Governo dizia que este ano havia menos dinheiro. Afinal há mais 30 milhões do que o ano passado. Afinal há mais dinheiro do que sempre.

Vamos ser sérios: onde está a falta de solidariedade? Não está nos números, não está no orçamento, só pode estar na vossa má-fé e na ânsia deste Governo em arranjar uma desculpa para as tantas e tantas obras que vai deixar de realizar.

Mas perguntarão os açorianos: então porque não serão feitas tantas e tantas obras?

Porque o Governo Regional vai gastar mais nas despesas correntes, vai gastar mais na máquina do governo, vai gastar mais no acessório, vai gastar mais no desperdício e no esbanjamento.

Este Governo aumenta 7,7% nas despesas correntes e diminui 14,5% no Plano de Investimentos.

O que dizia então, perante isso, no passado, o Deputado Carlos César? Ouça-mo-lo em 1995: “ É verdade que a oposição nem sempre inova nas críticas, mas temos razão para isso perante um Governo sempre reincidente nos mesmos erros.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mesmo assim queríamos ainda mais?

Com certeza todos nós.

Mas não é isso que está em discussão. Como dizia ainda o ano passado o Sr. Secretário das Finanças: “O Governo também queria mais, mais fundos para fazer mais ainda pelo desenvolvimento dos Açores, mas tal não é possível. Aqui é que está a política, no sentido de fazer a sua afectação da melhor maneira.”

Perguntamos nós. Estará isso a ser feito? Não, com certeza que não. Este ano será assim: mais dinheiro de Lisboa vai significar menos obra nos Açores.

Vejam-se por exemplo as SCUT's. Saem do Plano dois milhões de contos de estradas que o Governo ia fazer e que entretanto passaram para o regime das SCUT's. E o que acontece a essa verba libertada? Será para outras estradas?

Será para resolver a situação vergonhosa em que elas se encontram na Ilha das Flores? Não, não é. Nem sequer com essa alteração que aparece agora aí, responderá ao estado caótico das estradas das Flores, tanto mais que de mais de 650 mil contos para estradas nos quatro anos, nada se fez e a reprogramação só aponta para 20% daquele valor.

Será para dar cumprimento às estradas da Terceira que pela mão do CDS/PP entraram para os Planos já em 1997? Não, não é. Essas não só não são cumpridas como este ano desaparecem dos Planos.

Será para novas recuperações nas actuais estradas de S. Miguel? Não, não é. Não só não aparecem outras, como desaparecem as que lá estavam. Vejamos a partir do Nordeste:

Nordeste – Fenais da Ajuda – passa a 0

Fenais da Ajuda – S.ta Iria – passa a 0

Rabo de Peixe – Fenais da Luz – passa a 0

Capelas – Remédios – Só até S.to António, última freguesia socialista

Remédios – Mosteiros – passa a 0

Mosteiros – Ginetes – passa a 0

etc., etc., etc. ...

Será para o lar de idosos, prioridade da Ilha do Corvo, a mais isolada dos Açores?
Não, não é.

E que dizer das escolas? Nem mais, nem ontem. Nem outras aparecem, e as que lá estavam ontem/hoje desaparecem. Por toda a Região, em Ponta Delgada, em Angra, em Vila Franca do Campo, em toda a Região, nada de novo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

E que dizer da reconstrução?

É verdade ou não é verdade que o Governo da República irá transferir nos próximos anos aquilo que é devido pela solidariedade nacional?

O que falta então?

Apenas 2002.

Como resolver?

Assumindo todos nós, que antes dos interesses eleitoralistas estão os interesses das pessoas, dos homens e das mulheres que sofrem e que precisam de uma resposta.

Fizemos a nossa parte. Assumimos neste Plenário com frontalidade, e já agora permitam-me que também vos diga com a imparcialidade que há entre o CDS/PP e este círculo eleitoral, que os 3 ou 4 milhões que faltam podem bem vir pelo endividamento, porque quando falamos na dimensão humana desta questão não podemos pôr primeiro a influência que isso tenha ou não no défice nacional.

Mas também tem de ser dito que o PS não assumiu a mesma postura. Teima em fugir da culpa em vez de procurar a solução.

Diz que assim vai parar a Reconstrução.

Será isso correcto?

Haverá algum sinistrado que compreenda que num ano em que vão existir 218 milhões de contos, mais 30 do que no ano passado, não sejamos capazes de encontrar 4 milhões para não parar a Reconstrução?

Afinal, quem está de boa ou má-fé?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desta vez os socialistas dobraram os motivos para inovarmos nas críticas. Desta vez os socialistas triplicaram as razões para votarmos contra estes documentos:

São os mais despesistas no dia a dia, dos últimos tempos;

- São os que mais fogem ao investimento;
- São os que menos cumprem a palavra dada. A vossa ao povo nas eleições e até as propostas que no passado entraram pela nossa mão.

A partir de agora é a contagem decrescente. Tão decrescente como foram as vossas votações nas Autárquicas de Dezembro, tão decrescente como foram as vossas votações nas Legislativas de Março.

De parabéns este Governo só tem um motivo para recebê-los: este ano passa a ser um Governo pré-finalista e no próximo, felizmente para os açorianos, definitivamente finalista.

Os Açores bem precisam!

Os açorianos bem merecem!

A guerrilha dos Açores está a isolar-nos no País.

É tempo de um novo ciclo, de uma nova chama, como diz o PS: de Mudar os Açores.

Com dinamismo, com esperança: desafiar o presente, vencer o futuro.

Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Hoje estamos pior do que ontem – essa é, infelizmente, a grande conclusão do debate e dos documentos que o Governo apresentou.

O Governo Socialista apresentou um Plano de Médio Prazo com menos 255,8 milhões de euros e um Plano para 2003 que tem menos 74,8 milhões de euros do que estava previsto inicialmente.

Depois do discurso dos milhões o Governo anda de tesoura na mão fazendo cortes nos seus planos de investimento.

A ambição deu lugar à prudência, o optimismo cedeu perante o realismo, numa palavra o Governo recuou perante os seus próprios objectivos.

Em vez do discurso dos maiores planos de sempre, vimos um governo à defesa, justificando as promessas que não cumpriu, arranjando desculpas para as suas próprias culpas.

O Governo Socialista tropeçou nos seus milhões, desistiu das suas ambições e já sabe que não cumprirá todas as suas promessas.

O Governo Socialista apostou numa imagem de eficácia e falhou redondamente.

A dois anos do fim do seu mandato este Governo está desanimado, bate-lhe à porta o fantasma de uma remodelação governamental ou as más consequências da falta dela. Depois de duas derrotas eleitorais o Partido Socialista tornou-se agressivo, ataca todos os dias o Partido Social Democrata como se isso resolvesse os problemas dos açorianos.

O segundo Governo do PS é pior do que o primeiro Governo do PS. É na comparação consigo próprio que se prova o declínio político pelo qual escorrega o actual Governo.

A maioria absoluta de nada serviu ao Governo e não trouxe nenhum benefício aos açorianos. Com mais deputados o PS apresentou menos soluções; com mais deputados o PS prescindiu de ouvir e considerar a oposição.

Com maioria absoluta o PS sente-se capaz de andar sozinho, de correr por sua conta e risco, de pouco considerar os parceiros sociais e não resiste à tentação de tentar tutelar a sociedade civil.

O Governo escolheu a solidão. Que lhe faça bom proveito!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não se pode basear uma estratégia numa mentira.

A verdade é que com o Orçamento do Estado para 2003 foi cumprida a Lei de Finanças das Regiões Autónomas nos exactos termos em que tinha sido no passado.

No debate, o PS e o Governo não demonstraram o contrário.

As verbas previstas no Plano de Investimentos da Administração Central do Estado – PIDDAC para os Açores subiram e as transferências do Orçamento da Região serão 10% superiores às deste ano.

O Governo da República assumiu 60% dos custos da reconstrução das ilhas do Faial e do Pico e vai transferir, em 2003, 17,5 milhões de euros.

A verdade, apesar da campanha socialista, é que o actual Governo da República não fará menos do que o anterior Governo da República quanto à reconstrução.

É pena que no Orçamento do Estado de 2002, aprovado e proposto pelo Governo de Guterres, não tenham os socialistas resolvido o financiamento para 2002.

É pena que o actual Governo da República também não tenha resolvido esta questão.

Nós colocamos os interesses dos Açores acima dos interesses partidários, nós não fazemos como os socialistas que criticam o actual Governo porque não é do seu partido e estiveram sempre calados quando o Governo da República era socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se o Governo que diz defender os Açores tivesse levantado a sua voz quando o Governo de Guterres fez o Orçamento de 2002 e não atribuiu um escudo para a reconstrução, talvez se tivesse resolvido este problema e hoje o Governo do PS tinha autoridade para falar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era previsível a necessidade da solidariedade nacional em 2002, no entanto o PS não deu resposta a esse problema, assim como é previsível para os próximos anos e por isso o compromisso do actual Governo da República para pagar 60% dos custos da reconstrução.

O PSD apoia todas as diligências no sentido de ser autorizado um endividamento para a reconstrução que não afecte os compromissos assumidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento que o anterior Governo Socialista assinou em nome do Estado Português.

O PSD discorda, como é público, da interpretação que o Governo da República faz do endividamento da Região no ano em curso.

O PSD exige que o Governo da República resolva um conjunto de matérias que estão pendentes entre o Governo Regional e o Governo da República.

Contudo, e é bom que se saiba, em documento da Presidência do Governo dirigido ao Sr. Primeiro-Ministro o Governo Regional apresentou 57 medidas.

O Sr. Presidente do Governo disse que podiam ser mais (60, 70 ou mesmo 80) mas – pasme-se! – neste documento algumas das medidas apresentadas já estão resolvidas e é o próprio documento que o diz, há mesmo uma medida que está repetida duas vezes.

Ao Ministro da Educação foram apresentadas seis medidas e cinco já estão resolvidas.

Com documentos destes o Governo Regional perde credibilidade e ficamos todos a saber que para o PS vale tudo nesta guerrilha partidária que promove contra o Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era bom que o Governo Regional fizesse bem o trabalho de casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Temos Autonomia.

Somos donos do nosso futuro.

A responsabilidade de optar perante recursos financeiros que nunca serão suficientes é nossa, deve ser assumida com coragem.

Os Governos existem para arranjar soluções, não para apresentar desculpas.

Um bom governo define prioridades, cumpre o que promete, não compromete o futuro, tem coragem reformadora.

Os açorianos orgulham-se da Autonomia que conquistaram.

A Autonomia que nos serve não resulta nem da cooperação submissa, nem da exigência guerrilheira – essa é uma visão redutora, que o PSD não aceita, nem apoia.

A Autonomia envolve responsabilidade, mas o PS o que quer é ter o poder do orçamento e o discurso da oposição.

Nós não preferimos o Governo da República ao Governo Regional – preferimos resolver os problemas dos Açores.

O Governo Regional pode contar com o PSD para as boas causas, não conta com o PSD na guerrilha partidária que move contra outros.

Entre o Governo Regional e os açorianos, escolhemos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os governos são responsáveis pelas promessas que fazem – prometeram aos açorianos melhor saúde e melhor educação, boa gestão dos recursos financeiros e equilíbrio nas finanças públicas, prometeram um novo mundo para os nossos agricultores e pescadores, juraram combater com eficácia a pobreza e as injustiças sociais, garantiram mais investimento e menos burocracia e, mais disseram, que tratariam todos por igual, que não havia lugar a clientelismos, que todos os subsídios seriam dados com critério.

Prometeram mais liberdade, o que, no mínimo, representa condicionar menos a sociedade civil.

Os sindicatos esperavam diálogo, os empresários apoio, os profissionais de saúde reformas, os professores um novo estímulo, os agricultores e pescadores querem certezas, a juventude quer acreditar no futuro, os mais idosos reclamam solidariedade.

Tudo isso lhes foi prometido e tudo isso é legítimo que esperem deste Governo.

O discurso do Governo não condiz com a realidade, o mundo açoriano não é “cor-de-rosa”.

Será que os açorianos pensam que estas promessas estão cumpridas ?

Os pareceres dos parceiros sociais são bem a imagem da desilusão dos empresários, agricultores, pescadores, sindicatos e ambientalistas.

A reprovação da estratégia do Governo não é uma obrigação partidária, é um juízo voluntário e comum na sociedade açoriana.

Os parceiros sociais chumbaram a estratégia do Governo.

A desilusão tomou o lugar da confiança e o PS é hoje mais passado do que futuro.

A verdade é que nunca um governo teve tanto e conseguiu tão pouco.

Antes de conhecer o Orçamento do Estado o Governo já tinha feito cortes nos investimentos.

Com o Governo de António Guterres tivemos um Orçamento para 2002 menor em 7,6% do que o de 2001.

Agora, com o Governo de Durão Barroso, tanto criticado pelo PS, o Governo Regional propõe um orçamento para 2003 que decresce apenas 0,8%.

A descida que se verifica no Orçamento de 2003 face a 2002, no valor de 6 milhões de euros, é um décimo daquela que se verificou de 2001 para 2002, em pleno mandato do Governo socialista da República.

As transferências do Orçamento do Estado de 2003 para os Açores aumentaram em 10%, incluindo as verbas da reconstrução.

Se há promessas por cumprir, a culpa não é do Governo da República; se a reconstrução ainda não acabou, a culpa não é do Governo da República; se há cortes nos investimentos, a culpa não é do Governo da República.

Mais uma vez o PSD veio para este debate tranquilo, com ideias firmes, críticas justas e um único compromisso na agenda – a defesa dos interesses dos Açores.

Mais uma vez e cada vez mais o PS aparece com desculpas e demagogia.

Quanto mais perto se encontra do fim, mais este governo e o Partido Socialista caminham coerentemente para a oposição.

Já atacam mais do que actuam, já pedem mais esclarecimentos do que respondem, já se desculpam mais do que governam, já geram mais contestação do que consensos.

Um bom governo não tenta condicionar a sociedade civil, liberta-a; um bom governo não atribui subsídios sem critério, aprova critérios objectivos para a atribuição de subsídios; um bom governo combate o despesismo e o desperdício, não o promove para efeitos eleitorais; um bom governo combate o clientelismo político-partidário, não engorda gabinetes com porta-vozes partidários; um bom governo investe mais do que o que gasta; um bom governo respeita a oposição, não tem como principal preocupação atacar a oposição; um bom governo dialoga e decide, não usa o diálogo para não decidir ou decide sem

dialogar; um bom governo não beneficia as autarquias locais do seu partido em detrimento das de outro partido.

Os açorianos precisam de um bom governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou propostas de alteração à estratégia do Governo.

É preciso inverter a tendência exagerada para o aumento das despesas correntes, que já atingiram 70,9% do Orçamento, quando as despesas de investimento são apenas de 28,3%.

As nossas propostas não põem em causa postos de trabalho, por causa delas não se deixará de pagar salários, pensões ou reformas – acresce que têm a virtude de aumentar em quase 5% o Plano de Investimentos.

O que nós queremos é que o Governo Regional faça o possível para reduzir gastos com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas, que reduza as chefias atípicas, que proíba a acumulação de remunerações pelos dirigentes da Administração Regional.

Se o Governo fizer isso e combater com eficácia e determinação o despesismo, então podemos reforçar as verbas para a reconstrução, para a habitação degradada, para combater a pobreza em Rabo de Peixe.

Ou o Governo poupa e o povo ganha ou o Governo gasta e o povo perde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esse é o sentido político das nossas propostas.

Não há um açoriano que não pense que é possível poupar nas despesas correntes do Governo.

Fica o desafio.

Ficará também bem claro que os que estão ao lado dos sinistrados, preferem usá-los como arma política.

O PSD apresentou – está em cima da Mesa – uma proposta para reforçar o financiamento da reconstrução.

Tal proposta não dispensa a solidariedade nacional, mas para os sinistrados o que importa é resolver o seu problema.

Ora, para nós, os sinistrados são uma prioridade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sejam claros – se a reconstrução ainda não acabou a culpa é do Governo, que prometeu acabá-la em 2001 –...

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... não é do PSD, da oposição, do Governo da República, nem dos faialenses ou picoenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente, temos a segunda mais baixa taxa de actividade do país, temos o mais baixo índice de poder de compra do país, a nossa inflação ultrapassou a nacional e é a mais alta do país, sendo de 4,1% em Setembro passado e, o pior de tudo, em 1999 o Produto Interno Bruto per capita da Região representava 69,4% do nacional, quando em 1995 era de 69,5% do nacional.

Com mais recursos financeiros, com uma conjuntura favorável, com um Governo dito amigo de Guterres, a estratégia do PS não fez os Açores produzirem mais.

Este é um dos grandes desafios que temos no futuro – conseguir produzir mais sem descurar, antes melhorando, a solidariedade social.

É preciso estimular os nossos empresários, acabar com as incertezas dos nossos agricultores e pescadores, dar novas oportunidades aos nossos jovens, responder com urgência aos nossos idosos, dar pão a que não tem pão e casa a quem não tem casa, dar segurança e futuro aos trabalhadores, fazer das escolas um espaço desejado, valorizar os professores, não fazer esperar quem está doente, proteger o ambiente, divulgar os Açores, numa palavra, dar um novo impulso ao projecto autonómico e ao desenvolvimento qualitativo dos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo, certamente, faz o que pode.

Cresce nos Açores a convicção profunda e generalizada de que é possível fazer melhor.

Nós acreditamos nos Açorianos e com eles vamos vencer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que se encerra o debate sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2003 e de Reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo 2001-2004 é a altura de chegarmos a algumas conclusões que, em nosso entender, os 3 dias de discussão permitem formular.

A primeira ideia que nos parece essencial referir neste momento, tem a ver com a postura com que o Governo Regional se apresentou em todo este processo.

E refiro-me a todo este processo, uma vez que a forma como foi encarada a situação conducente, nomeadamente, à apresentação da Reprogramação Financeira do PMP tem, desde logo, um claro significado político, em especial, nos tempos que correm.

Do debate, parece-nos resultar com clareza, para além de ser por todos reconhecido, que a conjuntura que hoje se vive é substancialmente diferente daquela que se nos apresentava quando foi elaborado e aprovado o Plano de Médio Prazo.

Se é certo que alguns dos factores que conduzem a esta situação derivam de razões objectivas, outros há, convém não esquecer-lo, que têm a sua razão de ser, directa e imediata, no comportamento do Governo da República PSD/PP e no seu desprezo pelas Autonomias Regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tudo isto são factores que, como dizia, o debate permitiu tornar ainda mais claros e perceptíveis para todos.

Sendo esta situação como é, dois caminhos se apresentavam ao Governo Regional:

- **Um seria o de fingir que nada acontecia e actuar como se nada disso tivesse influência, não só nos sinais que a Administração Regional dá à iniciativa privada, mas também na disponibilidade de receitas de que ela própria dispõe para fazer face às necessidades da nossa Região;**

- **Outro caminho, bem mais árduo e corajoso, seria o de assumir prontamente que os pressupostos que presidiram a uma determinada previsão de receitas e, conseqüentemente, à realização de investimentos, se haviam alterado.**

Em conformidade com isto, o passo seguinte seria apresentar, não só a esta Assembleia, mas sobretudo aos agentes económicos um quadro, não mais realista do que inicialmente se havia apresentado, – pois o problema não é, nem nunca foi o de falta de realismo nas previsões – mas simplesmente actualizado.

É, pois, com satisfação que constatamos que o VIII Governo Regional manteve, como é seu timbre, uma postura de transparência, de rigor e de verdade para com os açorianos e para com este Parlamento.

No momento em que, no País, parece aderir-se a uma política de esconde esconde orçamental, no momento em que temos um Governo da República que facilmente cede à tentação de dar o dito pelo não dito, este valor da verdade na política que transparece da actuação política do Governo Regional não é, seguramente, de menosprezar.

E não se diga, como alguns de fraca memória parecem tentados a fazer, que ao Executivo não restava outra hipótese. A História demonstra, a história dos executivos regionais anteriores a 1996 demonstra claramente que, embora as situações o justificassem, outros houve que não assumiram esta política de verdade.

É, assim, num exercício de responsabilidade política e como resultado de um comportamento de rigor e de verdade que estes documentos chegaram a este Plenário para serem apreciados.

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos aspectos que importa esclarecer e que já foi, por diversas e bastas vezes repetido nos debates sectoriais que se desenvolveram ao longo destes três dias, tem a ver com as razões que levam o Governo Regional a apresentar uma reprogramação do PMP 2001-2004.

Nesta questão, não deixa de ser elucidativa a forma como alguns partidos da oposição se têm perfilado nesse debate e na análise destas razões.

Veja-se, por exemplo, o PSD/Açores, que no seguimento dum estilo destrutivo, de crítica permanente e cerrada, defende que toda esta situação se deve ao Governo Regional. Este partido da oposição parece apostado em enveredar no seu discurso por uma cópia de má qualidade do argumentário que o PSD a nível nacional desenvolveu relativamente ao Governo da República do PS.

O autismo e a incapacidade duma análise lúcida e objectiva da situação financeira da nossa Região persiste teimosa e incompreensivelmente como uma obsessão da liderança desse partido.

Com esse comportamento, o PSD/Açores revela uma incapacidade e inexperiência que cada vez mais impossibilitam uma análise correcta da nossa situação e, sobretudo, parece ser um obstáculo intransponível para esse partido poder contribuir para a resolução dos problemas dos Açores.

Ao maior partido da oposição exige-se muito mais!

Na verdade, a questão tem-se colocado de forma notória e cada vez mais transparente da postura deste partido quando, conhecedor das medidas injusta e arbitrariamente aplicadas à Região e do seu efeito na nossa situação financeira, se remete ao discurso de exigir sempre mais e mais do Governo Regional.

É legítimo advogar o reforço de meios para sectores ou actividades, é compreensível o desejo de afectar mais dinheiro a esta ou àquela área. Mas não é isto que temos presenciado com algumas das intervenções que aqui têm sido feitas.

Aquilo a que temos assistido é a uma sucessão de birra política em que alguns se resumem a querer mais e mais e a bater o pé quando se lhes responde que não é possível atender de imediato a essas solicitações.

Ou então, duma forma simplista e falaciosa, queixarem-se de que há uma redução aqui de tantos por cento, uma redução acolá de outros tantos por cento, omitindo de forma consciente e malévola, as razões para tais cortes.

Não é possível, não é do ponto de vista político honesto dirigir ao Governo Regional a bateria de críticas que lhe têm sido dirigidas, ao mesmo tempo que se remete ao silêncio, ou pior, a uma cumplicidade activa, com um dos Governos mais centralistas que as regiões autónomas já conheceram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sejamos claros:

Este é um mau Governo para o País e, por isso um mau Governo para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Um Governo que não cumpre com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, um Governo que impõe injusta e injustificadamente, o endividamento zero, um Governo que se furta à solidariedade no caso da reconstrução.

Não perceber isto, ou pior, perceber e não querer admiti-lo acaba por ter nefastas consequências na credibilidade do discurso político.

Essa irresponsabilidade de análise acaba por ter uma sequência lógica, mas nem por isso, menos dramática nas propostas apresentadas.

Propostas que denotam o facilitismo de soluções drásticas, a irresponsabilidade de quem não procedeu a uma valoração dos interesses em causa nesses documentos,

propostas que se desmascaram na sua intenção mais de criar dificuldades ao Governo do que defender os interesses dos Açores.

Há algo de que o PSD/Açores fugiu neste debate. A incapacidade de reconhecer a responsabilidade que as medidas do Governo da República têm na actual conjuntura, não permitem ao PSD o encarniado ataque ao Governo Regional.

A coragem que o Governo Regional tem para reconhecer que existem outros factores responsáveis pela necessidade da reprogramação para além das medidas da República, faltou, na exacta medida, ao PSD/Açores para que este reconhecesse que são também as medidas do Governo da República responsáveis por esta situação.

Esta circunstância, clara na forma como revela o sentido de responsabilidade de cada um, acaba por ser sintomática da forma como decorreu todo o debate.

Mas não só o PSD/Açores parece alinhar nessa perspectiva.

O CDS/PP, apesar de ter mais presente a necessidade de defesa dos interesses dos Açores, não resistiu a enveredar pelo mesmo caminho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos ao que interessa e que não é seguramente a forma atabalhoada como o PSD/A se apresentou neste debate.

No meio de todo este desnorte e de todo este afã de bota-abaixo, o Governo Regional surge como um referencial de ponderação, de rigor e de capacidade de decisão. E é exactamente de rigor, de ponderação e de capacidade de decisão que falam os documentos que hoje acabamos de analisar e que nos preparamos para votar.

Antes com calamidades naturais que sobrelevaram as adversidades políticas, hoje com uma calamidade política na República que sobreleva as adversidades naturais, o Governo Regional surge, com redobrado dinamismo e vigor, firme e resolutivo no cumprimento de um projecto que foi sufragado pelos açorianos. Surge, com redobrada determinação, empenhado em continuar a Mudar os Açores.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se dúvidas houvesse sobre a determinação do VIII Governo Regional, é, exactamente, em situações de conjuntura menos favorável que se torna mais patente a constatação de que temos um Governo capaz, competente e com capacidade de realização para transformar para melhor a nossa economia e a nossa sociedade, para transformar para melhor os Açores.

As propostas que analisámos dão bem conta que o projecto da Nova Autonomia continua válido, continua realizável e a ser realizado e, sobretudo, continua a ter quem dele cure no sentido do seu aprofundamento e constante melhoria.

Estas propostas não pretendem acudir à pressa a uma situação de desregulação da nossa situação financeira. Estas propostas são para evitar que a nossa situação financeira fique desregulada.

Estas propostas não são para responder a uma situação de crise económica ou sequer de crise nas finanças públicas regionais. Estas propostas são para evitar que cheguemos a uma situação de crise de finanças ou económica.

Estas propostas não são para adaptar, ilusoriamente, a realidade ao comportamento da Administração Regional e ao comportamento dos agentes económicos. Estas propostas são para que esse comportamento fique conforme às nossas disponibilidades, fique conforme àquilo que podemos assumir do ponto de vista financeiro.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta asserção tão simples e tão fácil, reside, porém, uma grande diferença de entendimento entre o Partido Socialista e alguns partidos da Oposição. Estes querem considerar a região em crise profunda e irreversível, assumindo a derrota ao primeiro sinal de alarme.

Nós recusamo-nos, teimosa e persistentemente, a desistir de lutar pelos Açores.

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Podemos ter um Governo da República que nos prejudica.

Podemos ter alguns partidos da oposição regional que nos querem prejudicar.

Pode a conjuntura ser mais ou menos desfavorável.

Mas há algo com que os Açorianos podem contar: O Partido Socialista e o Governo Regional não arredam pé deste trabalho em prol da nossa Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: Este Governo e este Grupo Parlamentar não surgiram nesta Assembleia amedrontados ou desanimados com as dificuldades que, umas decorrem da natureza das coisas, e outras decorrem do comportamento do Governo da República.

Se algum dos partidos da Oposição alimentou, porventura, a secreta esperança de que o Partido Socialista surgisse aqui desanimado, cansado, exaurido nas suas forças, desengane-se!

O nosso objectivo não é algo de tão comodista como estar no poder!

O nosso objectivo é mudar os Açores, é mudar a Economia, é mudar as Obras Públicas, é a mudar a Saúde, é mudar a Educação, é mudar a Agricultura, é mudar para melhor as condições de vida dos açorianos, é mudar para melhor o prestígio da nossa Região!

É, por isso, que aqui ninguém desiste e quanto maiores os obstáculos maior a determinação, a vontade e a coragem em vencê-lo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Governo Regional e o Partido Socialista mantêm-se firmes, unidos e determinados na primeira linha deste combate. Um combate que não é contra ninguém, mas sim um combate pelos Açores!

Hoje, como sempre, respondemos presente, dando o melhor do nosso esforço e do nosso saber para esta magnífica tarefa.

Não nos acomodamos, não nos resignamos, não baixamos os braços, não desistimos, não desanimamos, porque os açorianos merecem esse trabalho, porque os Açores precisam de resultados, porque somos capazes de cumprir essa tarefa!

Disse !

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente Carlos César.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): *Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Açorianos:*

Falar hoje dos Açores é falar de uma realidade dinâmica, que sofreu nestes últimos anos transformações importantes e sucessivas, nos planos institucional, político, económico, social e cultural.

Os Açores estão profundamente diferentes do que eram há pouco mais de seis anos atrás. Felizmente, para melhor.

É verdade que perduram algumas situações de pobreza e de insuficiência habitacional. É verdade que novos desafios e novas dificuldades, com origem externa, se colocam em alguns sectores tradicionais da nossa economia, como na agricultura e nas pescas.

Todos sabemos também, que a Natureza não nos tem poupado a uma sucessão de catástrofes, que ceifaram vidas, destruíram quilómetros de estradas, pontes, aquedutos, milhares de habitações, igrejas, equipamentos sociais, portos comerciais e de pescas em todas as ilhas, estabelecimentos de comércio e culturas agrícolas.

Porém, todos os que nos visitam, apercebem-se da forma rápida como o progresso se está a instalar nas nossas ilhas e da persistência e qualidade que temos revelado na recuperação dos efeitos terríveis provocados por todas aquelas catástrofes.

O dinamismo económico da sociedade açoriana é cada vez mais evidenciado pelo papel crescente do investimento privado e pelos níveis de confiança que revela, ao contrário do que acontecia em 1996, quando encontramos a nossa Região mergulhada no pessimismo, nas falências e no imobilismo empresarial.

Apesar de não existirem contas regionais para a determinação da evolução do Produto Interno Bruto, nenhum analista económico tem dúvidas sobre o seu aumento de então para cá.

Os Planos e o Orçamento que vamos aprovar potenciam essa nova dinâmica, revelando a coragem e o bom senso do governo em introduzir todos os reajustamentos adequados às oscilações das receitas.

Essa adequação corajosa e permanente das despesas de investimento às possibilidades que a Região tem em cada momento é um ponto de honra da acção governativa. Pode parecer pior para o governo atrasar o cumprimento de um compromisso eleitoral, ou mesmo alterar uma ou outra meta, mas será melhor para os Açores e para os Açorianos fazê-lo, porque, assim, manteremos a nossa Região à margem das crises financeiras que outras regiões e países atravessam e que têm gerado ambientes recessivos da economia, onde se observam milhares de falências, despedimentos, deslocalizações de empresas e estagnação de investimentos.

Os Açorianos podem, por isso, olhar com segurança a acção do governo e a salvaguarda do futuro dos Açores.

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pesem, embora, as dificuldades e todos os aspectos desfavoráveis da conjuntura financeira e económica nacional e internacional, o Governo Regional do PS tem conseguido levar os Açores para a frente e protegê-los, na medida do possível, da contaminação daqueles efeitos perversos.

Mesmo em sectores como a agricultura, onde investimos incomparavelmente mais do que no passado o aumento da produção fez-se sentir melhorando o rendimento dos agricultores, crescendo a produção de derivados, estendendo-se a electricidade e

o abastecimento de água às explorações, investindo-se em milhares de quilómetros de caminhos agrícolas, ao mesmo tempo que diminuiu o número de lavradores e aumentou a dimensão das explorações melhorando a sua competitividade. Por estas e por outras razões, ao contrário do que acontece no Continente, não se ouve falar de falências sucessivas das empresas agrícolas.

As famílias açorianas têm visto o seu rendimento aumentado face à média nacional, e, embora, mais moderadamente, é nos Açores que se tem verificado o maior crescimento do crédito à habitação, observando-se, em simultâneo, um número diminuto de incumprimento de cobranças.

A construção civil continua a níveis elevados, sendo os Açores a Região com o maior crescimento de consumo de cimento e de aumento de licenças de habitação, não incluindo as resultantes do sismo.

Somos, entre todas as Regiões do país, aquela em que proporcionalmente se têm criado mais empregos, embora com uma taxa feminina de actividade ainda pequena e com remunerações que por vezes são excessivamente baixas, aquela que tem a mais baixa taxa de desemprego entre as regiões europeias e uma das que mais tem apostado na reconversão e formação profissional de activos e candidatos ao primeiro emprego, embora, ainda, com uma taxa de escolaridade média que precisamos continuar a melhorar, mas com um parque escolar profundamente transformado para melhor.

Apesar dos efeitos reflexos da crise económica continental, particularmente no consumo, a organização da oferta continua a expandir-se, ao mesmo tempo que, de forma aparentemente consolidada, observam-se crescimentos na arrecadação de receitas do IRS, do IRC e dos impostos especiais de consumo e a procura dos incentivos públicos ao investimento privado ultrapassa mesmo as nossas melhores expectativas.

Temos os maiores ritmos de crescimento de produção de energia eléctrica, observando-se o maior acréscimo de consumo nas indústrias e nos serviços, que sinalizam, mais uma vez, a vitalidade empresarial.

Os açorianos vão descobrindo nas ruas, novas empresas e estabelecimentos comerciais modernizados, e cruzam-se, já não apenas no Verão, com milhares de

turistas que representam a vitória de uma aposta do governo do PS na diversificação da economia e na promoção externa dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os Açores, que têm, infelizmente, ainda muitos pobres e marginalizados, vivem, porém, numa região com estabilidade política e social, que dispõe, actualmente, de uma das melhores redes de apoio e integração social à escala europeia, mercê do muito que tem sido feito e continuará a ser pelos Governos do Partido Socialista, devolvendo a dignidade, as profissões, a escolaridade e a habitação condigna a centenas e centenas de famílias açorianas por estas ilhas fora.

Desde que chegamos ao governo – fez a semana passada seis anos – o nosso apoio às crianças em risco, às mulheres vítimas de violência, aos idosos, à integração dos repatriados, às pessoas com deficiência e a outros grupos com potencial de exclusão fez crescer os recursos financeiros que lhes dedicámos em 11,2% em 1997, em 5,2% em 98, em 6,1% em 99, em 17,7% em 2000 e em 24,5% no ano passado.

Lançámos e coordenámos o projecto do Rendimento Mínimo Garantido, cruzamo-lo actualmente de forma eficaz com as ofertas dos serviços de emprego e temos obtido um sucesso de inclusão e de fiscalização dessa prestação social, que pode ser medido pela diminuição em 19% do número de beneficiários em 2000 e pela diminuição de 14,7% em 2001.

Porque quisemos descobrir a pobreza escondida ela é hoje mais visível. Porque nos lançámos num combate sério e corajoso contra ela há menos pobres nos Açores hoje do que havia há seis anos atrás.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Demos atenção, pela primeira vez na História da Autonomia, aos problemas da infoexclusão, mobilizando milhares de jovens que já têm como ocupação preferencial o gosto e o fascínio pela fruição das tecnologias de

informação, e encarámos, com o sentido do nosso tempo, o planeamento e a prevenção ambientais perante os desafios emergentes do nosso desenvolvimento, perante os quais induzimos uma consciência exigente por parte da opinião pública.

Tudo isso é obra e é património da governação socialista nos Açores, da inovação, da energia e da diferença que trouxemos para mudar para melhor a nossa terra e para continuar a fazê-lo com o mesmo empenho, agora como no futuro, ouvindo as críticas, aprendendo humildemente com elas, mas passando sempre, com a força da nossa confiança, ao lado dos que só sabem difundir a desesperança, a maledicência e o derrotismo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:*

Nem uma só vez, durante estes três dias, ouvi uma palavra de concordância ou de apreço da parte do maior partido da oposição.

As posições do PSD ao longo deste debate, que podem ser referenciadas nas propostas de alteração por ele apresentadas, ilustram bem a impreparação daquele partido para governar, o seu escasso sentido de responsabilidade e a sua incoerência. Pretendem impor diminuições da despesa corrente, sem saber de quê e com que consequências, em percentagens idênticas em todos os sectores, que levariam ao não pagamento de salários nuns casos ou à paralisia de serviços públicos noutros.

Deputado Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

O Orador: Acredito, também, que o tenham feito com o intuito de parecer bem perante os Açorianos, procurando passar a ideia de que o PSD conteria a despesa corrente e o governo fomenta o desperdício.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E é verdade!

O Orador: Mas a verdade dos factos é bem outra: nos sete últimos anos de governo do PSD as despesas correntes aumentaram 13,6% e com o Governo do PS apenas

7,8%; as despesas com pessoal aumentaram com o PSD 16,1% e com o PS 8,2%; as despesas de aquisição de bens correntes e de capital aumentaram com o PSD naquele período 9,6% e com o Governo do PS apenas 3,6%; e os encargos correntes da dívida aumentaram nos últimos sete anos do Governo PSD 33,3%, enquanto nos últimos sete anos, connosco, diminuíram 0,2%.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Concluiu-se, assim, que, sem despedir funcionários públicos, sem os impedir das suas progressões nas carreiras, como agora é moda no Governo do PSD/PP, e incorporando despesas que não existiam no tempo dos Governos Regionais do PSD, como a remuneração complementar para os funcionários públicos e o complemento de pensão para os nossos idosos,...

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito Bem! Muito bem!*

O Orador: ... o crescimento de toda a despesa corrente em sete anos do governo regional do PS será significativamente inferior ao crescimento em igual período com os governos regionais do PSD. E isso, ao mesmo tempo que se investiu mais e se obteve médias de execuções dos planos de investimento superiores aos tempos dos governos do PSD. Não aceitamos, por isso, lições de alunos que já chumbaram nestas matérias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Se alguém soube conter o aumento das despesas correntes, foram os Governos do Partido Socialista.

O PSD mostra, mais uma vez, a sua incoerência e hipocrisia; diz defender mais fundos para a habitação, mas vota a favor da suspensão do crédito bonificado à habitação para as famílias; defende mais fundos para a reconstrução do sismo, mas apoiou o Governo da República na falta de solidariedade que mostrou para com os faialenses e os picoenses que ainda não têm casa e tudo fez para inviabilizar todas as soluções alternativas de financiamento que o Governo Regional procurou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O PSD defende a diminuição da despesa corrente mas, na sua actividade partidária não há serviço que visite em que não aponte a necessidade de reforço de pessoal, não há grupo profissional com que contacte em que não advogue a melhoria do seu estatuto remuneratório, seja numa escola, num centro de saúde ou numa IPSS. Tudo isso são aumentos das despesas correntes, que o PSD diz querer agora diminuir.

O PSD saúda a regionalização de serviços da República, como os das Finanças ou da Justiça, que pouco trazem ao núcleo prioritário do alargamento competencial da Autonomia, ao contrário de outros serviços como o IFADAP, o INGA ou o Instituto Marítimo Portuário que, esses sim, nos dotariam de instrumentos operacionais importantes para a eficácia das políticas regionais.

Mas o PSD, que diz querer diminuir as despesas correntes, é autonomista na regionalização da despesa, mas contrário, ou pelo menos omissivo, na autonomização de verdadeiras competências. O PSD aplaude as despesas que nos querem fazer pagar, mas não se importa com as competências úteis que não nos querem dar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Outras duas propostas revelam também a diferença entre o PSD e o PS e falam por si: reduzir verbas à Cultura, que já tem um orçamento abaixo do que devia, e retirar meios à promoção da sociedade da informação e das novas tecnologias, são talvez as únicas propostas em que o PSD se revê com ingénuo sinceridade. Custa-nos verificar que ainda há gente que entende o apoio à iniciativa e à fruição culturais e à formação plurigeracional para o domínio das tecnologias, como despesas excêntricas e supérfluas. É por isso que o PSD presentemente é um partido do passado, e o PS, que teve passado, é um partido do presente e do futuro. É por estas e por outras que o PS continua a ser a alternativa ao PSD e o PSD nem chega a ser herdeiro ou alternativa ao seu próprio passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Com o silêncio cúmplice do PSD/Açores ficamos sem 32,5 M_ de um empréstimo aprovado que o Governo da República nos acabou por negar. Com o apoio do PSD/Açores, o Governo da República tirou-nos 30M_ para o próximo ano e quase outro tanto que prevíamos em 2004, quando para si reservou o direito de se endividar em mais de mil e cem milhões de contos. Sempre com o apoio do PSD/Açores, o Governo da República transferiu-nos, ao abrigo da Lei de Finanças Regionais, menos 14,6 M_ em 2002 e menos 15,1M_ no próximo ano do que devia transferir, e o PSD volta a apoiar os de lá, recorrendo, até, a um exemplo de um ano de governo socialista em que nos terão transferido mais do que deviam.

De facto, os dois maiores partidos dos Açores estão em lados opostos, ao contrário do que aconteceu no passado, quando liderei o meu partido então na oposição. É que, nessa altura como agora, não baixei nem baixarei a minha voz para defender a nossa terra. Só que, porque estive ao lado de Mota Amaral contra Cavaco e até contra socialistas,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que foi isso?

O Orador: ... esperaria, agora, que o PSD e o PP, tal como está o PCP, estivessem do lado dos Açores e não sempre, sempre, sempre como estão, do lado do Governo da República.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É uma tristeza vê-los, todos os dias, falarem da compreensão que é preciso ter com o governo central por causa da suposta herança socialista, e nunca os ver falar do apoio que precisamos e que devemos exigir porque a nossa terra necessita e porque a nossa terra merece.

Nessa luta, podem os Açorianos ter uma certeza: nunca a descurei, quando foi preciso com António Guterres; nunca a descurei com Durão Barroso, embora o

tenha criticado menos, até hoje, do que o Presidente do Governo da Madeira. Mas, também, podem, o PSD e o PP, ficar descansados: não alimentaremos guerras...

Deputado Mark Marques (PSD): Não! É todos os dias!

O Orador: ... nem seremos guerrilheiros, porque nunca me dirigirei com a irresponsabilidade e a falta de sentido institucional ao Governo da República, com que o PSD e o PP frequentemente se dirigem ao Governo da sua Região e ao seu presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Açorianos:

Termino, salientando, ser este Plano a Médio Prazo, apesar de todos os condicionalismos, um instrumento que garante a continuidade do progresso e do desenvolvimento que os Açores, felizmente, têm vindo a conhecer.

Com ele, continuaremos a trabalhar no projecto que abraçámos e no rumo que definimos, fiéis aos objectivos que traçámos com clareza:

- defender abnegadamente a Autonomia dos Açores;
- manter o equilíbrio das nossas finanças públicas;
- consolidar a confiança junto dos cidadãos e das entidades empreendedoras;
- defender a nossa especialização produtiva tradicional e diversificar a nossa economia;
- criar mais empregos seguros e acentuar a prioridade da formação dos nossos recursos humanos;
- melhorar a cobertura geográfica dos cuidados de saúde, proteger os pobres e os que precisam e não abrandar o ritmo para a realização plena do direito à habitação condigna;
- defender na Europa Alargada a excepcionalidade dos Açores e da ultraperiferia e reforçar os laços com os nossos irmãos emigrantes e com as autoridades dos seus países de acolhimento.

Sabemos o que estamos a fazer e o caminho que queremos seguir.

Vamos continuar a Mudar os Açores.

A Mudar os Açores, para melhor!

Viva os Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, conforme já anunciei, vamos suspender os nossos trabalhos durante 30 minutos para preparar a votação final dentro de momentos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Passamos à votação dos documentos que estivemos a debater nestes dias.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com o Plano para 2003, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 2003 foi aprovado, na generalidade, com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação dos programas.

Programa 1 – Fomento Agrícola.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4. Para este Programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a razão fundamental desta proposta de alteração reside na intenção que temos de contrariar, na medida do possível, a tendência de aceleração do investimento agrícola, procurando criar meios para que um determinado sector, os caminhos rurais, possam ter um melhor tratamento em todas as ilhas da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para anunciar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta proposta de alteração do PCP, referenciando que a previsão no Plano para 2003, nesta acção concreta dos caminhos rurais, mantém-se ao nível da previsão

orçamental que vinha do ano de 2002. Inclusivamente, situa-se acima da estimativa de execução para o ano de 2002.

Posto isto, atendendo essencialmente à natureza da contrapartida financeira que o PCP adianta, quer nesta proposta, como na generalidade das suas propostas ou na generalidade das propostas de alteração do PSD, sugere-se a redução de verbas ao nível do Orçamento, concretamente no Capítulo I do Orçamento sobre a epígrafe Gabinetes dos Membros do Governo.

No caso das propostas do PSD propõem uma redução de 10%. No caso da proposta do PCP e neste caso, em particular, uma redução de 5% das verbas previstas no Capítulo I do Orçamento.

Convém notar, conforme já foi referido há 2 dias na intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, e conforme foi hoje notado na intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, que as dotações mais expressivas deste Capítulo I têm a ver essencialmente com despesas de pessoal. O exemplo dado pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência relativamente ao peso das despesas de pessoal neste capítulo, no que respeita ao Gabinete dele, foi e é elucidativo.

A intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento deu-nos nota de que este capítulo, no que respeita às despesas de pessoal, apresenta apenas um aumento de 4,5%, face à execução estimada para este ano, ou seja, um aumento perfeitamente normal e natural.

Estão previstas neste capítulo as despesas com pessoal e com o funcionamento da generalidade dos serviços pendentes dos membros do Governo. Recorde-se o caso dos institutos e organismos autónomos, das inspecções regionais, dos gabinetes de planeamento e serviços administrativos dos respectivos departamentos governamentais.

Para que não ficassem dúvidas nesta Assembleia e para com os açorianos, gostaria de elucidar esta nossa posição com um exemplo muito concreto que resulta da minha experiência particular, no que diz respeito à Secretaria da Agricultura e Pescas. A dotação orçamental deste Capítulo I que ronda os 7 milhões de euros, é distribuída e é dividida da seguinte forma:

- mais de 5 milhões de euros (75% desta dotação) corresponde às transferências a efectuar para os institutos autónomos: IAMA e IROA;
- 7,5% (meio milhão de euros) corresponde às transferências a efectuar para a Inspeção Regional das Pescas;
- 17,5% (1,2 milhões de euros, aproximadamente) correspondem às despesas com o funcionamento e com o pessoal da Divisão Administrativa e Financeira da Secretaria, do Gabinete de Planeamento e do Gabinete do Secretário Regional propriamente dito.

As propostas de alteração do PSD e do PCP para o caso concreto da Secretaria da Agricultura e Pescas, significariam uma redução de 700 mil euros no caso do PSD, e 350 mil euros no caso do PCP, neste capítulo particular do Orçamento.

Julgo que com este exemplo concreto, se tivéssemos que aprovar ou esta Casa aprovasse estas propostas de alteração do PCP e do PSD, a única consequência que resultaria de tudo isto era que, irresponsavelmente, esta Casa iria aprovar uma proposta de orçamento que punha em causa os vencimentos e, eventualmente, os postos de trabalho de centenas de funcionários destes serviços da Administração Pública Regional.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É mentira!

O Orador: Não é isto que esta bancada quer. Não é isto que este Governo quer.

Por ser assim, a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderá deixar de votar contra estas propostas de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se na votação desta proposta do Partido Comunista Português.

Também gostaria de dizer, embora na altura própria, aquando da discussão do Orçamento, iremos falar de novo no assunto, que o Sr. Deputado Hernâni Jorge não deve ter ouvido o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento quando disse que nas despesas correntes, 75% eram para pessoal. Os outros 25% representam 26 milhões de contos.

A proposta do PSD representa cerca de menos 10% desses 25 ou 26 milhões de contos que restam.

O senhor que já tem as despesas com pessoal, por que é insiste em dizer uma mentira, que não tem credibilidade – e já dito pelo Sr. Presidente do Governo – de que isso vai atingir os vencimentos das pessoas?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isso é mentira!

O Sr. Secretário disse ontem que só 75% das despesas correntes eram para pessoal.

Desses 75% restam cerca de 25 milhões de contos.

Aí há muita coisa a fazer, nomeadamente em relação à contenção dos despesismos, em relação à propaganda, à publicidade e a um conjunto de todas as mordomias que este Governo tem, que não se justificam e que se poderiam cortar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque existem mais propostas de alteração para serem discutidas e debatidas ao longo deste período.

O Sr. Deputado Duarte Freitas uma vez mais deu prova de que não estuda bem os assuntos que, essencialmente, neste caso concreto, não prestou atenção àquilo que eu acabei de dizer com um exemplo muito elucidativo e muito concreto de um departamento que eu conheço particularmente bem.

Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu demonstrei que mais de 80% do volume das dotações previstas no Capítulo I, no que respeita à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, são transferências para a Inspeção Regional das Pescas, para o IAMA e para o IROA.

Dos restantes 17,5%, ainda tem o funcionamento e as despesas com pessoal da Divisão Administrativa e Financeira, do Gabinete de Planeamento e apenas um

montante residual no que respeita ao Gabinete do Secretário Regional propriamente dito.

A proposta do PSD, no caso concreto da Secretaria da Agricultura e Pescas, previa uma redução de 700 mil euros. O Gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, descontando o vencimento do Sr. Secretário e dos seus colaboradores, no máximo dos máximos, custará à Região 200 mil euros. Julgo que este exemplo é elucidativo e todos os funcionários públicos e todos os açorianos que nos ouvem percebem que ao aprovarmos esta proposta do PSD iríamos estar a pôr em causa os vencimentos destes funcionários.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer isso. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento muito breve, porquanto fui chamado à colação no que se refere a algumas declarações que proferi anteontem nesta Casa.

Efectivamente eu referi que 75% das despesas de funcionamento eram directamente imputadas a pessoal e que os restantes 25%, que abrangiam transferências para os Fundos e Serviços Autónomos, englobavam juros da dívida, complementos de pensão e outros (aquisições de bens e serviços, aquisições de capital). Nesses 25% também se engloba a Assembleia Legislativa Regional, onde também existe despesas com pessoal.

Nas transferências para o Fundos e Serviços Autónomos, tal como foi agora referenciado pelo Deputado Hernâni Jorge, também há despesas com pessoal.

Muito obrigado.

Presidente: Gostaria de informar que o Governo dispõe apenas de 8 segundos.

Vamos passar à votação da proposta apresentada pelo PCP para o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 4 foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 5. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 6. Para este programa há uma proposta de alteração do Partido Socialista para a acção 6.1.1..

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou esta proposta que, no nosso entendimento, irá melhorar e reforçar a verba destinada à frota, o que permitirá corresponder de forma mais segura às 150 candidaturas previstas e, eventualmente, mais algumas que possam surgir posteriormente.

Nós iremos votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perceber melhor esta proposta.

Relativamente à programação, aos elementos que o Governo possui sobre essa matéria (estudos feitos e expectativas do mercado), na vossa óptica, em que é que o Governo falhou?

(Risos dos Deputados da bancada do PP e do PSD)

Em que é que o Governo falhou para apresentarem esta proposta?

Quais os dados novos que o Grupo Parlamentar do PS tem, relativamente aos dados que o Governo nos apresentou?

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Supomos que o Sr. Deputado faz reflexão sobre matérias de diversa ordem. Com certeza, terá uma primeira reflexão e, provavelmente, uma segunda.

É natural, é possível, é provável que haja evolução nos pontos de vista.

Desse modo, aquilo que é discutido uma vez, na segunda vez pode merecer essa reflexão e concluir-se que neste caso a verba destinada à frota era insuficiente e que era possível agregar mais alguns euros.

Presidente: Ao que parece, estamos em condições de votar esta proposta apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 6 – Modernização das Pescas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 7. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 8. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 9. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 10 para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PS, relativamente à acção 10.

Está aberto o debate

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 11. Para este programa existem 4 propostas de alteração, três do Partido Socialista e 1 do PCP.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós apresentámos uma proposta de reforço para a correcção e reabilitação da Estrada de Santa Cruz da Ribeira da Cruz, no montante de 1 milhão,

496 mil e 394 euros, que é exactamente aquilo que o Governo Regional previu no Plano de Médio Prazo.

Assim, contribuímos para que o Sr. Deputado Manuel Herberto possa votar favoravelmente, dando cumprimento às promessas que fez à população das Flores, em relação a esta matéria.

Por outro lado, gostaria também de dizer que vou votar a favor da proposta do Partido Socialista, no que diz respeito ao reforço das estradas das Flores, até porque chego à conclusão que, no que diz respeito à receita, o Sr. Secretário Regional se enganou na arrecadação da receita contida no capítulo 09, grupo 03, artigo 09.

Penso que podemos fazer uma constatação: a necessidade do reforço para a estrada das Flores, embora esta proposta apresentada pelo Partido Socialista no valor de 400 mil euros seja insignificante, mas o que de qualquer modo comprova é este erro que V. Exas. tiveram a semana passada no capítulo das receitas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A rede rodoviária regional da Ilha das Flores, alguma dela data de 50 anos, tem vindo a degradar-se progressivamente, devido a um tráfego cada vez mais intenso e à circulação de viaturas com maior tonelagem.

Disse mesmo tem consciência o Governo Regional que depois de concluída a reconstrução das pontes destruídas nos temporais de 95 e de 96 e a reabilitação de alguns troços mais danificados, onde investiu cerca de 7 milhões e meio de euros, fez inscrever no Plano a Médio Prazo 2001/2004 a dotação de 3 milhões, 250 mil euros, destinados à correcção e repavimentação da estrada que liga as Lajes a Santa Cruz.

Vicissitudes várias, e já por de mais escarpelizadas para que tenhamos que as voltar a enumerar e já não nos sobra tempo para isso, fizeram com que o arranque das referidas obras com início previsto para o corrente ano, acabasse por deslizar para 2004 em resultado da reprogramação financeira do referido PMP.

Contudo, existem alguns troços da estrada das Flores cujo estado de degradação exige intervenção urgente e imediata.

O reconhecimento desta realidade levou a que o Governo Regional, por ocasião da última visita estatutária às Flores, tivesse deliberado autorizar o procedimento destinado à aquisição de um cilindro para a delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos daquela Ilha, destinado a reforçar a capacidade de intervenção daquela delegação na rede viária da ilha.

É neste contexto e considerando que para alcançar aquele desiderato, para além do reforço de meios técnicos, é também necessário dotar a referida delegação com os recursos financeiros adequados à sua plena capacidade de intervenção, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de alteração ao Plano e Orçamento para o próximo ano, que visa assegurar o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores, reforçando com 400 mil euros, as verbas destinadas à conservação e reparação das estradas regionais, proposta que, como é óbvio, vai merecer o nosso voto favorável e que, consideradas as disponibilidades financeiras, acolhe também o espírito da proposta que foi posteriormente apresentada pelo PCP para reforço do programa 11, do Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer em relação à proposta de alteração que coloca a estrada Lajes/Praia da Vitória, no Plano de 2003/2004, para ser concluída, que se deve a um entendimento de que esta reprogramação financeira não poderia de forma alguma atingir as pessoas daquele concelho e daquela Vila que sentiriam enormes dificuldades na continuação daquela estrada, da forma como se encontra.

Daí um esforço final feito num entendimento entre o Grupo Parlamentar e o Governo para que de alguma forma os efeitos nefastos que nos vêm da República, não atinjam aquelas já sacrificadas pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos o Governo Regional tem efectuado diversas intervenções na estrada leste, no Corvo, nomeadamente a construção de aquedutos, muros de suporte e valetas.

No entanto, não estando ainda concluída a rede de drenagem, o Grupo Parlamentar do PS apresenta uma proposta de alteração inscrevendo uma verba de 80 mil euros para esse efeito, a qual irá merecer o nosso voto favorável.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta referente à reabilitação da estrada Lajes/Praia da Vitória.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP votou favoravelmente esta proposta de alteração na expectativa de que como em 2001, no tempo do Sr. Engº Guterres, haviam 50 mil euros para aquela estrada e nada se fez, como em 2002, no tempo do Primeiro-Ministro, Engº Guterres, no primeiro trimestre haviam 750 mil euros para aquela estrada e nada se fez, como é hábito do Partido Socialista em relação à Terceira, agora no tempo do Primeiro-Ministro Durão Barroso temos esperança de que se faça alguma coisa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): Não se esqueça do Ministro Paulo Portas, porque é também importante!

Presidente: Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à pavimentação de troços nas Flores.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: **Passamos agora à votação da terceira proposta do Partido Socialista, que diz respeito à reabilitação da estrada leste, na Ilha do Corvo.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: **Finalmente, passamos à votação da proposta do PCP sobre este programa e diz respeito à reabilitação da estrada da Ribeira da Cruz, em Santa Cruz das Flores.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Considerando já o que foi aprovado, vamos votar o Programa 11 – sistema rodoviário regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 12. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa 13 existem 2 propostas de alteração do Partido Socialista.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se da criação da acção 13.3.16 destinada a obras de beneficiação da envolvente do porto comercial das Velas.

Esta acção, na nossa óptica, permitirá, um investimento de grande importância que irá acabar com o estrangulamento rodoviário que presentemente se verifica no acesso a esta estrutura portuária.

A verba inscrita para esta acção dá conta da redução de 50 mil euros da acção 13.2.1.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta referente às embarcações de passageiros.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à beneficiação da envolvente do porto das Velas.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à pavimentação de troços nas Flores.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos votar o Programa 13 tendo em conta estas alterações.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 14 – transportes aéreos.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 15 – sector energético.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 16. Para este programa há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Uma primeira nota para lamentar o discurso comicieiro que o Sr. Presidente do Governo trouxe em grande parte da sua intervenção final e registar a mentira que acabou por proferir quanto à proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD, em relação à Ciência e Tecnologia ou mesmo quanto à Cultura.

Nós apresentamos uma proposta de redução neste programa, tendo em conta a acção sobre instalações e equipamentos para a Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, com vista ao reforço de uma outra proposta referente à toxicodependência.

Para que aqui fique reposta a verdade, e no Programa 25 voltaremos a explicar este assunto, o PSD retira não em Ciência e Tecnologia, nem em Cultura, mas neste caso concreto em equipamentos e instalações da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): **Como é que se faz Ciência e Tecnologia sem equipamentos?**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.**

Deputado José San-Bento (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Apenas para denunciar esta prática que o PSD concede a esta área como sendo a árvore das patacas.

Insistentemente, aquando deste debate, vão sempre à Ciência e Tecnologia reduzir as dotações.

Estas reduções já são reduzidíssimas e já estão comprimidas.

Eu relembro rapidamente que esta área da Ciência e Tecnologia é uma nova forma orgânica que o Governo resolveu adoptar e tem tido excelentes resultados. Por isso mesmo tem uma perspectiva muito estimulante para se continuar a investir.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Nós, há muito tempo, ultrapassámos o tempo do papel e da caneta.

Nesta altura está a decorrer em São Miguel uma iniciativa que fala sobre isto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é nada disso. É em equipamentos!

O Orador: Como é óbvio, parece que os deputados do PSD não compreendem estas questões.

É fundamental investir no capital humano, mas também no equipamento.

A Ciência e Tecnologia tem muito dessa componente e qualquer pessoa percebe isso.

Para terminar, Sr. Deputado Bolieiro, quanto à Toxicodependência, nós falaremos mais à frente.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: **Programa 17. Para este programa há duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PS e a outra pelo PCP.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende propor a inclusão da EB/JI do Porto Martins, porque corresponde a um investimento importante para a Ilha Terceira e, em particular, para o Concelho da Praia da Vitória.

Haja vontade política da sua Câmara Municipal para resolver o problema, que da nossa parte há determinação em ver este problema resolvido, como comprova esta proposta de alteração.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Muito embora a resposta genérica que há pouco foi dada em relação à nossa primeira proposta de alteração abranja tudo isto, eu não posso deixar de vir colocar aqui duas ou três breves considerações sobre esta proposta.

Em primeiro lugar, gostaria de me congratular fortemente pelo facto de termos tido a inspiração, em Abril de 2001, de levantar este problema da forma como o levantámos.

Em segundo lugar, para nos congratularmos pelo facto de toda esta Assembleia ter votado em 2001 pelo início das obras da Escola Secundária da Horta em 2003. Isto vem dar lugar à terceira situação, a assunção verdadeiramente total, contra a indisfarçada ausência de vontade do Sr. Secretário, Dr. Álamo de Meneses, em relação à construção deste edifício. Isto veio criar uma situação de unanimidade nesta ilha sobre a necessidade e urgência desta escola. O nosso contributo foi dado.

O Governo Regional não vai cumprir o compromisso que assumiu, não trabalhou para isso, não quis trabalhar para isso. Em última instância, mediante uma proposta que daqui a pouco vamos votar a qual vamos aprovar,

retoma a versão inicial do Plano a Médio Prazo antes da alteração que aqui foi aprovada, mas tenho a certeza absoluta que o desfecho desta situação se deu em virtude da nossa insistência, da nossa persistência e da nossa determinação.

A nossa proposta está aqui para que os senhores que subscreveram este acordo, todos, perante os faialenses e os açorianos, o façam pública e explicitamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o PSD, como fez em Abril de 2001, vai aprovar esta proposta de alteração do Partido Comunista Português, que reforça a dotação para a construção da nova Escola Secundária da Horta, em 2003.

Trata-se não só de manter a nossa palavra e o nosso voto, como de repor a justiça e as promessas que foram ratificadas por unanimidade nesta Assembleia, como acabou de referir o Sr. Deputado José Decq Mota, como de permitir que nesta legislatura se inicie uma das mais reclamadas obras no Faial e também um dos mais estruturantes projectos para esta ilha.

Todos os faialenses defendem esta obra.

Nós assumimos nesta Casa a defesa e a realização da mesma e não apenas de uma forma simbólica, como alguns às vezes se lembram dela.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota, Sr. Deputado Costa Pereira:

Por razões de gestão de tempo, intervenho agora, unicamente para dizer que os senhores terão oportunidade de ouvir os esclarecimentos do Sr. Deputado Renato Leal, quando se discutir a proposta do Plano a Médio Prazo, onde consta uma proposta do Partido Socialista.

Três notas muito simples relativamente àquilo que foi insinuado e afirmado em alguns casos :

1º - A Escola da Horta vai ser construída;

2º - O Partido Socialista cumpre os seus compromissos;

3º - O Partido Socialista tem a lucidez suficiente – e é isso que nós estamos a fazer aqui – de se adaptar a circunstâncias que exigem uma ponderação de investimentos a realizar. É o sentir da responsabilidade, estar atento e agir em conformidade com aquilo que as circunstâncias exigem.

Deputado Francisco Sousa *(PS)*: *Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu não faço a mínima ideia se isto está a ser transmitido em directo. Suponho que já não está, mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou como se estivesse a ser.

Ninguém está a acusar ninguém, a não ser de coisas muito objectivas, Sr. Deputado.

O senhor diz genericamente: “o Partido Socialista cumpre os seus compromissos”.

Eu digo-lhe: o Governo do Partido Socialista assumiu um compromisso que não quer cumprir, não vai cumprir e não se esforçou para o cumprir.

O senhor está a falar a verdade.

Estará em termos temporalmente definidos e eu estou em tempos temporalmente definidos. São duas situações distintas. Estamos a falar em contextos diferentes.

Eu não estou a chamar desonesto ao senhor, ao seu partido ou ao seu Governo.

Estou a apresentar um facto. Houve um compromisso que não está a ser cumprido, numa temporalidade definida, num ano, no ano de 2003. Estamos a falar disto e não em coisas genéricas, não estamos a falar de objectivos de vida. Isso é outra coisa.

Eu quero ver todos aqueles que têm afirmado que lutam por este objectivo, todos aqueles que votaram por isto e aqueles que têm responsabilidades nisto, agora votarem em sentido contrário.

Muito obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota: Primeiro: não sei nem quero saber se está a ser transmitido. Se estiver, muito bem, se não estiver é igual. O objectivo não é esse.**

Segundo: o Sr. Deputado preocupa-se com a questão temporal. Está no seu pleno direito, mas preocupa-nos, em última instância, o facto da Horta vir a ter uma Escola Secundária nova e iniciar a sua construção nesta legislatura. É este o nosso compromisso.

O senhor está a prender-se com a questão temporal. Está no seu direito.

Nós preferimos prender-nos com a obra e com o resultado final daquilo que se pretende servir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta referente à Escola do Porto Martins.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta apresentada pelo PCP e que se refere à Escola da Horta.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 18.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 19.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa 20 há uma proposta de alteração oriunda do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A alteração proposta tem por objectivo reforçar a verba destinada ao desenvolvimento de infra-estruturas de saúde, nomeadamente no que concerne à construção de novas unidades, com uma verba de 385 mil euros, destinados à acção 20.1.3, mais concretamente ao Serviço de Atendimento Urgente de Ponta Delgada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende, assim, assegurar o início da acção no ano de 2003, dando cumprimento a um compromisso eleitoral com os açorianos e com os micalenses, em particular, e, no prosseguimento da política de saúde deste Governo, estamos certos que esta medida contribuirá para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde aí prestados, facilita a acessibilidade dos utentes aos serviços de saúde e rentabiliza e racionaliza os custos da saúde através de uma articulação facilitada entre os diferentes níveis de prestação de cuidados e uma mais eficaz gestão de recursos humanos e materiais.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração do Partido Socialista relativamente ao Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 21 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde.

Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: **Passamos ao Programa 22 para o qual há duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PSD e a outra pelo PS e têm a ver com prevenção de toxicodependências.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Já não é a primeira vez que o PSD apresenta uma proposta de reforço de verbas para a prevenção das toxicodependências. É um sinal que damos a esta problemática que é crescente na Região Autónoma dos Açores e é um sinal à necessidade do combate a todas as toxicodependências que já vão acontecendo, com gravidade, em cada uma das nossas ilhas.

Importa dar este sinal de combate, de solidariedade e de uma prioridade do Governo no investimento público ao apoio às famílias e, desde logo, aos toxicodependentes nas mais diversas toxicodependências.

Fazemos este reforço através de algumas reduções. Já tivemos oportunidade de fundamentar uma e mais à frente fundamentaremos a outra, onde tem por fim um reforço de 160 mil euros.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.**

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Para o PS isto não é só um sinal. Exprime uma forte convicção que temos do reforço na prevenção da toxicodependência, conforme já tínhamos feito em 2001.

Em relação à proposta apresentada pelo PSD, nós vamos rejeitar porque não concordamos com a particular selectividade que o PSD teve, ou melhor, não teve, no financiamento deste aumento.

Nós vamos rejeitar a proposta do PSD e vamos aprovar a nossa proposta, conforme já disse, por uma questão que tem a ver com a selectividade na fonte de financiamento deste reforço.

Baseados num certo ponto de vista, nós damos total acolhimento ao princípio e ao objectivo que foi expresso por parte do maior partido da oposição.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos perante uma situação que é importante referir, embora já tenha pouco tempo. Nós estamos perante duas propostas iguais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não é verdade!

O Orador: Desculpem, estamos perante duas propostas iguais porque nós não estamos aqui a votar o financiamento. O financiamento é votado noutro momento.

Quando votarmos o financiamento é que vamos decidir onde é que vamos buscar o dinheiro para financiar esta decisão.

Em termos de conteúdo, estamos a votar a mesma coisa: 360 mil euros para esta acção da toxicodependência.

Nós vamos votar as duas propostas quando forem postas à votação, mas penso que é absolutamente desnecessário porque é a mesma proposta.

Gostaria de fazer uma outra observação. Há pouco o Sr. Deputado Hernâni Jorge referia que não se podia tocar em nada, absolutamente nada, nos gabinetes, porque era um crime de lesa pátria. Agora já se pode ir buscar ao gabinete do Sr. Presidente do Governo.

Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Há-de medir as suas palavras quando faz certas referências.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Gostaria de informar que o PCP esgotou o seu tempo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Há aqui uma questão que é preciso esclarecer, a questão de princípio.

Ainda há pouco o PSD falava na história da Ciência e Tecnologia para financiar a toxicodependência. Se há aqui uma questão regimental, o PSD e o PS podem resolver esse problema, mas a questão de fundo e em relação à insinuação que fez, eu tive a preocupação de afirmar, Sr. Deputado, a questão da selectividade com que se financiava esta proposta.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **É um reforço!**

O Orador: **É uma questão de princípio.**

Deputado Mark Marques (*PSD*): **A questão de princípio é votar contra tudo o que vem do PSD!**

Presidente: **Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta do PSD.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do PSD foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo PS.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): **Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor explicasse, para eu poder votar em consciência, qual a diferença entre essa proposta de alteração e a que já votámos e foi aprovada.**

Penso que quando uma proposta é aprovada, a outra com o mesmo conteúdo, é prejudicada.

Presidente: **Sr. Deputado, o valor das propostas é rigorosamente o mesmo. A primeira foi rejeitada.**

Deputado Mark Marques *(PSD)*: **Não, Sr. Presidente. Houve mudança de estratégia!**

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César)*: **Na Assembleia da República é que é assim!**

Presidente: **A primeira foi aprovada. Sendo assim, aparentemente ficará prejudicada a segunda, só que há aqui um problema e o mesmo foi colocado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, é que esta proposta do Partido Socialista indica de onde são retiradas as verbas.**

Portanto, a ficar alguma prejudicada a questão é complicada.

Esta é uma questão nova que se coloca.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP)*: **Sr. Presidente, salvo melhor opinião, a justificação é apenas uma explicação à Câmara daquilo que se passa em relação ao documento.**

De onde é que a verba vem, ou aonde é que a verba é colocada, não faz parte do Plano. Faz parte do Orçamento.

Essa correcção deve ser feita quando votarmos as propostas de alteração do Orçamento e não neste momento, quando estamos a votar o Plano.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.**

Deputado Francisco Sousa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:**

A proposta apresentada pelo PS fica prejudicada dada a votação que o PS fez relativamente à proposta do PSD.

A justificação que aqui está, prende-se com uma alteração que é feita ao mapa nº 1 ou nº 2 e, tal como o Sr. Presidente já tem na sua mão as alterações dos mapas nº 1 até ao nº 9, nessa altura será votada essa alteração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: **Está ultrapassado o problema. A proposta do PS ficou prejudicada. Vamos votar o Programa 22.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos de contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 23.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 24. Para este programa existem 3 propostas de alteração apresentadas pelos PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta referente à acção 20 tem como intenção a protecção da orla marítima na zona dos Fenais, Freguesia de São Mateus.

Trata-se de uma obra urgente, porque situa-se muito próxima de uma estrada regional, se tivermos em conta a protecção de pessoas e bens que lá circulam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Aquando da última visita do Governo às Flores, foi aprovado o projecto relativo à primeira fase da obra da protecção costeira de Santa Cruz e

autorizada a Secretaria do Ambiente a lançar o concurso público para adjudicação da obra pelo valor base de 450 mil euros, com o prazo de execução de 6 meses.

O ligeiro deslizamento registado no arranque desta obra, que no entanto já se encontra em adjudicação, vai inevitavelmente conduzir que, no todo ou em grande parte, a execução da mesma já não possa ser financiada pelo Orçamento do corrente ano.

Sendo imprescindível prever os meios financeiros que assegurem o normal desenvolvimento da obra, justifica-se a inscrição no Plano para 2003, da dotação de 500 mil euros para cobertura orçamental da referida empreitada, o que se verifica com a alteração ora proposta e que, naturalmente, vai merecer o voto favorável do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nós propomos a criação da acção 24.3.14 – protecção da orla costeira de São Jorge.

Consta de uma acção importantíssima para a gestão e protecção do espaço litoral, bastante sensível à erosão do mar.

A dotação inscrita é retirada da verba não desagregada do projecto 24.3..

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira de Santa Maria, Flores e Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira de São Jorge.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira da Graciosa.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 25 – Património e Actividades Culturais.

Para este programa existem 2 propostas, uma do Partido Socialista e a outra do Partido Social Democrata.

Está aberto debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para lamentar a parte do discurso do Sr. Presidente do Governo, que foi comicieiro, e esclarecer, desmentindo a sua afirmação de que nós queríamos ter propostas de corte na cultura e para afirmar que isso não corresponde à verdade.

Nós lamentamos isso, porque as nossas propostas corresponderam, na data da entrada, ao desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez.

Mesmo assim, pelos vistos não as estudaram bem.

A nossa proposta de redução tem a ver com espectáculos de iniciativa governamental, música, teatro, bailado e ópera.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP, 2 votos de abstenção do PCP

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 26.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 27. Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Está aberto debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

O PSD apresenta uma proposta que reforça o investimento na habitação degradada, quer na Região, quer no Programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe, tendo em conta que a Região tem assistido a um permanente decréscimo do investimento na área da habitação degradada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:**

O Partido Socialista votará contra a proposta do PSD pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, o Governo Regional tem encarado a habitação degrada de uma forma diferente do passado.

A habitação degrada continua a ser uma prioridade para este Governo, mas não pode ser vista como foi durante muitos anos, apenas na entrega da telha ou do fecho da porta.

Arranjar uma casa passa por resolver o problema por completo da pessoa e não estarem todos os anos à porta da Junta a pedir mais um pouco para a sua casa.

É neste sentido que achamos que a verba que está aqui terá que ser usada com parcimónia e de forma criteriosa a fim de resolver o problema da habitação degrada desta Região que continua a ser um problema e uma prioridade para este Governo.

Todavia, não nos envergonha a verba que é disposta aqui, porque em relação ao passado, se forem fazer as vossas contas, a nossa verba continua a ser muito superior à verba gasta durante muitos anos.

Lembro que de 97 a 2002, casos pontuais, foram apoiados pela habitação degradada, através da Direcção Regional, 2409 casos.

No que concerne ao Programa Específico de Rabo de Peixe e aos apoios para aquele programa, no próximo dia 20 haverá uma reunião na Secretaria de Estado da Habitação, em Lisboa, em que será posto ao Sr. Secretário de Estado o problema de celebrar mais um contrato de realojamento.

Nesta altura, sabemos que existe um protocolo para os dois bairros que se estão a construir.

Em Rabo de Peixe é necessário construir mais casas para resolver o seu problema.

Vamos ver a abertura dos realojamentos na Secretaria de Estado para um protocolo com o INH, em relação a este problema.

Em acordo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande está-se a construir uma carta orientadora para Rabo de Peixe relacionada com o Programa Específico e no mês de Dezembro, espera-se que essa carta esteja pronta.

Em todo o caso, tendo em conta a reunião com a Secretaria de Estado e a carta que se está a preparar para o mês de Dezembro, se houver necessidade, há abertura da bancada do Partido Socialista e do Governo Regional para no próximo ano se fazer uma alteração orçamental para reforçar as verbas em relação a Rabo de Peixe.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A execução em Rabo de Peixe em 2001 foi de 4,5%.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 10 minutos e 41 segundos.

O Partido Social Democrata dispõe de 7 minutos e 12 segundos.

O Partido Popular dispõe de 2 minutos e 4 segundos.

O PCP já não dispõe de tempo.

O Governo dispõe tão só de 8 segundos.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 28.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 29.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 30.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 31.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 32 – Sector Público Empresarial.

Para este programa existe uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Está aberto o debate sobre esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu gostava de saber da parte do Partido Socialista em que é que se altera o que estava previsto?

Presidente: Parece não haver intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O tempo é muito pouco, mas acho que a questão se justifica.

Face a uma alteração desse montante, o que é que cai no Programa que o Governo apresentou?

Presidente: **Parece-me que não há mais intervenções.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu não queria esgotar o meu tempo, mas pela terceira vez pergunto:

Com esta alteração, o que é que cai no programa inicialmente apresentado pelo Governo?

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.**

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Para dizer que o Governo Regional informou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que era possível a diminuição nesta verba consagrada ao sector público empresarial do Estado, sem prejuízo dos objectivos a prosseguir nesse programa, de modo a viabilizar outra proposta de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretendia apresentar.

Obrigado.

Presidente: **Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.**

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): **Nós ainda não fomos esclarecidos.**

Presidente: **Não foram esclarecidos, paciência! A Mesa não pode fazer bem nenhum.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP, 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que há um lapso na soma. Tem que ficar em cima a diferença no Programa correspondente ao montante que foi retirado de 635 mil euros.

É só esta diminuição que é reduzida da verba inicial que é de 3 milhões de euros.

A conta está mal feita.

Presidente: Eu agradecia que o Partido Socialista fizesse chegar à Mesa um documento corrector desta proposta.

Eu não sei se fica prejudica a votação do Programa 32.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, o Programa 32 só tem um projecto e uma acção.

Como se retirou o valor de 635 mil euros, fica rigorosamente igual o programa, o projecto e a acção.

Presidente: Então passamos a votar o Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 33. Para este programa existem 2 proposta de alteração, uma apresentada pelo PSD e a outra pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer que o PSD sempre defendeu que a solução para o buraco que o Governo Regional encontrou 4 anos após o início do processo da reconstrução, devia passar pela solidariedade regional e nacional.

Quanto à solidariedade nacional sabemos com o que contar.

Concorde-se ou não com o modelo e com os montantes, o certo é que pela primeira vez temos um compromisso de legislatura relativamente a esta matéria.

Da análise da proposta do Plano de 2003, comparativamente ao Plano a Médio Prazo, verifica-se que da parte do Governo Regional não houve qualquer esforço acrescido de solidariedade regional em relação aos sinistrados, nomeadamente para fazer face ao buraco que o próprio Governo provocou neste processo.

Por outro lado, como se sabe, com um Orçamento com menos de 0,8% do que o ano passado, temos despesas do Plano que decrescem 7 milhões de contos e despesas correntes que sobem 6 milhões de contos.

Por isso entendemos que era importante o Governo Regional dar um sinal, não esquecendo a importância da solidariedade nacional que está garantida, no sentido da solidariedade regional, até porque quem tem a responsabilidade nº 1 da reconstrução não ter acabado em 2001 é o Governo Regional, quem tem a responsabilidade nº 1 do buraco que encontraram 4 anos após o sismo, é o Governo Regional.

Exige-se solidariedade nacional, mas é preciso não esquecer a solidariedade regional e para isso o Governo Regional tem que fazer um pouco de dieta nas suas despesas para cobrir um pouco do buraco que ele criou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não nos surpreende a demagogia gaguejante com que o Sr. Deputado Duarte Freitas defendeu a proposta do PSD...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Demagogia?

O Orador: ... própria de quem denota, como ele acabou de demonstrar, um claro sentimento de culpa.

Ninguém duvida, nem ninguém põe em causa que a reconstrução deve ser resolvida apelando à solidariedade regional e à solidariedade nacional.

A solidariedade regional está expressa no PMP, está expressa na reprogramação financeira, com os 25 milhões de euros da responsabilidade do Governo Regional para cada um dos anos.

A solidariedade nacional, só existe a partir do próximo ano, cancelando e suspendendo a reconstrução, conforme já foi bastas vezes e suficientemente debatido nesta Casa e fora dela.

A solidariedade nacional ainda pode ser vista relativamente a este processo por forma a que os picarotos e os faialenses vejam as suas habitações reconstruídas o mais rapidamente possível e não em 2006, com a aprovação na Assembleia da República das propostas da oposição.

Conforme anteontem referiu o Sr. Deputado José Decq Mota, aprovar esta proposta do PSD era desculpabilizar o Governo da República. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não desculpabilizará o Governo da República nesta falta de solidariedade nacional.

Enquanto picaroto e sobretudo enquanto socialista, não quero que a reconstrução se faça, como já referi numa intervenção feita há pouco, à custa ou em prejuízo do pagamento de vencimentos aos funcionários públicos desta Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sentimento de culpa?!

Sentimento de culpa deviam ter os senhores por terem chumbado o ano passado uma proposta de reforço para o programa do sismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este ano preparam-se para chumbar de novo. É disso que os senhores deviam ter sentimento de culpa.

Os senhores chumbaram o ano passado uma proposta para reforçar as verbas para a reconstrução. Vão chumbar novamente este ano. Recusam-se a retirar dinheiro das vossas despesas.

Já foi aqui comprovado que os senhores tinham a possibilidade de cortar nas despesas da administração, nas gratificações, nos abonos, em publicidade, em promoção, para dar aos sinistrados.

Ninguém pode deixar de exigir solidariedade nacional.

Essa solidariedade nacional tem de ser exigida e ela está explícita e isso nós sempre o dissemos.

Solidariedade Regional não se vê.

Da anterior proposta de Plano a Médio Prazo para a actual, os senhores não acrescentaram um escudo da solidariedade regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mentiroso!

O Orador: Entretanto descobriram um buraco de 17 milhões de contos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas começou gaguejante e acabou claramente irritado, prova mais do que inequívoca do sentido de culpa que o ataca a ele e a toda a sua bancada.

O que é importante e relevante é que foi o Governo da República, com o apoio inconstitucional do PSD/Açores, que revogou o despacho de transferência de 4

milhões de contos para a Região e com isso atrasou, para além de 2004, a reconstrução das habitações nas Ilha do Faial e do Pico. Isto é que é relevante!

O PSD/Açores morrerá com este sentimento de culpa.

Os açorianos, os picarotos e os faialenses, em particular, não lhes perdoarão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O senhor acha que os açorianos conscientes e que estão por dentro deste assunto perdoam a um Governo que prometeu acabar a reconstrução em 2001 e que está no ponto em que está?

Os senhores acham que as pessoas que sabem que os senhores chumbaram a proposta do reforço das verbas da reconstrução para o ano passado, vão-lhes perdoar?

Os senhores acham que chumbando novamente esta proposta os açorianos vão perdoar-vos?

Os açorianos poderão ter alguma razão de queixa e nós já o defendemos.

Era bom que tivesse vindo verbas para 2002.

Já há solidariedade garantida, mas do Governo Regional, depois de descobrir o buraco que provocou na reconstrução e que adiaram o seu terminus, daí para cá, nem um escudo. Só sabem exigir a solidariedade nacional e mais uma vez votam contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Mais uma vez demagogia... apenas demagogia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Demagogia vamos ver daqui a pouco, aquando da votação!

O Orador: Os açorianos sabem, pelo menos os picarotos que elegeram esta maioria e que elegeram maioritariamente os Deputados do Partido Socialista, na Ilha do Pico, com o manifesto eleitoral de Novembro de 2000, que dizia no seu ponto 1º: “conclusão do processo da reconstrução até 2004”.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PSD, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é admissível esta tentativa de branquear a brutalidade do comportamento do Governo da República. A vossa gritaria nesta votação tem a ver única e exclusivamente com o desespero de quem sabe que apesar desta tentativa desesperada, há algo que os senhores não conseguem justificar e não conseguem esconder dos açorianos.

O vosso Governo da República não transferiu 4 milhões de contos em 2002 para a reconstrução;

O vosso Governo da República é responsável por prolongar a reconstrução até 2006.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): Não é o nosso. Foi o vosso. Foi o Governo do Eng^o António Guterres!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, se há alguém responsável por não ter cumprido a promessa de acabar a reconstrução em 2001 foi o Governo Regional do Partido Socialista.

Em segundo lugar, nós propusemos neste Plano, como já propusemos o ano passado, um reforço das verbas.

Os senhores o ano passado disseram que não era preciso. Este ano dizem que não querem ser solidários e não querem fazer dieta nalgumas despesas para ajudar os sinistrados.

Para cobrir o buraco que o próprio Governo Socialista criou, pretendem usar apenas o Governo da República como alibi.

Não se pode deixar eximir e de sensibilizar o Governo da República, mas era bom que os senhores deixassem de usar os sinistrados, apenas para fazer guerra ao Governo de Durão Barroso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global da proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2003.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano Regional para 2003, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à proposta relativa à reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos que ainda sobram.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 7 minutos e 31 segundos.

O Partido Social Democrata dispõe de 3 minutos e 16 segundos.

O Partido Popular dispõe de 1 minuto e 47 segundos.

Presidente: Vamos passar à votação dos programas 1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 1, 2 e 3 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação dos Programas 5 e 6.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 5 e 6 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programas 8 e 9.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 11 há uma proposta de alteração apresentada pelo PS. Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD.

Presidente. Vamos votar de seguida a parte restante do Programa 11.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Secretário, não era esse o sentido de voto do PP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gusmão, a culpa não é do Secretário da Mesa, naturalmente.

Todos têm equívocos na vida, não se preocupe.

Programa 12.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Creio que posso pôr à votação os Programas 13, 14, 15 e 16.

(Pausa)

Havendo consenso na Câmara, coloco-os à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 13, 14, 15 e 16 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 17 há uma proposta de alteração apresentada pelo PS. Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A aprovação desta proposta de alteração vai permitir que seja possível desencadear o concurso, adjudicar a empreitada e lançar a primeira pedra em 2003.

Honra, num quadro conjuntural desfavorável, os compromissos do Sr. Presidente do Governo, as declarações proferidas pelos Srs. Secretários Regionais da Educação e das Finanças no sentido de tudo fazerem com vista à concretização deste projecto ainda nesta legislatura.

Naturalmente, a bancada do PS e os socialistas faialenses ficam satisfeitos com a aprovação da proposta de alteração.

Além disso, mantém coerência com aquilo que foi dito por mim na última sessão plenária realizada há pouco tempo.

Presidente: Vamos passar à votação desta proposta de alteração do PS, relativa à construção da Escola Secundária da Horta.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção PSD.

Presidente. Vamos votar de seguida a parte restante do Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programas 19 e 20.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 19 e 20 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programas 28 e 29.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 28 e 29 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global da Proposta de Alteração do Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta de Reprogramação Financeira do PMP referentes aos anos de 2003/2004, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Orçamento.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão pede a palavra para...?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, é para lembrar que esta proposta não foi votado na generalidade.

Presidente: Julgo que votámos. Pode ter havido aqui algum lapso.

Deputado Paulo Gusmão (PP): No início não foi votado na generalidade. Aliás, toda a gente se engana e corrige-se o erro.

Portanto, requeiro também a correcção da minha votação há pouco.

Presidente: Uma vez que já se fez a votação final global, eu pergunto se acham necessário fazer-se uma votação na generalidade. Só peço-vos que em termos de acta da sessão, me autorizem a fazer a correcção devida.

Há aqui uma falha técnica, mas para não haver problemas faz-se uma votação na generalidade, o que é estranhíssimo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Reprogramação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Para o artigo 1º o Partido Socialista apresenta alterações para os Mapas I, II, III, IV e IX.

O PSD propõe alterações para o Mapa II.

O PCP também propõe alterações para o Mapa II.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, a nossa proposta de alteração ao Mapa II está prejudicada na medida em que era consequência das do Plano. Como as do Plano foram chumbadas, não há razão de manter essa proposta.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A proposta do PSD encontra-se na mesma situação, embora tenha sido aprovada uma proposta do PSD.

Então vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista e que se refere aos Mapas I, II, III, IV e IX. Chamo a atenção dos Srs. Deputados que estes Mapas estão incluídos no artigo 1º e é isso que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o artigo 1º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PP, 2 votos contra do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Votemos agora o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Está à votação o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Artigos 6º e 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 6º e 7º foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigos 8º e 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 8º e 9º foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de eliminação surge na sequência da consideração que o Grupo Parlamentar do PSD faz da ilegalidade da norma, porquanto a competência da alteração de programa é da Assembleia Legislativa Regional e não do Governo. É assim nos termos da Constituição, do Estatuto e mesmo da Lei de Planeamento Regional.

Por isso, a nossa consideração é de que esta proposta é ilegal e não pode merecer o nosso acolhimento.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º. Para este artigo há uma proposta de eliminação apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 2 votos a favor do PCP e registou 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigos 15º e 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 15º e 16º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a uma proposta de aditamento apresentada pelo Partido Social Democrata para o artigo 6º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta confirma as anteriores do PSD ao Plano e ao Orçamento.

É possível reduzir nos desperdícios e nas despesas correntes, o que permite uma poupança significativa. Vou dar alguns exemplos: avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Combustíveis e viaturas?!

O Orador: É possível, na estruturação orgânica do Governo Regional, que se acabe com chefias atípicas equiparadas, para efeitos de remuneração, a subdirectores gerais.

Também é possível que o Governo Regional proíba a acumulação de remunerações pelos dirigentes da Administração Regional, designadamente directores regionais, que também tenham funções na administração de institutos públicos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria de contenção das despesas correntes, quer o VII quer o VIII Governo Regional têm sido exemplares,...

Deputados Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... conforme deu nota disso o Sr. Presidente do Governo na intervenção que proferiu há pouco naquela tribuna, com números elucidativos, comparando com as legislaturas anteriores.

Recordo, para quem está esquecido, que foi o VII Governo Regional que no processo de reorganização orgânica reduziu substancialmente as chefias atípicas e o número de cargos dirigentes da Administração Regional Autónoma.

Recordo também o esforço que o anterior e este Governo têm feito no controlo da acumulação de funções e no controlo do exercício de funções privadas pelos funcionários da Administração Pública.

Deputados Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Tratam-se de matérias em que os Governos do Partido Socialista têm sido exemplares e não levam lições de ninguém.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de rejeitar esta proposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos passar à votação desta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar à proposta de aditamento apresentada pelo PS, para o artigo 14º-A – pagamentos no âmbito do serviço regional de saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se somente de introduzir no Orçamento Regional uma norma que desde 2002 consta do Orçamento de Estado – nessa altura apresentado como artigo 5º e na actual proposta de Orçamento de Estado, que suponho que será votada amanhã, é o seu artigo 7º - e que irá permitir que o Instituto de Gestão Financeira da Saúde possa, caso isso seja possível, negociar taxas de juros mais vantajosas de acordo com o serviço da dívida.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2004, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, concluímos esta votação ficando o Governo Regional com documentos orientadores da sua acção.

Vamos fazer um intervalo de 5 minutos e voltamos de seguida para dar cumprimento aos restantes pontos da nossa ordem de trabalhos.

(Eram 20 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 20 horas e 40 minutos)

O ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos refere-se ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 42/2001, de 9 de Julho (regime especial de execução de dívidas aos Sistemas de Solidariedade e Segurança Social).**

Para apresentar o pedido de urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais *(Fernanda Mendes)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto-Lei nº 42/2001, de 9 de Fevereiro, que agora se pretende aplicar à Região, cria secções de processos executivos do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos Tribunais Administrativos e Tributários.

O referido diploma surge na sequência da transferência da competência para execução das dívidas para o Sistema de Solidariedade e Segurança Social, o qual era originariamente do Ministério das Finanças sendo aí exercido através das respectivas Repartições de Finanças.

Pretende-se assim, a adaptação desse normativo à Região Autónoma dos Açores, tendo especial atenção o seu modelo organizativo próprio e a prossecução da forma mais eficaz possível dos objectivos que esta medida se propõe atingir, ou seja, a cobrança efectiva de dívidas das contribuições ao Sistema de Segurança Social.

Porque isto deriva de uma Comissão que trabalhou para saber como é que havia de adaptar o diploma na Região, já que o diploma nacional cria delegações, tendo em consideração a autonomia da organização dos Serviços da Segurança Social, a solução encontrada cria secções de processo no Instituto de Gestão de Regimes e torna-as directamente dependentes do Conselho de Administração.

Contudo, a necessidade de aprovação do diploma mencionado neste ponto anterior reverte-se de extrema importância e urgência, atendendo-se aos seguintes factos:

Primeiro: é fundamental que essas secções de processos se criem porque habilitam os serviços à cobrança das referidas dívidas, de forma a que estas não corram risco de situações de prescrição de dívidas, risco este não ocorrido agora, porque como todos sabem essas dívidas prescrevem-se ao fim de 5 anos;

Segundo: esta perda de receitas seria uma perda para a Região na medida em que elas são geridas pela própria Região.

É importante registar que a não existência dessa cobrança de dívidas pela Segurança Social criaria, desde logo, junto dos contribuintes faltosos, a ideia de que não haveria forma de serem coercivamente obrigados a pagar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela intervenção da Sra. Secretária Regional percebi que não só justificou a urgência e dispensa de exame em Comissão, como apresentou o próprio diploma.

De qualquer forma, gostaria apenas de deixar duas ou três notas.

O Decreto-lei nº 42/2001, de 9 de Fevereiro, referente ao regime especial de execução de dívidas à Segurança Social, entrou em vigor 6 meses depois, a 9 de Agosto de 2001. Só agora é que vem à Assembleia Regional, por proposta do Governo, uma iniciativa legislativa de aplicação do referido Decreto à Região.

Passou-se muito tempo, mas este diploma é essencial.

A criação do diploma nacional foi uma boa opção política, porque até agora a execução das dívidas da Segurança Social passava pelas Repartições de Finanças com imensa morosidade. Isso trazia grandes atrasos.

A partir de Agosto de 2001, a Segurança Social ficou com a competência de fazer a execução de dívidas e nalguns casos poder fazê-la em conjugação com o Ministério das Finanças.

A aplicação à Região, pode ter um significado de algumas cobranças ainda não terem sido feitas, com prejuízo para as receitas da Segurança Social.

Volvido um ano e tal, de facto, é um atraso muito grande.

O Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta urgência na medida em que entendemos que é necessária a aprovação desta legislação no sentido da Segurança Social, de forma expedita, poder exigir ou poder obrigar aqueles que têm dívidas perante as instituições da Segurança Social, cumprirem os deveres ainda não cumpridos.

Consideramos que a matéria tem alguma urgência, dado o tempo que medeia entre a aplicação desta legislação a nível nacional e a sua ainda não aplicação à Região.

Pensamos que é matéria que merece ser aprovada neste plenário.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte - **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 42/2001, de 9 de Julho (regime especial de execução de dívidas aos Sistemas de Solidariedade e Segurança Social).**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como referiu o Sr. Deputado Bento Barcelos, eu já fiz um enquadramento apresentando, no fundo, a proposta na sua generalidade. Fi-lo para poder enquadrar aquele pedido de urgência.

Nesta fase em que se vai debater esta proposta de diploma, gostaria apenas de reiterar que esta proposta adapta à Região o Decreto-Lei nº 42/2001, de 9 de Fevereiro, o qual atribui a competência para a execução das dívidas ao Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

Por isso, é importante referir que o que no Continente passou das Finanças para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, na nossa Região refere que será no âmbito do Instituto de Gestão de Regime, ou seja, aplica-se e há uma adaptação orgânica deste diploma à Região.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente o articulado da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Antes disso, gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto, é que a Segurança Social tem, em nosso entender, uma responsabilidade acrescida que é o facto de poder ter um controlo cada vez mais efectivo sobre a evolução dos contribuintes, quer sejam singulares, quer sejam colectivos.

Todos sabemos que muitas vezes a própria Segurança Social, que anteriormente tinha o dever de apreciar a evolução dos contribuintes, só se apercebia de falhar, muito tempo depois de acontecer. Muitas vezes, quando se apercebia dessas falhas, a situação não era fácil.

Neste momento, consideramos que se existirem essas falhas a efusão ainda é mais grave, porque o processo está praticamente todo concentrado na Segurança Social.

Em nosso entender, e volto a referir, esta é uma responsabilidade acrescida à instituição no sentido de estar constantemente actualizada em relação ao processo evolutivo dos diversos contribuintes.

De qualquer modo, pensamos que é importante a aprovação deste decreto e que ele seja aplicado, porque é um modo mais fácil de se resolverem os problemas de falhas de contribuição à Segurança Social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota, depois do que foi referido pelo Deputado Paulo Valadão.

Na sequência deste diploma, vai ser necessário fazer algumas adaptações orgânicas funcionais, até porque ele cria as secções de processamento.

Portanto, deixo aqui o apelo do Parlamento no sentido de que sejam dados meios operacionais ao Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social para assumir cabalmente esta missão.

Presidente: Vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Se não houver oposição da Câmara, vamos debater e posteriormente por à votação os artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

(Pausa)

Parecendo não haver intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 5º foi apresentada uma proposta de alteração pelo Grupo Parlamentar do PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista visa fazer uma rectificação ao artigo 5º quando fazia referência aos membros do Governo da República.

É certo que nós, Assembleia Regional, não temos competência para fazer referência o Governo da República e havia que repor aqui só a referência ao Governo Regional, tal qual está na proposta.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 6º.

Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao referir que era necessário fazer as adaptações funcionais no Instituto de Gestão de Regimes, não estou a propor aumento de pessoal, nem aumento de estruturas. Apenas refiro a necessária adaptação, uma vez que os serviços de processamento de execução de dívidas, têm que assumir esta função na totalidade ou quase.

O meu alerta vai no sentido de dar condições para isso.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Passamos ao diploma seguinte – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 8-B/2002, de 15 de Janeiro (inscrição das entidades empregadoras no Sistema de Solidariedade e Segurança Social e gestão do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à Segurança Social.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de diploma aplica à Região Autónoma dos Açores, com as necessárias adaptações, as normas relativas à inscrição de entidades empregadoras na Segurança Social, do processo cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à Segurança Social constantes do Decreto-Lei nº 8-B/2002, de 15 de Janeiro.

Com a publicação desse Decreto-Lei, foi profundamente alterada a filosofia de relacionamento das entidades contribuintes com o Sistema de Segurança Social, reflectida, inclusivamente, no modelo de organização e nas aplicações informáticas que, para a totalidade do Sistema, passaram a vigorar desde 1 de Janeiro de 2002.

A principal alteração introduzida prende-se com a definição do organismo que, exclusivamente para o território continental, tem competência para proceder à inscrição de contribuintes na Segurança Social e, bem assim, estabelecer a totalidade do relacionamento com essas entidades.

Esta definição restritiva determina obrigatoriamente a definição de critérios de competências para as Regiões Autónomas.

Com o diploma agora proposto pretende-se a aplicação na Região do normativo que transpõe idênticos princípios, sem perda, contudo, das especificidades que a nível organizativo foram reputadas de soluções eficazes para defesa do cumprimento efectivo e atempado dos objectivos da Segurança Social.

A solução encontrada reflecte a unidade do Sistema de Segurança Social, mantendo embora essas soluções que anteriormente garantiram respostas eficazes na concepção de prestações na Região aos beneficiários da Segurança Social.

Assim, esta proposta de diploma pretende aplicar e adaptar à Região este Decreto-lei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podia colocar uma pergunta à Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, mas não vou fazer. Apenas vou deixar o comentário que fiz em relação ao diploma anterior de que levou um ano e meio a ser aplicado, com prejuízo para a Região.

Este diploma é de Janeiro deste ano e só agora é que vem ao Parlamento. Ele tem toda a pertinência política e funcional, até porque os últimos pareceres do Tribunal de Contas têm chamado a atenção, em relação ao Orçamento da Segurança Social, de que as verbas remanescentes arrecadas pelo Instituto de Gestão de Regimes, devem ser canalizadas para o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social.

Carece apenas que esteja organizada a relação entre o Instituto de Gestão de Regimes e o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, na medida em que um arrecada as receitas e o outro pode aplicar essas receitas e tem que disponibilizá-las ao sistema para o pagamento das prestações.

De qualquer forma, a bancada do PSD vai votar favoravelmente.

Presidente: Vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Se não houver oposição da Câmara, vamos debater os artigos 1º, 2º e 3º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode ser por lapso do meu processo, mas creio que não existe nenhuma proposta de alteração para o artigo 3º.

Eu recebi o documento por fax e ele não se encontra em condições.

Na proposta de diploma, em relação ao artigo 3º, vinha Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social quando devia ser Instituto de Gestão de Regimes.

Se consta essa alteração, então está tudo bem.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, por esse esclarecimento.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º e 3º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 4º existe uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O artigo 4º fala da adaptação das competências na Região.

Atendendo a que na Região temos dois institutos e o Centro de Gestão Financeira de Segurança Social, ou seja, o Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social e os Centros de Prestações Pecuniárias do Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social, havia que explicitar de uma forma mais clara, em cada artigo adaptado, que nos Açores haviam esses três Institutos.

É essencialmente essa adaptação que se faz para esclarecer melhor na Região os respectivos institutos.

Ao mesmo tempo, os pontos 5 e 6 que têm a ver com receitas para o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, que ao fim e ao cabo não é uma adaptação, mas sim uma receita deste Centro, desdobrámos em dois artigos. Passa a haver um quinto artigo em que na epígrafe constará *Receitas do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social* e o seu conteúdo é o mesmo dos pontos 5 e 6 do artigo 4º.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o artigo 4º.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos aos artigos 5º, 6º, 7º e 8º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na redacção final ao artigo 7º é revogado o Decreto Regulamentar e não o Decreto Legislativo.

Presidente: Passamos à votação dos artigos 5º, 6º, 7º e 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 5º, 6º, 7º e 8º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Ainda na votação na especialidade, temos uma proposta de aditamento, vinda do PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte – **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 11/87/A, de 26 de Junho (Organização da Segurança Social).**

Para este diploma existe uma proposta de substituição apresentada pela Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.

Vamos passar à votação do diploma e depois vamos debater com base na proposta de substituição.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de substituição vinda da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

Está aberto o debate para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação ao artigo 1º, apenas para referir que o Decreto Legislativo 11/87 foi alterado pelo Decreto Legislativo 24/97/A, de 17 de Dezembro.

Para o artigo 2º, dado que o Decreto Legislativo Regional 11/87/A já havia sido alterado pelo Decreto 24/97 e hoje vai ser alterado pelo Decreto que estamos a aprovar, entendemos que se deveria aproveitar a oportunidade para, em relação ao 11/87, fazer a adaptação orgânica ao Governo Regional de hoje.

No Decreto Legislativo anterior faz-se referência ao Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais e faz-se referência ao Secretário Regional do Trabalho. Hoje temos a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

O artigo 2º vem, ao fim e ao cabo, fazer a adaptação orgânica ao diploma em causa.

O artigo 3º proposto pela Comissão tem o mesmo conteúdo do artigo que existia anteriormente.

Para o artigo 4º, dado que passamos a ter três decretos legislativos regionais que versam a mesma matéria, a Comissão entendeu que se deveria mandar republicar na íntegra o do diploma 11/87, com as necessárias adaptações que foram feitas ao longo dos 3 diplomas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar o nosso apoio a esta proposta de alteração que vem da Comissão. Ela aperfeiçoou a proposta que vinha do Governo.

Tendo em conta que as leis são para os cidadãos, quaisquer que eles sejam, a republicação do diploma citado impunha-se. Daí o nosso voto favorável.

Presidente: Passamos à votação dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e o anexo ao qual se refere o artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e o anexo foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto nº 6 da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 123/2002, de 4 de Maio, (Revisão do regime jurídico dos quadros de pessoal)”**.

Para apresentar do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Decreto em causa é uma mera adaptação orgânica e visa dar resposta na Região Autónoma à migração parcial que foi feita do suporte de papel para suporte electrónico na entrega de quadros de pessoal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para manifestar o nosso apoio à proposta apresentada.

(Risos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, eu acho que é importante sorrirmos depois do trabalho que tivemos.

Vamos passar à votação deste diploma para o qual também existe uma proposta de alteração que vem da Comissão, subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de substituição vinda da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

Está aberto o debate para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e o anexo foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Estes diplomas que acabámos de aprovar baixam à Comissão de Assuntos Sociais para redacção final.

Passamos ao último ponto da nossa ordem de trabalhos, ou seja, à Proposta de Resolução do seguinte teor:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

Muito obrigado pela vossa colaboração.

Boa viagem de regresso às vossas casas.

(Eram 21 horas e 10 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Cabral Vieira

Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*